

Daniel Schroeter Simião

UM CONCEITO ITINERANTE:

*Os usos do gênero no universo das
Organizações Não-Governamentais*

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Antropologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação da
Profa. Dra. Heloísa André Pontes

Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora
em 31/08/1999

BANCA

Profa. Dra. Heloísa André Pontes *Heloísa Pontes*

Profa. Dra. Mariza Corrêa *Mariza Corrêa*

Profa. Dra. Maria Filomena Gregori *Maria Filomena Gregori*

Profa. Dra. Guita Grin Debert (suplente)

Agosto / 1999

UNIDADE	BC
N.º CATEGORIA	
V.	
TOMBO BR	39244
PROG.	229/99
	[x]
PREÇO	R\$ 11,00
	28/10/99
N.º OPD	

CM-00136611-2

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Si 45 u **Simião, Daniel Schroeter**
 Um conceito itinerante: os usos do gênero no universo das
Organizações Não-Governamentais / Daniel Schroeter Simião.
 - - Campinas, SP : [s. n.], 1999.

Orientador: Heloísa André Pontes.
Dissertação (mestrado) -Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Organizações não-governamentais. 2. Movimentos sociais -
Brasil. 3. Antropologia. 4. Política e cultura. 5. Identidade social.
I. Pontes, Heloísa André. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	3
INTRODUÇÃO	5
Capítulo I:	
DEFININDO AS QUESTÕES TEÓRICAS	
1. <i>A perspectiva antropológica</i>	12
2. <i>O campo das ONGs: fundamentos teóricos para definição de um objeto</i>	15
3. <i>O itinerário do gênero e o caso antropologia-feminismo</i>	20
4. <i>De volta às ONGs: as questões para a pesquisa</i>	26
Capítulo II:	
OBSERVANDO O CAMPO	
1. <i>BINGOs, GONGOs, DONGOs e outros monstros</i>	32
2. <i>Um pouco de história</i>	52
3. <i>Gênero e desenvolvimento</i>	57
4. <i>Aparando as arestas: algumas observações preliminares</i>	62
5. <i>A busca de uma ferramenta: quem busca, o que se busca e para quê</i>	64
Capítulo III:	
DANDO NOME AOS BOIS	
1. <i>Mapeando os personagens</i>	83
2. <i>Com esses atores, que jogo se joga?</i>	96
3. <i>Que regras depreendemos desse jogo?</i>	110
CONCLUSÕES	114
Bibliografia	119

Agradecimentos

Minha passagem pelo programa de mestrado em antropologia social da Unicamp encontrou um período de redefinição do modelo de pós-graduação no país. Minha turma foi a última a ter a possibilidade de dispor de 30 meses de bolsa CAPES. Essa fase de transição, em que se caminhava para um mestrado mais “enxuto”, deixou muitos receios em nossa turma — e quanto não discutimos isso, naqueles fins de tarde de Campinas. Em especial por não sabermos o que os professores esperariam de uma dissertação de mestrado. Seria ainda uma Etnografia? Ou apenas uma dissertação teórica que abrisse caminho para um projeto de doutorado?

Passados esses 30 meses, acredito que esse trabalho se encontre em algum lugar entre a etnografia e o arrazoado teórico. Se for isso mesmo, é preciso que se diga, o é apenas por conta da orientação e do estímulo constante da Heloísa, fundamental para que essa pesquisa não se restringisse a uma discussão conceitual, mas buscasse referências em um trabalho de campo, mesmo que reduzido pelo tempo disponível. Helô foi fundamental também por suas leituras atentas do material que eu escrevia, por sua paciência marcante e por estar sempre disposta a conversar sobre minhas aflições. Se já a admirava pela competência intelectual e didática que sempre demonstrou em seus cursos, passei a admirá-la ainda mais como orientadora que, mesmo à distância, se fez presente e generosa.

Tenho que reconhecer a importância do ambiente humano e acolhedor do IFCH, uma espécie de porto seguro do qual trago ótimas recordações. Os professores do departamento de antropologia foram fundamentais para que eu tivesse essa imagem do Instituto. Em especial os membros de minha banca, Mariza, Bibia e Guita. Mariza, uma “mãe intelectual” que marcou minha graduação em ciências sociais, despertando meu interesse para a antropologia e me orientando em minha monografia. Bibia, por seus comentários atentos à época da qualificação dessa pesquisa, é também responsável por muito do que está escrito nas próximas páginas.

Nesses dois anos e meio tive também a presença cotidiana da Kelly, companheira que soube me dividir generosamente com esse trabalho, discutindo-o e me ajudando a encontrar saídas em muitas das encruzilhadas analíticas em que me encontrava. A ela, um carinhoso beijo e o desejo de toda sorte na conclusão de sua dissertação. O restante do que lhe devo em reconhecimento não pode ser dito por palavras, mas depende de uma linguagem que, com ela, aprendi ser complexa e fascinante: o amor.

Não posso deixar de agradecer a disponibilidade dos entrevistados para essa pesquisa, que conseguiram encontrar brechas nas suas complicadas agendas para ouvir um pesquisador inoportuno. Tenho que reconhecer também o estímulo das “companheiras” do CFEMEA, em Brasília, que de diferentes maneiras participaram dessa pesquisa, mesmo sem ter sido parte de meus “objetos” de estudo. Por seu jeito generoso de dialogar e nos estimular, vale aqui um abraço especial à Almira.

Agradeço ainda a meus pais e meu irmão, responsáveis em grande parte por muitos dos “dispositivos mentais” que tornaram essa pesquisa possível. A minha mãe, em especial, devo o interesse pelo campo das ONGs, passo sem o qual essa dissertação poderia muito bem estar tratando de qualquer outro assunto.

Por fim, antes que essa lista se alongue *ad infinito*, o que certamente ocorreria se fosse agradecer nominalmente a todos que contribuíram para a conclusão dessa pesquisa, cabe agradecer a meus colegas de Mestrado da turma de 1997, com quem compartilhei momentos marcantes, não só de descontração e festas, mas de discussão e estímulo intelectual. Muito obrigado a todos.

INTRODUÇÃO

Por ocasião de uma pesquisa que fiz em 1996 junto a uma organização não-governamental (ONG) de educação popular em Curitiba foi-me relatada uma história bastante emblemática.

Corria o final da década de 80. O clima nas organizações que assessoravam movimentos populares era de desânimo frente ao que se começava a chamar o “refluxo dos movimentos sociais urbanos”. Tornava-se ainda mais necessário que a sociedade civil se organizasse e lutasse por seus direitos de forma devidamente institucionalizada e reconhecida pelo poder público. Para sacudir esse cenário, muitas ONGs (o termo mal era usado na época) procuravam aproximar os setores populares menos organizados com os quais trabalhavam de experiências sindicais e políticas formais. Pois neste contexto aquela ONG (a Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos, ADITEPP) resolveu promover um seminário que reunisse mulheres empregadas domésticas — parte significativa do público junto ao qual atuava — para discutir questões relativas à sindicalização do setor. Para trazer subsídios à discussão convidariam então alguém ligado à CUT paranaense, e que poderia certamente ajudar a motivar aquelas mulheres para as vantagens de se organizarem em torno de um sindicato. Veio o presidente da CUT estadual, um combativo militante do sindicato dos petroleiros, que fez uma excelente palestra sobre o assunto. O resultado não poderia ser melhor. As mulheres ficaram fortemente entusiasmadas com a possibilidade de se organizar e, ao final da palestra, já estavam pensando em como articular a operacionalização dessa idéia. Foi então que perguntaram ao palestrante em que a CUT poderia auxiliá-las nessa tarefa. A resposta não poderia ter tido resultados mais funestos. O grupo de empregadas domésticas que até há pouco estava animadíssimo com as “grandes vantagens da formação de um sindicato” teve que ouvir do palestrante que infelizmente a CUT nada poderia fazer, pois mulheres não eram até então sua prioridade. Além do que a categoria de empregadas domésticas não era economicamente produtiva, o que as tornava ainda

menos interessantes para a Central. O efeito “água-na-fervura” foi imediato, e a ONG se viu em apuros para continuar trabalhando a motivação daquele grupo a levar a iniciativa adiante.

Essa história é interessante sob inúmeros aspectos. Mas o que a traz aqui é uma constatação recente que aponta para uma notável mudança no cenário em que ela se passou. De lá para cá cresceu enormemente no discurso de parte significativa das instituições que trabalham com programas de desenvolvimento social a preocupação em demonstrar que suas atividades incorporam aquilo que se convencionou chamar “perspectiva de gênero”.

Por vezes significando apenas que se desenvolve algum tipo de trabalho com mulheres para a sua valorização no mercado de trabalho, por outras indicando uma preocupação em envolver homens e mulheres na democratização das relações de gênero em seus cotidianos, o termo “perspectiva de gênero” deixou o círculo dos movimentos feministas e dos debates acadêmicos e passou a bater ponto em documentos de agências de fomento, projetos de ONGs que não se identificam necessariamente como feministas, congressos e seminários os mais variados no universo das ONGs, publicações periódicas e textos de apoio de ONGs e movimentos (para muito além dos movimentos de mulheres), etc¹. Nesse contexto, o episódio acima é particularmente significativo para indicar que alguma mudança houve, se não nas prioridades de muitas instituições, ao menos no seu discurso em relação a gênero.

Esse trabalho busca compreender os significados dessa mudança, esboçando um mapeamento do campo das ONGs que trabalham com projetos de gênero e desenvolvimento no Brasil de hoje. Procurei aqui investigar em que momento e sob que formas a categoria *gênero* passou a ser empregada por esse campo, e quais os

¹ É interessante notar que não se trata de uma preocupação generalizada em incorporar simplesmente o trabalho com “mulheres”. O termo “gênero” é enfaticamente utilizado para incluir o trabalho com homens, ao menos nos documentos das agências de fomento. Tem-se a impressão que com este novo termo conseguiu-se algo que a palavra “mulheres” não conseguia. Para se ter idéia dessa presença, algumas agências de fomento apresentam a preocupação com gênero em todas as descrições de suas linhas de ação no Brasil. Um exemplo é o documento da política de cooperação da Novib, agência holandesa e uma das que tem presença mais marcante no Brasil, que além de citar como “opção estratégica” a “elaboração de temas prioritários sobre o meio ambiente, gênero e direitos humanos através de documentos sobre a política de cooperação” (*Política de Cooperação para o Brasil, Novib, 1997 - 2001*. Haia, janeiro de 1997, p.24) explicita em cada uma de suas linhas de ação como deve estar presente esta opção estratégica.

significados e sentidos que essa noção ganha na perspectiva própria da ação política. Trata-se, então, de um estudo do uso político da categoria e suas implicações, feito através de dois momentos principais: um de definição das questões teóricas com que esse trabalho está dialogando e outro de observação do campo das ONGs e do material já produzido *sobre e por* ele.

O capítulo I (Definindo as Questões Teóricas) trata de elaborar, a partir de diferentes referenciais teóricos, instrumentos analíticos adequados ao estudo do campo das ONGs. Busco, com isso, o melhor caminho para compreender os relacionamentos entre os agentes do campo das ONGs e os diferentes usos que surgem para o conceito de gênero a partir dessas configurações. Neste processo busco em autores como Bourdieu, Becker e Gilmore referências que possam auxiliar na caracterização do universo das ONGs como um campo social; um espaço em que atores com trajetórias pessoais diferentes, mas com uma linguagem e um conjunto de regras comuns, se posicionam uns em relação aos outros e onde o significado de cada ação individual está marcado pelas disposições gerais que condicionam (e são condicionadas) por esse posicionar-se relativo.

Em paralelo a isso, busco recuperar o itinerário que o conceito de gênero vem fazendo no universo acadêmico, de modo a compreender que questões, desafios e armadilhas podem estar postos para o campo da ação política das ONGs quando estas estiverem lidando com um conceito que tem, ele também, um longa história em outro campo social. Nesse sentido, resgato críticas e observações de autoras como Donna Haraway e Judith Butler, que buscam explorar as teorias de gênero no sentido de refinar um olhar sobre a ação política do movimento feminista norte-americano.

O segundo capítulo (Observando o Campo) é o momento de visualização das questões específicas que o campo das ONGs brasileiras traz para as estratégias relativas à construção de uma linguagem sobre *gênero* nos últimos 10 anos. Para tanto, enfoco as narrativas sobre o universo das ONGs, produzidas tanto pela academia quanto pelas próprias instituições. Nesse sentido, lanço os olhos para a história dos estudos sobre os chamados “novos movimentos sociais”, fenômeno que está não só na origem de muitas das instituições que hoje traficam com *gênero* no campo, como ainda se faz presente no universo de interlocução desses atores. Procuo então observar as reflexões que já foram

produzidas sobre as ONGs no Brasil e América Latina, dando especial atenção à força dos modelos classificatórios envolvidos na definição do “campo” das ONGs e das posições de seus agentes aí dentro. Em seguida, trato da história dos projetos de “mulher e desenvolvimento”, observando alguns aspectos da discussão existente sobre programas de cooperação internacional voltados ao desenvolvimento das mulheres na América Latina, procurando explorar o significado das mudanças ocorridas nesse universo com a introdução do termo gênero. Por fim, analiso alguns materiais produzidos pelas próprias ONGs, como forma de inventariar as relações e os usos possíveis do termo gênero dentro de estratégias mais gerais de posicionamento das instituições no campo.

O terceiro capítulo (Dando Nome aos Bois) é um mergulho em experiências concretas de instrumentalização do conceito de gênero. Nele podemos ver, a partir de depoimentos e entrevistas, como diferentes trajetórias pessoais e inserções institucionais específicas no campo articulam de modo diverso os usos possíveis do gênero, explorados inicialmente no capítulo anterior. Partindo dos relatos de pessoas com diferentes perfis e trajetórias de vida, inseridas em instituições que ocupam posições particulares — ONGs mistas ou feministas, com raízes no movimento sindical, na academia ou na educação popular, com mais de 20 anos ou mais recentes, etc. —, busco trazer alguns elementos ligados à morfologia social dos atores deste campo, no sentido de relacioná-la à forma como gênero vem sendo instrumentalizado pelos mesmos. Não é, de forma alguma, um trabalho etnográfico *strictu sensu*, pois este demandaria um tempo e um investimento metodológico cada vez menos disponíveis no modelo que vem sendo adotado pelos programas de pós graduação em nível de mestrado no Brasil. Nesse sentido, o “mergulho” que faço se limite a entrevistas e depoimentos, que são, contudo, fundamentais para dar o encaminhamento adequado às questões levantadas nos capítulos anteriores, e mesmo para preparar o terreno a um eventual trabalho futuro de maior fôlego.

Por fim, vale o alerta de que mais do que uma análise conclusiva, esse trabalho apresenta interpretações que podem e devem ser exploradas para a qualificação e avanço dos debates acerca do crescente peso político que *gênero* vem ganhando no interior de um campo institucional específico. Com isso, esta pesquisa busca não somente lançar

algumas luzes sobre os trabalhos com gênero e mulheres desenvolvidos por ONGs no Brasil de hoje, mas procura pôr esta realidade — contemplada com instrumentais metodológicos adequados — em contato com questionamentos teóricos que possam ser úteis de alguma forma no diálogo entre teoria e prática². Embora não tenha uma pretensão normativa, espero aqui contribuir para o avanço e a consolidação dos debates necessários ao fortalecimento das ações institucionais não governamentais bem como de políticas sociais que atuem hoje em favor do desenvolvimento de relações de gênero mais democráticas e pela conquista da equidade de gênero em vários setores de nossa sociedade.

² A idéia do “ser útil” aqui não se confunde com a mera instrumentalização prática de uma teoria. Pelo contrário, a teoria desconstrucionista tende antes a ter efeitos paralizantes sobre uma ação política centrada na identidade (cf. Piscitelli; 1997). Esta pesquisa busca justamente o contrário, dar elementos para melhor compreender essa paralização, a partir de um mapeamento do campo que possa lhe auxiliar na elaboração de suas políticas sociais.

Capítulo I:
DEFININDO AS QUESTÕES TEÓRICAS

1. A perspectiva antropológica

A análise institucional das intervenções sociais não governamentais no plano da conquista da cidadania tem sido encampada primordialmente por estudos de diferentes tradições disciplinares³. Este trabalho está também marcado por uma abordagem específica. Partindo da presença marcante de um conceito que comporta vários sentidos (e usos) diferentes no universo das ONGs, busco entender como esses usos vêm sendo articulados nos discursos e práticas dessas instituições. É uma empreitada para tornar inteligíveis os jogos simbólicos presentes nestas práticas através da compreensão do universo em que elas fazem sentido; universo distinto do mundo acadêmico, no qual o conceito de *gênero* teve origem mas do qual tem sido constantemente *traduzido*, movimento que faz dele um conceito, diríamos, itinerante.

A despeito do diálogo com a produção recente de uma linha de pesquisa da ciência política⁴, um estudo com esse perfil — uma abordagem etnográfica das práticas de organizações não-governamentais — não poderia estar melhor servido se não pela tradição disciplinar antropológica, acostumada que está a tomar as idéias como artefato cultural. Estudar os conceitos de *gênero* tal como são usados pelas ONGs implica estudar o cenário social concreto que dá sentido a esse tráfico simbólico. E vale lembrar o quanto a discussão sobre a relação entre simbolismo e estrutura social é um dos fios condutores da consolidação da antropologia como disciplina.

No clássico artigo em que explicam o fundamento social do ato classificatório, Durkheim e Mauss (1981) demonstram, através da análise de um conjunto de sistemas classificatórios de sociedades tribais, a inextricável relação entre a forma como se estrutura socialmente um grupo e a maneira pela qual este classifica e ordena o mundo. Se classificar não é apenas dar nomes, se a classificação não está inscrita nas coisas e se todo ato classificatório supõe o poder social de instituir e excluir, marcar fronteiras e

³ Vale aqui lembrar a observação de Baierle (1992) sobre os estudos dos movimentos sociais, nas quais ele identifica pelo menos três maneiras pelas quais as ciências sociais reagem analiticamente ao surgimento dos chamados "novos movimentos sociais": por meio de um enfoque "econômico-estrutural", um "antropológico-cultural" e outro "histórico-político", que serão contextualizados adiante, no início do próximo capítulo.

hierarquias, então podemos dizer que os conceitos que grupos e pessoas utilizam para se posicionar no mundo — como o conceito de *gênero* nos discursos e nas relações entre atores do universo das ONGs — são bastante reveladores não apenas de consciências individuais, mas de formas sociais de estar no mundo.

A classificação (como, por exemplo, aquela inscrita nos usos políticos do termo *gênero*) não é produto de uma imaginação criativa transcendente, mas deve estar lastreada em experiências sociais concretas. Essa discussão já fora iniciada por Durkheim há um século atrás no artigo sobre as representações coletivas, em que indicava que a problemática desse tipo de representação se assemelhava àquela que era posta para as representações individuais. Tal como essas não eram mero epifenômeno de um substrato mental, as representações coletivas não podiam ser tomadas como epifenômeno da morfologia social. E se o simbólico e a cultura não são apenas reflexos da organização social concreta, devem constituir eles mesmos objeto de pesquisa científica. Contudo, se não são meros reflexos, também não pairam inefáveis sobre a cabeça das sociedades. Há raízes que interligam esses dois aspectos da vida social, de modo a que sempre hajam correspondências entre eles.

O problema das mediações existentes nessa relação (nunca brutalizada ao ponto das derivações diretas) está na origem de muita tinta antropológica em diferentes áreas da disciplina. Como equacionar a ação individual orientada pela cultura com o peso das estruturas sociais? Como responder à difícil mediação entre indivíduo e sociedade? Simbolismo e estrutura social? Questão privilegiada em algumas tradições — no empirismo britânico e no intelectualismo estruturalista, como sugere Roberto Cardoso de Oliveira (1988) — ou secundária em outras, o reconhecimento de que essas mediações existem e são fundamentais para a compreensão do social foi sempre uma certeza característica da abordagem antropológica.

Nas últimas décadas, porém, essa abordagem deixou de ser dispensada exclusivamente às sociedades distantes e exóticas, e passou a informar a perspectiva de estudos interessados em tornar mais compreensíveis as chamadas sociedades complexas.

⁴ Refiro-me aqui aos textos “fronteiriços” de autores como Dagnino (1994), Telles (1995) e Paoli (1991), que atuam em um campo disciplinar híbrido — o da chamada “cultura e política”.

Argumentando pela validade de se tomar o pensamento ocidental como objeto etnográfico, Geertz (para quem “somos todos nativos”) escreveu no capítulo 7 de *Local Knowledge* que para uma abordagem etnográfica do pensamento moderno não basta o estudo das “idéias”, mas, ao tomá-las como fato social, enraizado em uma configuração social específica, é preciso atentar à “construção de suas expressões em termos das atividades [sociais] que a[s] sustenta[m]” (Geertz; 1993:152).

Pensar — o ato de classificar o mundo, construir e negociar um conceito (como *gênero*) — passa a ser assim o ato de “tráfico com as formas simbólicas disponíveis em uma ou outra comunidade” (ibid:153)⁵. E para explicar os usos, as idas e vindas desse “tráfico”, é preciso analisar as comunidades no interior das quais as “formas simbólicas” estão disponíveis. Analisar essas comunidades, no caso proposto por Geertz, não significa necessariamente descrever uma estrutura social, mas sim estar atento às normas que organizam essa comunidade e que a põem em contato com outras. Nesse sentido, significa estar atento, no que diz respeito à tradução, à forma como “significados são levados, ou não, razoavelmente intactos de um tipo de discurso para outro; a respeito da intersubjetividade, como indivíduos separados chegam a conceber, ou não, de maneira razoavelmente semelhante, coisas semelhantes; a respeito de como o pensamento enquadra a mudança (...), como províncias de pensamento são demarcadas, (...) como normas de pensamento são mantidas, modelos de pensamento apreendidos, trabalho mental dividido” (ibid:154). É assim que se entende como a comunidade profissional dos matemáticos se diferencia daquela dos historiadores, por exemplo, implicando diferentes formas de tráfico simbólico em seu interior.

Olhar para a “trama institucional” das ONGs — no interior da qual *gênero* ganha usos e itinerários diversos — com essa perspectiva é a proposta desse estudo. E a forma escolhida para transformar essa trama em objeto de pesquisa etnográfica, é tomar as práticas dessas ONGs não apenas como “comunidades”, mas como um “campo”,

⁵ Um bom exemplo de como essa forma de conceber a ação social às vezes creditada ao pensamento pós-moderno já acompanhava os textos antropológicos há um bom tempo é a análise que Leach faz dos diferentes usos que certos grupos birmaneses fazem de seus dialetos. Em seu estudo sobre os sistemas políticos da Alta Birmânia, Leach (1996) cita como um importante fator de regulação das relações internas aos grupos Katchin, a manipulação que estes operam de uma vasta gama de dialetos que formam

valendo-se do conceito de Bourdieu que dá às palavras de Geertz uma dimensão ainda maior.

2. O campo das ONGs: fundamentos teóricos para definição de um objeto

Ao tentar construir uma “teoria da prática”, Bourdieu buscou elementos para superar a célebre discussão acerca da oposição indivíduo-sociedade. Como bom herdeiro da tradição sociológica francesa, não podia negligenciar a sofisticada análise de Durkheim segundo a qual a sociedade, e mais especificamente o sistema classificatório fundamental ordenado pela religião, é que está por trás das ossaturas do pensamento humano lógico (Durkheim; 1989). O indivíduo não pode ser o artífice dessas categorias, uma vez que elas abarcam todos os princípios de fundamento da vida social. Mas como reduzir a complexidade dos jogos de interesse e da negociação de significados que vemos em nosso dia-a-dia a uma simples execução estrutural sem apelar a um brutalismo sociologizante? Resolver essa questão não parecia se resumir a adotar a postura fenomenológica de Weber e Shutz⁶. Era preciso desenvolver mecanismos analíticos que explicassem a ação social em termos de uma interação socialmente estruturada.

Nesse contexto, a idéia de que os indivíduos agem orientados por disposições duráveis internalizadas que conformam e condicionam as possibilidades de apreensão do mundo (os *habitus*) parece trazer a solução. Sendo conformada e orientada por determinados “habitus”, a ação dos indivíduos tem assim de ocorrer dentro de uma forma “objetivamente estruturada, sem que disso decorra uma obediência às regras (Durkheim), ou uma previsão consciente das metas a serem atingidas (Weber)” (Ortiz; 1994:15). Deste modo, a ação social não se explica como mera execução de normas e estruturas. Ela ocorre sim em campos nos quais as posições dos sujeitos já se encontram objetivamente estruturadas, e por isso é uma ação condicionada socialmente, ao invés de

subcategorias lingüísticas, sendo utilizados ora para reforçar posições hierárquicas, ora para consolidar sentimentos de solidariedade nacional em oposição a grupos externos.

⁶ Para uma compreensão adequada desse embate ver Renato Ortiz, *À Procura de uma Sociologia da Prática*, in Ortiz (org.) *Pierre Bourdieu*, Ática, 1994.

fruto da intersubjetividade fenomenológica. Mas essas posições estruturadas não o são por uma totalidade social. São antes o resultado de um jogo dinâmico que depende dos objetos de disputa de cada campo, da forma como se consegue obter ali maior ou menor capital social, da habilidade dos atores em reconhecer e operacionalizar essas regras, etc.

Com o conceito de campo abrem-se boas trilhas para compreensão das relações entre agentes institucionais como as ONGs, por exemplo. Todos os campos têm alguns mecanismos estruturais, características gerais que os organizam como tal, o que nos ajuda a saber como dirigir nossas perguntas a essa realidade⁷. Nesse sentido, pensar o universo das organizações não-governamentais no Brasil como um “campo” parece uma estratégia bastante promissora, não só para uma compreensão mais sistemática do estatuto e dos usos do termo “gênero” nas práticas relativas à esse universo, como para o avanço de análises acerca dos processos de desenvolvimento de identidades cidadãs⁸ na sociedade brasileira.

Uma característica marcante, pela qual podemos começar a nos aproximar do campo das ONGs, é o fato de que em todo campo os agentes lutam para ser reconhecidos como seus legítimos membros e para conquistar *status* cada vez maior no seu interior. No caso das ONGs, é necessário notar como de fato há uma distribuição desigual de prestígio dentro do campo, por exemplo no que se refere a um recorte geográfico: o eixo Rio-São Paulo cria praticamente um campo à parte, do qual muitas ONGs se sentem excluídas, ou frente ao qual se sentem desprezadas. E assim parece estar acontecendo com relação ao recorte temático: gênero começou a ser valorizado, e aquelas ONGs que podiam ostentar este tipo de trabalho ganharam com isso preciosos pontos em seu capital social. A historietta contada no item anterior mostra bem que essa corrida é recente, e que sem dúvida houve mudanças na estrutura do campo a partir do momento em que o termo gênero passou a ser valorizado. A própria CUT algum tempo depois adotou uma política de quotas. Da mesma forma, poderíamos ver como a valorização do termo “gênero” modificou o *status* das ONGs chamadas mistas em relação às ONGs feministas.

⁷ Para uma apresentação sintética dos principais pontos constitutivos de um campo, ver P. Bourdieu, *Algumas propriedades dos campos*. In Bourdieu, *Questões de Sociologia*. Marco Zero, Rio de Janeiro, 1983.

Outra característica importante dos campos é a sua relativa autonomia. Os objetos de disputa que asseguram capital social e simbólico devem ser específicos de um campo, “irredutíveis aos objetos de disputa e aos interesses próprios de outros campos” (Bourdieu; 1983:89). Nesse sentido, deve-se dar atenção à forma como o gênero se constitui em objeto de interesse e disputas para o campo das ONGs. Tal como “meninos de rua” é um conceito construído ao longo de algum tempo, como nos mostra Gregori, “cuidadosamente construído na interface e no diálogo entre atuações institucionais governamentais, não-governamentais e pesquisadores” (Gregori; 1997:22), da mesma forma “gênero” tem um percurso que o delinea fora da academia como objeto de interesses e disputas específicas.

Uma outra linha de abordagem teórica que guarda certa semelhança com a de Bourdieu e nos é igualmente útil no refinamento das questões desta pesquisa é a dos estudos interacionistas desenvolvidos por autores como Becker e Gilmore para o estudo das artes. Ao contrário de Bourdieu, esses autores não colocam o foco da análise nas posições que os agentes ocupam nas estruturas dos campos, e sim nas relações entre os agentes. Gilmore (1990) lembra que essa abordagem trata de desenvolver um instrumento analítico fundamental para superar a dicotomia entre *micro* e *macro* abordagens do social, característica da oposição entre abordagens mais estruturalistas e outras puramente fenomenológicas. Esse instrumento, o ‘mundo social’ — e no caso dos estudos específicos a que se reporta, o ‘mundo da arte’ — semelhante ao ‘campo’ de Bourdieu, seria a unidade interacionista de organização social. Ao contrário dos estudos que privilegiam as macro-abordagens na arte, em que o foco está nos caracteres compartilhados pelo artista e seu contexto social, o ‘mundo da arte’ busca representar um quadro de referência para um conjunto agregado de *relações entre diferentes agentes sociais*. Com essa perspectiva a produção artística não é vista simplesmente como derivação de um contexto social, nem tampouco como fruto da mente iluminada de um gênio artístico qualquer, mas sim como resultado de um processo de ação coletiva

⁸ Para aprofundar o sentido desta expressão numa perspectiva muito particular da ciência política, ver Vera da Silva Telles, Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos. *Revista Pólis*, 1995.

realizado em múltiplas dimensões (produção, distribuição, divisão do trabalho, consumo, etc.).

Nesse sentido cada mundo social tem seus próprios sistemas de produção e de suporte, que colocam a atividade individual em relação com um conjunto de laços cooperativos e conflitivos que a ultrapassa, a constrange e a constitui enquanto produto do campo. A ilusão esteta do artista como um gênio individual é com isso minada pela constatação de que sua atividade somente faz sentido e se torna viável por ser coletivamente ordenada por um mundo que consiste basicamente “em atividades ou interesses comuns ou agregados, unidos por uma rede de comunicação”⁹. Sob essa perspectiva, o dilema de entender por que uma ONG passa a priorizar o termo “gênero” em seus discursos e suas práticas é semelhante ao que busca superar a idéia do artista como gênio inventivo individual. Em ambos os casos, podemos entender a produção (artística, em um caso, ou política, no outro) como resultado de um processo segundo o qual os atores vão adquirindo recursos disponibilizados no interior do campo e mobilizando-os de acordo com as posições de poder que estruturam o campo naquele momento. Nesse sentido, o que hoje se pode dizer acerca de gênero no universo das ONGs era impensável há dez anos atrás. Da mesma forma, o que uma ONG de São Paulo diz acerca de gênero pode ser visto com olhos distintos do que uma outra, situada no interior do país, venha a dizer.

A produção, nessa perspectiva, é encarada como ação cooperada, resultado não somente da intersecção de várias subjetividades diferentemente posicionadas em uma divisão social do trabalho, mas condicionada pelos limites característicos da composição de laços cooperativos e dos conflitos que os constituem. Becker (1982) exemplifica bem o quanto é necessário, para que um produto artístico seja bem sucedido, a existência de convenções que da mesma forma que auxiliam na distribuição de tarefas e atividades de suporte, podem limitar as possibilidades de criação do artista¹⁰. Os limites interpostos

⁹ Kling e Gerson, apud Gilmore, op.cit. p.150.

¹⁰ Becker dá exemplos de diferentes formas pelas quais as convenções interferem na obra de arte. Elas podem ser de caráter bastante concreto, como o tamanho de um museu, que dificilmente permitiria a um artista expor uma obra que pesasse toneladas e não passasse pela porta de entrada, ou o número de músicos de uma orquestra, que tornaria difícil a execução de uma obra composta para um número muito maior de instrumentos. Ou então podem dizer respeito às normas técnicas de profissionais envolvidos em atividades

pelas convenções são importante fator de constrangimento da atuação no campo, e também devem ser analisados no que se refere à atuação das ONGs. Constrangimentos como os padrões exigidos pelas agências de fomento para elaboração e monitoramento de projetos, os limites tacitamente aceitos para o custo e as dimensões de um projeto, tudo isso condiciona a escolha dos temas de trabalho das ONGs e a forma como desenvolvê-los.

Embora menos evidentes que em Bourdieu, as relações de poder não deixam de ser tematizadas pela perspectiva de Becker. Elas aparecem aqui na atenção dada aos mecanismos de controle do status dentro do campo. E aqui o consumo é parte fundamental da produção: quem pode reconhecer uma obra de arte como tal? Quem tem legitimidade para dizer o que é ou não arte num dado campo? As mesmas perguntas podem organizar uma abordagem voltada ao campo das ONGs, ao procurar quem são os atores que conferem legitimidade ao trabalho de uma ONG. Isso é fundamental para entendermos como o objeto gênero se tornou legítimo dentro desse campo. E a historietta relatada na introdução mostra bem que, até recentemente, gênero não era uma questão para todas as atuações institucionais não-governamentais.

Por fim, outro aspecto importante a informar o nosso olhar é o que envolve a morfologia social deste campo. Quem são as pessoas que dão corpo ao campo? De onde vêm? Há aqui algum recorte geracional importante? E quanto à sua extração social? De que forma essas pessoas constroem suas carreiras neste universo? São questões importantes para uma pesquisa que esteja atenta às interrelações entre marcadores sociais como raça, gênero, classe, geração, etc.

Estudar, por um lado, a organização social deste campo em seus aspectos “morfológicos” é o que possibilita, por outro, entender como esses atores operam com a negociação e o tráfico dos diferentes conteúdos simbólicos articulados nos usos do conceito de *gênero*. Retomamos, com isso, a relação inextricável entre estrutura social e simbolismo, de que tanto falamos páginas atrás.

de suporte à produção do artista. As convenções não só delimitam as dimensões apropriadas de um trabalho, a duração das performances, etc. como é através delas que se dá grande parte da comunicação entre a arte e o público que a admira, o que significa que estão presentes tanto na produção quanto no consumo (na aceitação por parte do público, do mercado e da crítica) de uma obra de arte.

Creio que com esse arsenal metodológico podemos tornar realmente atraente a questão sobre a inserção do termo “gênero” dentro do campo das ONGs brasileiras, especialmente no sentido de contribuir para um diálogo mais próximo entre teoria e prática. Mas compreender o funcionamento interno deste campo não é suficiente para dar conta da inserção do termo “gênero” e suas conseqüências. É preciso estar atento à relação deste campo com outro próximo, o acadêmico, no interior do qual os conceitos de “gênero” foram forjados. A percepção dessa relação é o que traz para a pesquisa o problema da tradução, de que falava Geertz páginas atrás. O que acontece com *gênero* enquanto conceito quando a sua transposição para outro campo o relaciona a atores que traficam com outras formas simbólicas e com outros interesses políticos? Tratemos então de lançar alguma luz sobre a participação da academia nesta história, situando o longo caminho que esse conceito vem trilhando aí dentro.

3. O itinerário do gênero e o caso antropologia-feminismo

As diferentes conceituações acerca do que seja “gênero” encontraram na relação entre as ciências sociais e os movimentos feministas um terreno fértil para se desenvolver. O movimento feminista trouxe à tona um novo sujeito político coletivo: a Mulher. O impacto da emergência deste sujeito político logo se fez sentir na academia. À consolidação da “Mulher” como sujeito político, pareceu corresponder a emergência de um novo objeto de estudos. Não foram poucos os estudos que, problematizando a condição feminina a partir de diversos pontos de vista e sob diversas abordagens, tinham em comum o intento de desnaturalizar e historicizar a subordinação da mulher.

Em princípio, a árdua tarefa da desnaturalização se deu basicamente segundo a estratégia de buscar origens históricas para a subordinação feminina. Segundo Elisabeth Lobo, “os temas pesquisados permitiram construir um saber extenso sobre a situação das mulheres nas sociedades, sobre as formas concretas e históricas da condição feminina” (Lobo; 1987:77). A partir disto, teorizou-se sobre as causas da opressão da mulher, causas

que podiam ser encontradas em lugares diversos, conforme a filiação teórica do pesquisador. Para alguns, o patriarcado (termo vago, mas que procurava definir uma forma específica de organização social), para outros, a sociedade de classes é o que originara a submissão feminina.

Estas abordagens, contudo, logo se mostraram frágeis demais para empreender a tarefa a que se propuseram. Se, por um lado pareciam evidenciar "origens" da dominação sobre as mulheres, por outro eram incapazes de desnaturalizá-la e mesmo pouco explicavam sobre o significado da subordinação. As críticas aos estudos feministas dos anos 60 e 70 mostraram que ainda era necessário encontrar ferramentas analíticas mais adequadas para desnaturalizar a opressão. Um primeiro passo neste sentido foi perceber que o objeto "mulher" não era suficiente para dar conta do complexo sistema de relações e representações culturais que embasavam a subordinação feminina. Era necessário compreender um conjunto de significados e concepções refletidas nas relações sociais concretas, sem o que pouco se explicariam as mudanças e permanências nas relações entre homens e mulheres. Isto fez com que muitas pesquisas mudassem seu foco de análise, da busca das origens da dominação para a construção dos significados sociais das diferenças sexuais.

Tal enfoque aproxima enormemente os estudos de gênero da seara antropológica, acostumada há décadas a se perguntar pelos "fundamentos simbólicos da vida social, tanto quanto pelos fundamentos sociais do simbolismo" (Pontes; 1994). Não era nenhuma novidade para a antropologia constatar que "a diferença sexual, universalmente se presta à elaboração de diferentes categorias sociais" (Koffes; 1993:23). De fato, desde Durkheim e Mauss, nas "Formas primitivas de classificação", ou Hertz na "Proeminência da mão direita" até o culturalismo americano dos livros de Mead (1971), não se duvida que a cultura se aproprie das assimetrias naturais para definir sistemas autônomos de ordenação do mundo. As categorias de masculino e feminino não estão fora deste processo próprio de qualquer dinâmica cultural.

Nesse sentido, a antropologia passou a ser presença significativa no debate das ciências sociais com o feminismo, seja para tomá-lo como objeto de estudo, seja para

explorar os limites do *gênero* como instrumento de ação política.¹¹ O desenvolvimento de “gênero” como instrumento analítico (Scott; 1990) ou como categoria empírica (Strathern; 1988), tem se aproximado, nos anos 90, cada vez mais de debates recorrentes na antropologia. Depois de uma longa trajetória nas ciências humanas¹², encampada por pesquisadores filiados a diversos referenciais teóricos, — o que implicou, como nota Costa (1994), uma ampla variedade de interpretações para o termo gênero — excursionando pela psicologia, pelas teorias cognitivas, pelos debates pós-estruturalistas etc., as discussões contemporâneas acerca do “gênero” parecem todas compartilhar o fascínio por uma onda de abordagens desconstrucionistas, interessadas em desvendar como formas de pensamento vão dotando de significados as categorias que até há pouco

¹¹ Nesse sentido, o “objeto” de estudo muitas vezes se relacionava intimamente com o próprio pesquisador. Para um bom exemplo das dificuldades que um estudo destes trazia para uma pesquisadora antropóloga inserida no movimento que estudava, ver Heloísa Pontes, *Do Palco aos Bastidores*, Dissertação de mestrado, Unicamp, 1986.

¹² Heilborn (1992) e Costa (1994) nos dão uma boa idéia da multiplicidade de abordagens destes estudo e de como foram, em torno deles, se desenvolvendo diferentes teorias de gênero. Com Gayle Rubin surge, em 1975, a proposta de um sistema de sexo/gênero que, ainda que buscando a análise das causas da condição feminina, o faz diferenciando o indicador anatômico do sexo e a elaboração cultural constitutiva do gênero. Com isto, Rubin dá atenção aos autores que formularam teorias sociais em que a sexualidade desempenha papel central (Freud e Lévi-Strauss), fornecendo assim instrumentos para compreender a construção social do gênero sobre um substrato biológico. Para Rubin, a domesticação da mulher se daria por meio de um sistema de relações sociais (em especial os sistemas de troca do parentesco) que opera a transformação da sexualidade biológica em produtos socialmente constituídos e culturalmente localizados. Segundo Heilborn, a preocupação central de Rubin era com “o que deve ser mudado para alcançar uma sociedade sem hierarquia de gênero”, de onde o caráter fundamental dado à análise das causas da condição feminina. E não é uma preocupação aleatória, se levarmos em conta que o sistema estava sendo proposto em uma década em que o feminismo se caracterizava por levantar a bandeira da igualdade entre homens e mulheres. Na década de 80, período em que o feminismo se volta para a construção e afirmação do direito à diferença como bandeira política, este sistema passa a ser visto como “identitário” e universalizante. A categoria gênero não poderia obscurecer — segundo as críticas pós-estruturalistas — ou subordinar outros marcadores fundamentais da própria diferença entre as mulheres, tal como raça e classe, que deveriam estar entrelaçados na constituição de sistemas de diferenças hierarquizantes.

Aprofundando-se na construção social dos gêneros, Collier e Rosaldo entendem “gênero” como um sistema cultural que, para além do substrato biológico, envolve relações políticas e econômicas, relações conjugais e a própria organização do parentesco na consolidação das categorias de gênero. Propõem com isso um modelo de “como as desigualdades entre os sexos figuram e podem ser entendidas pela referência a desigualdades estruturais que organizam uma dada sociedade”. Deste enfoque se desprende a idéia de que a desigualdade de gênero constituiria um Feminino e um Masculino, modelos culturais de largo alcance. Faz sentido se lembrarmos que é a celebração da diferença que está em jogo, o que se busca com isso é a consolidação do Feminino, de uma cultura do feminino em oposição ao masculino. Para tal, corre-se o risco de se resvalar em um culturalismo de pouco poder explicativo.

julgávamos as mais insuspeitas¹³. A perspectiva simbólica, aliada desta postura desconstrucionista, vai marcando a noção de *gênero* como *construção* que se dá no interior de *contextos* específicos, respondendo a experiências e conflitos particulares de um grupo e mesmo de um indivíduo. Como diz Costa, “a reelaboração do gênero como contextual, relacional e efeito de certas estratégias, abriu novas avenidas para o estudo da linguagem. Os gêneros passam a ser entendidos como processos também moldados por escolhas individuais e por pressões situacionais, compreensíveis somente no contexto da interação social” (Costa; 1994:161)¹⁴.

A crítica às grandes categorias (masculino e feminino) é o que caracteriza, hoje, a discussão que se dá no interior das perspectivas ditas pós-estruturalistas. Trata-se de repensar as dicotomias, em especial a masculino-feminino, dando atenção à necessidade de descentralizar o gênero (entendido como a relação entre aquelas categorias dicotômicas) para a análise das diferenças sexuais, diferenças que seriam constituídas então pela “mútua imbricação das várias categorias de identidade social (raça, classe, etnicidade, nação, etc), as quais não podem ser agrupadas sob a égide da diferença sexual ou unicamente do gênero” (Costa: 1994: 168). Uma perspectiva dessa ordem traz consigo uma pesada crítica aos usos de gênero como definidores de identidades. Críticas que certamente dizem respeito aos usos que se tem feito do termo “gênero” no campo das ONGs.

Neste sentido, há aqui duas reflexões que parecem trazer alguns alertas importantes que uma pesquisa como a que proponho não pode negligenciar. Refiro-me às reflexões de Judith Butler (1990) sobre os limites do gênero no campo da ação política e às de Donna Haraway (1995) acerca do conhecimento produzido na intersecção da academia com uma perspectiva feminista.

¹³ E aqui a antropologia tem um peso importante na medida em que dá, com trabalhos como *Writing Culture* (Clifford e Marcus; 1986), grande fôlego para estudos que tematizam, com outros olhos, a nossa própria forma de ver o mundo e a nossa ciência dentro dele.

¹⁴ Com isto, a teoria de gênero acaba por se aproximar muito do caminho trilhado pela noção de identidade contrastiva tal como elaborada nos estudos de relações inter-étnicas. É para isto que aponta o artigo de Verena Stolke (1991). Com isto também a perspectiva de gênero acaba assumindo uma postura cognitiva que desnaturaliza O Homem e A Mulher, sem reduzi-los novamente ao culturalismo das categorias (tão abrangentes e criticadas quanto) de O Masculino e O Feminino.

Em *Gender Trouble* (1990), Butler desenvolve uma forte interlocução com uma certa estratégia política do feminismo baseada na afirmação da identidade. Situando os debates acerca dessa estratégia, Butler se posiciona de modo a oferecer uma dura análise dos limites e das armadilhas que a identidade pode apresentar enquanto estratégia política. Para isso a autora desenvolve uma refinada reflexão sobre gênero, destacando seu caráter relacional, situacional e performático, de modo a fornecer ao leitor instrumentos para perceber os fundamentos culturais de uma ideologia iluminista que sempre tendeu a educar nosso olhar em relação ao sexo e tem atrapalhado muitas das discussões sobre gênero, informando inclusive todo o debate acerca das estratégias identitárias do feminismo.

Sua noção de gênero tem por base uma crítica ao sujeito da razão iluminista: aquele ser unitário e racional, tributário das “concepções humanistas de sujeito [que] tendem a assumir uma pessoa substantivada que é o portador de vários atributos essenciais e não-essenciais” (Butler, 1990:10) A primeira coisa que se deve fazer, pois, para uma compreensão mais adequada do gênero é por de lado esse sujeito unitário¹⁵, de modo que “a concepção universal de pessoa [seja] deslocada como ponto de partida para uma teoria social do gênero por aquelas posições históricas e antropológicas que entendem gênero como uma *relação* entre sujeitos socialmente constituídos em contextos específicos” (Ibid:10).

Desta forma, dirá Butler, “gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto de convergência relativo entre conjuntos específicos de relações culturais e históricas”. Nessa frase estão embutidos dois raciocínios do seu livro. Por um lado, há uma crítica à concepção binária acerca do gênero, denunciada por Butler como um limite que nossa formação cultural impõe ao nos fazer crer no dimorfismo sexual como anterioridade lógica. Em outras palavras, acusa-se que a naturalização do corpo como lugar não social, não marcado e portanto neutro, sobre o qual a cultura poderá atuar é ela mesma uma

¹⁵ A proposta é muito semelhante àquela feita por Moore (1994) para compreensão do gênero. Moore também parte de uma crítica ao sujeito unitário do humanismo, mostrando como não podemos mais equacionar um indivíduo a uma só subjetividade. Os indivíduos assumem diferentes subjetividades conforme a posição que ocupem em diferentes campos discursivos. Moore afirma que “a premissa básica do pensamento pós-estruturalista sobre o sujeito é que discursos e práticas discursivas provém de posições de sujeitos e que indivíduos tomam uma variedade de posições de sujeito dentro de diferentes discursos.”

construção social. Por outro lado, valoriza-se a idéia de convergência, isto é, a forma como gênero somente pode produzir aproximações e coalizões quando intersectar com outros marcadores sociais. Com essas duas armas, Butler desmonta a possibilidade de se fazer um uso político identitário do gênero, e argumenta pela necessidade de se reformular as políticas feministas sobre outras bases.

A idéia de convergência se soma ao que escreveu Donna Haraway em outro lugar¹⁶, argumentando pela necessidade de os sujeitos do conhecimento se posicionarem. Esses posicionamentos não podem ser definidos com base apenas em uma “condição” de gênero, tal como ameaçava afirmar uma teoria da perspectiva feminista¹⁷ — alicerçada, erroneamente, diria Butler, em uma identidade primária de gênero fundada sobre os corpos sexuados. A posição seria antes um resultado mutável da intersecção de inflexões, de outros marcadores socialmente significativos para aquelas pessoas em um dado momento. “Gênero é um campo de diferença estruturada e estruturante, no qual as tonalidades de localização extrema, do corpo intimamente pessoal e individualizado, vibram no mesmo campo com emissões globais de alta tensão. A corporificação feminista, assim, não trata da posição fixa num corpo reificado, fêmeo ou outro, mas sim de nódulos em campos, inflexões em orientações e responsabilidade pela diferença nos campos de significado material” (Haraway, 1995:29). Tanto Haraway como Butler descartam o corpo naturalizado em suas interlocuções com o movimento feminista. Se Haraway diz que para situar de onde se está falando (postura, a seu ver, fundamental para a construção de um conhecimento não totalitário e legitimamente feminista) a referência não é o corpo, mas a intersecção de outras orientações, Butler por sua vez irá propor uma ação política que não precisa (nem deveria) estar fundada na identidade baseada na percepção de um corpo natural e neutro.

As críticas de ambas parecem apontar aqui para o contexto e os limites dentro dos quais faz sentido falar em “sexo” e “corpo” como supostos aglutinadores de identidades políticas dentro de um campo. É o caso da categoria “mulher”, que somente faz sentido em relação a uma matriz hegemônica heterossexual que vincula sexo e gênero. Nesse

¹⁶ Saberes Localizados, *Cadernos Pagu* n.5, 1995.

¹⁷ Para uma visão mais adequada dos pressupostos da teoria da perspectiva feminista (standpoint theories) e as críticas que esta proposta sofreu, ver Hekman, 1997.

sentido, a categoria busca a identidade no corpo e o dimorfismo sexual é assumido como natural e “neutro”¹⁸. Com isso, qualquer discurso que se faça assentado sobre a categoria mulher estará dependendo da aceitação e da reafirmação de uma concepção hegemônica da masculinidade e da feminilidade que pressupõe o enraizamento em um corpo naturalizado.¹⁹ O discurso identitário se constrói assim dentro da lógica que naturaliza o sexo, e esse é o seu limite. Todos os debates internos que ele possa engendrar não ultrapassam esse limite.

4. De volta às ONGs: as questões para a pesquisa

Uma boa tradução dos questionamentos de Butler para o universo desta pesquisa é um tipo de abordagem que busque entender como essas ONGs constroem ou se apropriam de modelos explicativos para as categorias de sexo, gênero, opressão sexual, dentro do seu campo e em função de sua experiência social concreta e de sua posição na estrutura do campo. As reflexões acima nos ajudam a refinar nosso olhar para o campo das ONGs, de modo a não ver com ingenuidade as formas com que categorias tais como “corpo” e “sexo” são articuladas na construção de identidades políticas. Em que medida a ficção reguladora da unidade do sexo encontra-se presente nesses discursos? Será que a identidade desempenha para essas ONGs o mesmo caráter excludente e totalitário que Butler viu na criação do sujeito feminista?

Vários fatores indicam que tal análise é perfeitamente possível. As ONGs também criam seu “sujeito”. Para algumas é “o índio”, para outras “a mulher”, “o setor popular”,

¹⁸ Para uma compreensão adequada da construção social do dimorfismo sexual, ver Laqueur, 1994.

¹⁹ É preciso notar aqui que o olhar etnográfico sobre a corporalidade já havia há tempos indicado para o caráter socialmente atribuído ao corpo. Como duas referências exemplares, vale citar o breve artigo de Robert Hertz (1980) e o já clássico livro de Norbert Elias (1988). Enquanto este oferece uma análise detalhada de como o desenvolvimento do conceito de “civilização” vai revestindo o corpo de uma série de regras de conduta “apropriadas” e de sentimentos de nojo, repulsa, intimidade, desejo, etc.; aquele demonstra o quanto a sociedade é capaz de se apropriar de assimetrias naturais do corpo para adequá-las às classificações sociais fundamentais de uma dada sociedade.

“o menino de rua”, e assim por diante²⁰. Contudo, há nesse campo uma particularidade interessante. Gênero parece estar se transformando em um sujeito. Gênero oscila aqui entre, por um lado, ser uma perspectiva que informa o trabalho de intervenção social (uma preocupação presente, seja lá qual for o “sujeito” da ONG) e, por outro, constituir-se como um novo sujeito (ou simplesmente substituir o sujeito “mulher”). Esse último uso parece trazer conseqüências curiosas para uma análise do tipo da que Butler fez para o discurso identitário feminista. A identidade não estará constituída em torno da Mulher, mas da categoria “gênero”. Na prática porém, a corporalidade continua ocupando lugar central nas representações que as ONGs fazem de si frente aos outros interlocutores desse campo. Uma publicação recente da Associação Brasileira de ONGs, dedicada a discutir a forma como as ONGs têm inserido questões de gênero em seu trabalho prático (*Cadernos Abong*, n.22), tem o atualíssimo título “Gênero: o olhar que transforma”. Na capa, contudo, a ilustração parece desmentir o título ao apresentar um desenho estilizado de dois corpos femininos lado a lado. Parece-me haver bons indícios de que os discursos articulados em torno da categoria “gênero” nas ONGs ainda carregam em si muitas das armadilhas que Butler apontou nos discursos identitários articulados em torno do sujeito feminista “mulher”. “Gênero” passa a ser uma “categoria nativa” no universo das ONGs, e os usos que são feitos dessa categoria podem ser bastante reveladores das experiências sociais concretas de cada ONG, de sua posição dentro do campo, seu universo de relações, etc. Ao mesmo tempo, um conceito acadêmico transposto a um campo de interlocução política se defronta com outro universo de questões, e essa nova condição — indicada por Butler na análise que faz dos constrangimentos que a representação política traz ao feminismo americano — surge igualmente no caso das ONGs que instrumentalizam de alguma forma esse conceito²¹.

Há porém diferenças significativas que merecem ser bem exploradas. Os “sujeitos” das ONGs não são sempre categorias de identidade da mesma natureza que a “mulher” do feminismo. O “índio” — hiper-real, como mostra Ramos (1995) — não é

²⁰ Sobre o papel desses sujeitos fictícios nas ONGs é interessante ver o texto de Alcida Ramos (1995). Creio que um cruzamento desse texto com as críticas de Butler à identidade seria bastante pertinente.

²¹ A especificidade de um campo de ação política deve ser tratada aqui com cuidado. Procuo explorar algumas de suas características no item 5 do capítulo II.

uma categoria usada por índios para se aglutinar politicamente. É uma ficção construída por uma ONG (um simulacro mais real que o índio real) não necessariamente com a finalidade de aglutinar índios, mas de distinguir a si mesma dentro da enorme profusão de outras ONGs aos olhos das agências de financiamento e de outros atores do campo. De fato, essa necessidade de distinguir-se através de um quase-epônimo (ONG de índios, ONG de mulheres, ONG de educação popular, etc.) é ainda maior em função do termo “Organização Não-Governamental”, por excelência indefinidor, e que comporta, pois, uma infinidade de experiências e significados diversos. A identidade aqui tem, portanto, outro estatuto que aquele apontado em Butler.

Para avançar na qualificação dessas questões é necessário não somente sistematizar debates no campo das teorias de gênero, ou se debruçar sobre a produção teórica acerca das ONGs. Essa produção tem origem em uma discussão anterior que se vem fazendo, há mais de uma década, sobre um fenômeno que está, por vezes, na base da constituição de muitas ONGs contemporâneas: os chamados “novos movimentos sociais” e a tradição de estudos que os acompanham. Para lançar luzes importantes sobre o campo das ONGs é necessário identificar algumas rupturas e permanências que essas formas institucionalizadas de ação social e política trazem em relação aos movimentos, e que reflexos isso traz para a discussão conceitual. É por aí que proponho começarmos o próximo capítulo. Nele, faremos um estudo da produção bibliográfica recente sobre ONGs e de materiais produzidos pelas próprias instituições acerca de trabalhos com gênero, tendo como objetivo delimitar um campo concreto de estudos.

A partir do estudo de textos, cadernos, panfletos, prospectos e jornais produzidos por ONGs que tematizam trabalhos com “a perspectiva de gênero” produzidos nos últimos 10 anos²², pode-se ter um bom quadro do tipo de discussão que o uso do termo evoca, bem como sobre quais as organizações que têm conquistado reconhecimento dentro do campo, quantas e quais são as práticas mais usuais entre essas ONGs, como elas se posicionam dentro do campo, como se classificam, quais as principais agências de

²² Os folhetos pesquisados e citados no capítulo II foram selecionados dentre os 457 materiais de difusão de ONGs, órgãos governamentais e agências do sistema ONU que podem ser encontrados na biblioteca do Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA (ONG de Brasília voltada ao advocacy — um tipo de *lobby* social — junto ao legislativo brasileiro em defesa de projetos de interesse do movimento de mulheres).

fomento que se organizam enfatizando a “perspectiva de gênero”, suas diferentes perspectivas, etc. Com esse levantamento, investiga-se igualmente como o termo “gênero” veio mudando de usos e de sentidos nesse período dentro do universo estudado.

Capítulo II:
OBSERVANDO O CAMPO

1. BINGOs, GONGOs, DONGOs e outros monstros

Afinal, o que é uma “ONG”? Não encontrei bibliografia sobre o assunto que não contenha uma tentativa de dar resposta a essa pergunta. A questão aparece de muitas maneiras e sua importância também varia de acordo com a perspectiva do texto em questão. Contudo esta é uma questão sempre presente.

Tão presente que, a princípio, imaginei ser fundamental ao meu trabalho utilizar algum tipo de classificação para pensar o itinerário do gênero dentro do campo. Mas foi lendo a produção sociológica que me dei conta da especificidade de minha perspectiva, e de como deveria me utilizar das propostas de classificação. Percebi que “o problema da classificação das ONGs” — como alguns textos o chamavam — podia ser visto como mais um elemento importante a ser observado dentro do campo, sendo utilizado não só por pesquisadores, mas pelas ONGs, pelas agências de financiamento, pelos organismos governamentais, etc. Nesse sentido, não ajudaria muito se minha pesquisa buscasse adicionar mais uma proposta de classificação à floresta de siglas já existente no campo. Resolvi então tratar as categorizações existentes não como instrumento analítico, mas como informante, e tentar interpretar até que ponto elas interferem no itinerário do gênero dentro do campo.

Essa me pareceu igualmente a abordagem mais coerente com uma perspectiva antropológica sobre o campo das ONGs, tal como descrita na primeira parte do capítulo anterior. Nessa perspectiva, as classificações usadas por pesquisadores, agências e ONGs para situar os agentes no campo devem ser vistas como reveladoras de experiências sociais concretas e posições específicas no interior do campo; dizem algo acerca das formas sociais desses agentes se posicionarem e estarem no mundo.

Sob essa perspectiva, ONG não é um fenômeno a ser definido, mas sim um termo utilizado por agentes sociais institucionais para referir a si mesmos. Interessa-me ver como o fazem. Em vez de entrar na discussão sobre o que é ou não “ONG”, dou um passo à trás e busco um *vantage point* para mapear a discussão: quem fala o que e de onde fala. Nesse sentido, proponho começarmos dando uma olhada no que constitui exatamente isso que muitos textos chamam de “o problema da classificação das ONGs”. Não para concluirmos qual deva ser o modelo mais adequado de classificar e definir o fenômeno, mas sim porque essa discussão é parte importante do campo.

A preocupação em classificar fenômenos da sociedade civil organizada que se voltam ao plano da conquista de direitos no Brasil não nasceu certamente com os — relativamente recentes — estudos sobre as ONGs. Ela tem suas raízes, na bibliografia nacional, nos idos de 1970, quando começa uma leva de estudos sobre os movimentos sociais que enfatizava o potencial transformador dessas inovadoras formas de participação política popular. Já nessa época buscavam-se novos referenciais teóricos capazes de abarcar analiticamente o significado de uma manifestação plural e plofônica da sociedade civil, dificilmente redutível à categoria de um “movimento popular unificado”.

Até a década de 50 (e na América Latina até recentemente), as análises sobre movimentos sociais tomavam como referência central o movimento operário, o que garantia uma forte base empírica para uma tradição de análise de inspiração marxista ortodoxa. Essas análises concentraram esforços na tentativa de construir uma categoria unificada que desse conta de explicar a dinâmica, os objetivos e o projeto das ações coletivas matriciáveis sob o termo “movimento popular”. Tratava-se de delimitar um conceito preciso de movimentos sociais, capaz de abarcar as suas múltiplas manifestações empíricas em torno de um referencial teórico unitário. (Paoli, 1991) Para estes estudos, a diversidade de experiências e propostas de movimentos deveria convergir no sentido da superação das práticas localizadas e fragmentárias, manifestações parciais cujo potencial transformador dependeria da constituição de uma unidade em torno de uma ação social mais ampla e coordenada: o Movimento Popular. Somente na medida

em que os integrantes daquelas ações fragmentadas tomassem consciência da condição objetiva de dominação de classe é que se constituiria o movimento popular em sentido pleno, detentor de um potencial transformador digno de nota. A consciência de classe é, portanto, central neste tipo de análise, sendo mesmo o principal determinante do potencial transformador destes movimentos.

Este tipo de abordagem que vê os movimentos sociais como resultado inelutável da dinâmica global da sociedade capitalista, por pensar os movimentos como o primeiro passo de uma escalada de articulações, teve muita dificuldade para lidar com a polifonia de movimentos que se afirmam como sujeitos e projetos autônomos e diferenciados, incapazes de serem reduzidos a um determinante de classe e a um único projeto de tomada de poder e transformação social. Mas que movimentos são esses?

A partir dos anos 50 (e, na América Latina, em especial a partir dos anos 70), começam a surgir formas de ação coletiva que não se reduzem tão facilmente à explicação marxista ortodoxa. São movimentos que, extrapolando as relações de produção e o antagonismo de classes, põem em cena uma infinidade de novos atores e conflitos que dificilmente poderiam ser explicados pela redução ao referencial teórico anterior. O movimento desarmamentista na Inglaterra dos anos 50, o movimento feminista e o estudantil na França dos anos 60, o ecologismo inglês e alemão e o movimento pacifista nos EUA dos anos 70, são todos exemplos destes novos tipos de movimentos sociais. No contexto latino-americano, surgem ainda os movimentos reivindicativos urbanos, como os movimentos de bairros e pela qualidade de vida, movimentos de base social heterogênea e que se recusam a subordinar-se a partidos e sindicatos. Como explicar o potencial transformador destas novas formas de ação coletiva na medida em que elas não podem ser reduzidas ao "movimento popular" ?

Buscando novas formas de compreender a pluralidade dos movimentos de novo tipo, os estudos sobre movimentos sociais nos anos 70 e 80 enveredam por outros caminhos. O esgotamento dos modelos tradicionais, de que fala Tilmann Evers (1984), fez com que os pesquisadores respondessem com enfoques diversos. Sérgio Baierle nos indica pelo menos três maneiras pelas quais as ciências sociais reagem a esta crise. Por um lado, busca-se um enfoque "econômico-estrutural", cujos princípios teriam por base

autores como Lojkine, Castells, Borja e Topalov, encontrando eco, no Brasil, em autores como Francisco de Oliveira, Lúcio Kvarnick, Pedro Jacobi e José Álvaro Moisés. Por outro lado, preocupando-se em compreender o sentido transformador dos movimentos no plano da cultura e da política, desenvolvem-se as abordagens que Baierle chama a "antropológico-cultural" e a "histórico-política". O que estas perspectivas trazem de inovador, então, é a possibilidade de perceber que o caráter revolucionário dos novos movimentos está nas transformações que eles operam no cotidiano. As novas formas de ação política postas em jogo por estes movimentos estariam assim, "formando um lastro social importante para a construção de uma nova cultura política de base" (Sherer-Warren; 1987:49). Ao reconhecer esta característica da ação dos movimentos, abre-se uma nova possibilidade de leitura que dê conta da pluralidade polifônica característica daquelas novas experiências de ação coletiva. Trata-se, a partir de então, de encontrar formas de análise que permitam visualizar este processo de "construção de uma nova cultura política". É neste sentido que caminham trabalhos como os de Eunice Durham, Ruth Cardoso, Teresa Caldeira e Evelina Dagnino, e que lançam bases importantes para muito do que se produz sobre as ONGs hoje.

Para Durham, a visualização daquele processo só é possível se reconhecermos nos movimentos uma forma (irredutível a outras categorias) de ampliação do acesso à esfera política para uma parcela significativa da população. Pensar deste modo permite superar a idéia de que os movimentos são manifestações fragmentadas de uma tentativa de defesa contra o empobrecimento, reconhecendo, para além disso, que existem fatores culturais e políticos importantes sendo articulados. É neste sentido que Durham propõe integrar dois modos de ver os movimentos: uma análise cultural, que leve em conta as características internas e irredutíveis dos movimentos; e uma análise política que busque seu significado na relação com o Estado e outros agentes da sociedade civil.

Empreendendo a análise cultural, Durham se debruça sobre a dinâmica interna desses movimentos, identificando o papel chave que desempenham as noções de democracia e cidadania para o potencial transformador de suas práticas. Durham nos mostra que as práticas destes movimentos formam um espaço em que a afirmação da igualdade e dos direitos (que é a tônica de suas ações) é referida a uma experiência

concreta de vida. Desta relação surge a possibilidade de efetivar-se no repertório cultural dos participantes uma representação plena das noções abstratas de democracia e cidadania, passo importantíssimo na vivência efetiva destes conceitos. Por outro lado, na sua relação com o Estado e a Sociedade Civil, a agenda de reivindicações e as lutas dos movimentos introduzem com grande vigor a noção de direitos, extrapolando a de carências. A luta por direitos consolida ainda mais o papel dos movimentos no sentido de instituintes de novos sujeitos sociais e políticos.

Outro dos estudos pioneiros na antropologia sobre a relação entre cultura e a representação do poder político é o trabalho de Teresa Caldeira (1984). Em “A Política dos Outros”, a autora examina a concepção de política dos moradores de um bairro da periferia de São Paulo por meio de um trabalho etnográfico voltado a apresentar uma “descrição densa” daquela comunidade e de suas relações com o “poder”. Caldeira demonstra o forte vínculo que há entre a organização cultural e simbólica dos grupos locais e uma concepção de poder segundo a qual a política é vista como o *lugar* (o poder do Estado) e a *pessoa* que o exerce. As representações culturalmente marcadas do poder político girariam então em torno dessas duas concepções — uma imagem do poder centralizado e ilimitado, um “deus terreno”, um trono e um monarca; e outra que reivindica do governo uma função determinada por lei, que percebe uma relação entre governantes e governados pela qual o governo olha os governados de modo igualitário. No livro, a autora relaciona essas concepções a diferentes experiências de formação social e de participação política no bairro, apontando para um vínculo muito forte entre a cultura — e o papel da noção de pessoa, das relações face a face, etc. — e a política.

Dentro deste conjunto de preocupações coloca-se a questão dos movimentos como espaços em que se constrói uma nova noção de cidadania. É assim que Dagnino se põe a analisar os movimentos com os olhos voltados para a constituição dos novos espaços de participação política que eles engendram dentro da sociedade civil. Para Dagnino, a noção de cidadania que emerge dos novos movimentos sociais é bastante específica e comporta diferenças significativas em relação à sua conceituação liberal clássica. Em primeiro lugar, ela surge da luta pelo direito a ter direitos, o que a caracteriza como estratégia de significativas camadas populares até então excluídas da

participação política, redefinindo a própria noção de direito. Por outro lado, esta luta reflete uma concepção alargada do que seja democracia. Para além de um regime político, os movimentos tratam de reivindicar formas democráticas de relações sociais, pondo em questão a tradição autoritária que permeia a maioria das práticas culturais no Brasil desde há muito tempo.

Com isto, os movimentos operam uma vinculação entre cultura e política que é justamente aquilo que os caracteriza como ampliadores do campo da política. Nos termos da autora, a noção de cidadania utilizada por esses movimentos é uma estratégia política "que reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para a construção democrática" (Dagnino; 1994). Neste sentido, a cidadania transcende a relação do movimento com o Estado, implicando transformações profundas no âmbito da sociedade civil. Transformação em múltiplos sentidos, pois envolve desde o questionamento de valores e hábitos culturalmente arraigados na sociedade (a tradição autoritária e excludente da política, por exemplo), até o reconhecimento de novos atores políticos. Este reconhecimento não deixa de se dar de modo duplo: por um lado, os participantes do movimento se tornam cidadãos em suas lutas; por outro, a sociedade civil aprende a conviver com estes cidadãos e suas reivindicações.

Por todas essas características, esta forma de exercer a cidadania traz consigo uma crítica à relação entre Estado e Sociedade Civil, bem como uma nova forma de conceber esta relação. Uma das novidades que a discussão de Dagnino traz é precisamente o reconhecimento desta nova forma: não se trata apenas de exigir direitos do Estado. Trata-se de reivindicar participação efetiva nos processos de tomada de decisão política. Trata-se de uma forma de democratização do poder que aproxime ao máximo o Estado da sociedade.²³

²³ A luta por uma nova "proposta de sociabilidade", para além da aquisição formal e legal de direitos, é, portanto, um ponto chave na definição da cidadania, segundo essa interpretação. Esta perspectiva permite a Dagnino pensar a cidadania como um quadro de referência teórico e político que dê conta da diversidade de questões postas em jogo pelos novos movimentos, em especial na medida em que permite pensar um forte fator de unidade entre as múltiplas práticas daqueles movimentos. Ao mesmo tempo, o movimento pode ser pensado como espaço em que se constróem novos sujeitos sociais que, ao reivindicarem o direito de ser vistos de outra maneira pela sociedade, dão um largo passo na direção de uma sociedade realmente democrática e participativa.

Com o processo de redemocratização, segundo Alvarez e Dagnino, as ciências sociais tenderam a deixar de lado o potencial dos movimentos sociais na expansão de relações democráticas, para centralizar seu foco nas instituições políticas formais. “A maior parte das análises concluíram que os movimentos sociais e as associações civis desempenham, no máximo, um papel secundário na democratização e por isso focaram a atenção acadêmica na institucionalização política, que é vista como ‘o único fator importante e urgente na consolidação da democracia’.” (Alvarez & Dagnino; 1995:6)

A linha de estudos que seguem essas autoras, porém, buscou um caminho diferente, vendo no chamado “refluxo” dos movimentos sociais menos o fim do que a transformação de um fenômeno, que continuaria tendo, na sociedade redemocratizada, um papel crucial para a ampliação da noção de cidadania e do exercício de relações sociais democráticas. Olhando além das arenas institucionais da democracia realmente existente, Alvarez e Dagnino entendem que a contribuição dos movimentos sociais no Brasil é “precisamente encontrada na proliferação de múltiplas esferas públicas”, na “multiplicação de arenas públicas nas quais a exclusão social/cultural, de gênero, racial e econômica, e não apenas a política, pode ser contestada e ressignificada” (Ibid: 9). Nos anos 80 e 90, essa contribuição dos movimentos não mais se daria através de ações isoladas, mas sim por meio de uma rede movimentalista — que Alvarez e Dagnino chamam “teias de movimentos sociais” — que articularia uma série de outros atores no processo de ampliação democrática e colocaria desafios importantes para a democracia representativa no Brasil. É no interior dessas teias que se encontram hoje a maior parte das ONGs, como um ator institucionalizado, mas parte de um conjunto maior de articulações com maior ou menor grau de formalidade. Segundo Ana Maria Doimo, que compartilha dessa interpretação, o campo em que se tecem as teias dessa rede movimentalista “se assenta sobre relacionamentos interpessoais que ligam indivíduos a indivíduos, envolvendo conexões que vão além de grupos específicos e transversalmente atravessam instituições sociais, como a Igreja Católica, o protestantismo — nacional e internacional —, a academia, as organizações não-governamentais (ONGs), organizações de esquerda, sindicatos e partidos políticos.”²⁴

²⁴ Ana Maria Doimo, apud Alvarez & Dagnino; 1995: 16.

Independente de se estar com o foco analítico na “institucionalização política” ou na “teia dos movimentos”, a menor visibilidade dos movimentos sociais na arena política no período da redemocratização brasileira chamou, na segunda metade dos anos 80, a atenção acadêmica para o fenômeno das ONGs, dando início a uma preocupação em definir e conceituar analiticamente esse “novo” agente político.

São vários os autores brasileiros que, pensando sobre o campo das ONGs, procuram traçar os limites que definem esse fenômeno social. Em uma das primeiras reflexões sobre o fenômeno das ONGs no Brasil, Landim (1988) busca qualificar a categoria “Organização Não Governamental” através de uma análise das origens históricas dessas instituições no Brasil, e elabora um primeiro recorte baseado no tipo de ação das organizações.

Para a autora o reconhecimento do termo “ONG” é já um indicador da existência de um universo institucional específico, caracterizado por um conjunto de instituições e agentes sociais especializados, com raízes nos “centros de educação popular” dos anos 70, articulados em espaços que produzem problemáticas, retóricas e práticas sociais específicas.

Esse esforço de caracterização é interessante por evidenciar que o termo “ONG” não pode ser tomado ao pé da letra (como definidor de instituições que não são governamentais) mas deve ser lido como uma categoria classificatória, delimitadora de fronteiras que, embora fluidas, movediças e ambíguas, caracterizam e se referem a um conjunto de práticas institucionais semelhantes e a um universo de atores particular.

Uma das características, aliás, desse universo é o de estar constantemente produzindo reflexões acerca de si mesmo e de sua identidade. Landim chega a sugerir que seria muito rica uma análise das instâncias (encontros, fóruns, etc) em que esta identidade é forjada pelos atores institucionais. O importante, parece-me, é o fato de — já em 1988, época em que o texto fora escrito — haver entre os agentes envolvidos neste campo o reconhecimento de um tipo específico de instituição, com um corpo de agentes particular, se referindo a referências em comum, convenções, regras, valores, etc. e que poderiam ser ditos típicos do mundo das ONGs.

Na caracterização desse “universo” — o termo “campo” não é utilizado — Landim identifica um perfil de atores sociais com características semelhantes, que ela chama “uma gente das ONGs”, e um tipo de relações institucionais semelhante, que ela desdobra em dois níveis: as relações das ONGs com agências de financiamento internacionais e as relações das ONGs com seu público no Brasil, incluindo como principal interlocutor nesse conjunto os movimentos populares. Esses aspectos serão retomados no próximo item. Por enquanto importa observar que, para os fins de seu trabalho, a autora identifica três sub-conjuntos que se destacam no universo dessas instituições: as ONGs que trabalham com mulher; as que trabalham com a questão do negro; e aquelas a serviço do Movimento Popular. Landim adota essa classificação para informar ao leitor que sua pesquisa trata apenas desse terceiro grupo.

A respeito desses três “rótulos” (primeiro esboço de um sistema classificatório) há algo que não deixa de ser importante observar. Landim não diz que essas eram “categorias nativas”, o que faz crer que a categorização foi obra da pesquisa relatada no texto. Nesse sentido revela coisas acerca das preocupações do próprio universo acadêmico daquela época. Não há na classificação ONGs que trabalham com “gênero”, nem sequer com “mulheres”. O singular é marcante. Na segunda categoria então, o singular é ainda mais forte, pois não só define *um* sujeito-alvo das ONGs (o negro), como também *uma* problemática a ser tratada (*a questão do negro*).

Pesquisas mais recentes parecem buscar recortes mais variados que dêem conta de uma maior diversidade de práticas entre as ONGs — sem abrir mão, contudo, de encontrar a definição adequada para classificar tais práticas em relação às demais no campo. Geralmente tais autores buscam definir uma fronteira para o fenômeno a partir de características gerais das ONGs. Nesse esforço, inevitavelmente, encontram uma variedade muito grande de práticas sociais para agrupar sob uma mesma definição, e aí começa a necessidade de taxonomizar. Isso fica claro na proposta de análise apontada por Elyani Araújo em um trabalho sobre práticas informacionais entre ONGs.

Para definir o que é ou não uma “ONG” Araújo se vale de definições de vários autores. Scherer-Warren (1995), por exemplo, cria uma fórmula baseada em dez características: “organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins

lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político e de assessoria técnica. Prestadoras de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações ao nível micro (do cotidiano e/ou local)” (Scherer-Warren; 1995 *apud* Araújo; 1998:72)

A despeito dessa “camisa de força” definicional, Araújo logo se depara com uma dezena de fatores que diferenciam o perfil dessas organizações. Segundo a autora, o perfil de uma ONG varia muito em relação: às categorias sociais a que se vinculam; às instituições a que se vinculam; às afinidades ideológicas; ao estilo de trabalho; aos interesses a que se unem a nível local; às agências financiadoras a que se vinculam; ao nível de organização institucional; e por fim, às relações pregressas de seus agentes.

Essas diferenças todas são então organizadas de acordo com quatro recortes principais para classificação das ONGs (como se organizam, quais suas funções, a serviço de quem atuam e quais seus objetivos) acerca dos quais a autora passa a discorrer, identificando (de acordo com um modelo de Scherer-Warren) três referenciais diferenciadores dos campos de ação das ONGs: filantropia; desenvolvimento e cidadania²⁵. É interessante notar que “gênero”, assim como meio-ambiente, educação popular e geração de renda são vistos aqui como questões típicas das ONGs orientadas pelo referencial do “desenvolvimento” e que o tomam com o sentido da sustentabilidade ecológica e justiça social.

Se as categorizações nos estudos acadêmicos são freqüentes, isso não significa que haja consenso quanto a elas. As limitações de uma categorização absoluta são bem lembradas, aliás, por outro trabalho bastante citado nos estudos sobre ONGs: o livro de Rubem César Fernandes acerca do chamado “terceiro setor” (Fernandes; 1994) Ao iniciar uma abordagem geral ao terceiro setor na América Latina, Fernandes cita uma definição

²⁵ Outra autora que faz uma classificação semelhante é Thereza Montenegro (1994) Ao diferenciar o tipo de ONG ao qual seu livro se refere — as ONGs progressistas (ONGPs) — Montenegro o define como “aquelas que desenvolvem trabalhos predominantemente de assessoria, organização dos movimentos populares, educação e comunicação, desenvolvendo também a prestação de mais de um desses tipos de serviço” (p.14)

dada pelo sociólogo norte-americano Lester Salomon que considera esse setor emergente como “composto de (a) organizações estruturadas; (b) localizadas fora do aparato formal do Estado; (c) que não são destinadas a distribuir lucros aferidos com suas atividades entre os seus diretores ou entre um conjunto de acionistas; (d) autogovernadas; (e) envolvendo indivíduos num significativo esforço voluntário” (Salomon, *apud* Fernandes; 1994:19). Frente a uma definição tão categórica, Fernandes trata de levantar algumas controvérsias, apontando por exemplo autores que incluiriam movimentos não-institucionalizados na definição do “terceiro setor”. “O conceito — diz Fernandes — é amplo com certeza e passível de múltiplas qualificações em sua determinação positiva. Os três setores [Estado, Mercado e o terceiro setor] interpenetram-se e condicionam-se de tal maneira que a definição exata dos limites é motivo de controvérsias e variações no tempo e no espaço” (Ibid.:21). Fernandes lembra aliás que estudos comparativos são uma constante em revistas especializadas em estudos de desenvolvimento.

A questão da definição e da classificação das ONGs se tornou tão importante nos estudos sobre o tema que já deu origem a artigos inteiros refletindo sobre essa questão. Um bom exemplo está na revista *World Development*, uma espécie de revista fronteira entre o campo acadêmico e o mundo das ONGs, na qual pesquisadores de diversas universidades publicam reflexões e debates considerados importantes para os projetos de desenvolvimento²⁶ — e isso inclui não só projetos das ONGs em si, mas todo o aparato de instituições envolvido no chamado “terceiro setor”, como as Fundações, as agências do sistema ONU e até setores governamentais responsáveis por políticas de desenvolvimento.

Um dos artigos publicados nessa revista (Vakil, 1997) trata da classificação das ONGs como uma questão fundamental a ser enfrentada por qualquer pesquisa que busque compreender o campo. Ao justificar essa centralidade, a autora nos permite entender alguns dos motivos pelos quais as pesquisas sobre ONGs estão sempre às voltas com

²⁶ Cheguei à revista *World Development* observando citações constantes que apareciam em alguns materiais produzidos pelas próprias ONGs. Nesse sentido a revista parece ocupar um lugar de destaque dentro do campo, caracterizando um dos fóruns privilegiados de interlocução entre as ONGs e outros agentes do seu campo e do campo acadêmico. É por isso que os três artigos da revista que citarei no texto parecem-me bastante significativos dos debates que pautaram muitas das ações institucionais aí ocorridas.

taxonomizações. O texto encara a falta de consenso nas definições (seja de “ONGs” seja de “desenvolvimento”) como um problema, resultado em parte da simultaneidade de estudos multidisciplinares e que impede a integração de um *quadro geral* de análise.

Anna Vakil — professora da *University of Windsor*, Ontario, Canadá — assim como outros pesquisadores, considera que “a falta de um quadro de referência para classificação de ONGs impediu seriamente a compreensão do setor”. Segundo o argumento da autora, é preciso um consenso acerca das “unidades de análise” para que se possa produzir uma discussão teórica sobre os papéis e o comportamento das ONGs. Da mesma forma, para que se possa construir um corpo de conhecimento acerca dessa realidade é preciso que as observações vindas da pesquisa empírica possam ser generalizadas para algumas classes de ONGs. “Para a comunidade acadêmica, a falta de acordo acerca de como definir essas classes é, pois, uma questão tanto teórica quanto empírica” (Vakil, 1997:2057)

Por outro lado, Vakil considera a construção desse quadro de referência fundamental para as próprias ONGs. Para a autora, há uma cobrança cada vez maior pela troca de conhecimento baseado na experiência entre as ONGs. Contudo, para que essa “transferência de conhecimento” possa ocorrer, é preciso que se saiba a que tipo de ONG pode ser útil o conhecimento de uma dada organização. A falta de um quadro de referência que responda a essa questão “tem implicações diretas para os organizadores de conferências, workshops e seminários”.

Ao apresentar sua proposta para a construção desse “quadro referencial”, Vakil faz uma revisão dos modelos utilizados por outros autores, demonstrando seus pontos frágeis e suas insuficiências, em linhas gerais muito semelhantes: todas tendem a mapear e classificar as ONGs enquanto instituições como um todo. Isso esbarra no fato de que as ONGs costumam ter uma natureza multi-dimensional, e dependendo do tipo de recorte que se faça, pode-se chegar a vários perfis institucionais para uma mesma ONG²⁷. Com

²⁷ De fato, essa “natureza multi-dimensional” é reconhecida até mesmo pelo catálogo das organizações filiadas à Associação Brasileira de ONGs. Ao criar um índice classificado ao fim do catálogo, a ABONG sentiu a necessidade de explicar, em um “comentário preliminar”, que “uma das características das ONGs é dedicar-se a uma pluralidade de atividades. As especializações não são freqüentes, embora existam. (...) Nesse sentido qualquer classificação torna-se difícil. (...) Resolvemos incluir também esse índice tendo

isso aqueles autores acabam criando tipos de ONGs que não são encontradas em lugar nenhum, pois toda ONG real tem sempre uma mistura dos tipos identificados, e pode enfatizar um ou outro dependendo da situação em que se encontre dentro do campo²⁸. Essa proposta de classificação se reflete na verdadeira sopa de letras que se cria para designar os “tipos” de ONGs.

Se por um lado as ONGs já têm uma natureza multi-dimensional, por outro os estudos são feitos a partir de diferentes perspectivas disciplinares, e cada uma enfatiza uma das dimensões das ONGs para criar seus “tipos”. Com isso o número de “tipos” cresce muito, perde funcionalidade e vira uma sopa de letrinhas. Vakil cita quase 20 “tipos” criados pelas diferentes propostas classificatórias, entre eles: BINGOs (*Big International Nongovernmental Organisations*); DONGOs (*Donor Nongovernmental Organisations*); QUANGOs (*Quasi-Nongovernmental Organisations*); INGOs (*International Nongovernmental Organisations*); GROs (*Grassroots Organisations*); e até mesmo GONGOs (*Government Nongovernmental Organisations*).

Vakil trata então de apresentar o seu modelo. À diferença dos demais, a autora propõe que o quadro referencial não busque classificar instituições, mas sim mapear atributos organizacionais. Sua idéia é a de identificar os atributos comuns a todas as ONGs e que cada uma, ao seu modo, articula de maneiras específicas.

Essa proposta, embora acabe por fazer algumas generalizações, parece estar mais atenta à forma como as ONGs jogam com suas identidades institucionais, esquivando-se de rotulá-las com aqueles tipos taxonomizados. Essa parece-me, contudo, uma perspectiva ainda minoritária na bibliografia analisada. As classificações operadas pela maior parte dos textos acadêmicos não atentam às “classificações nativas” usadas pelas ONGs e por outros agentes em relação com esse campo. Isso não significa que os esquemas classificatórios que desenvolvem não repercutem dentro do campo. O campo acadêmico tem uma relação muito próxima com o das ONGs, e os sistemas

consciência de seus limites (...). Assim uma mesma ONG pode aparecer em vários títulos. É possível que algumas devessem constar ainda em mais itens.” (Landim, 1996:216).

²⁸ O que não chega a ser uma surpresa para uma perspectiva antropológica. Todo o debate sobre “identidade” (especialmente na chave pós-estruturalista, como aquele dos textos de Butler e Haraway que

classificatórios articulados em sua bibliografia acabam circulando entre essas organizações.

Ao tomar a definição da categoria “ONG” e seus sub-tipos como uma tarefa imprescindível, esses textos põem-se em um diálogo importante com o próprio campo das ONGs. Como toda proposta classificatória, ao definir fronteiras está-se excluindo muito mais do que incluindo. Nesse sentido, a definição da categoria “ONG” é também o resultado de uma luta política do campo, por mais que se pretenda uma tarefa científica da pesquisa acadêmica. Quem define quem entra ou não nessa categoria está desempenhando um papel importante na dinâmica do campo. A academia e suas pesquisas interagem com o campo e isso fica claro nesse esforço de classificação e seus dilemas.

Essa pequena revisão da bibliografia sobre ONGs caracteriza já alguns dos constrangimentos existentes dentro do campo das ações voltadas ao desenvolvimento. Os agentes institucionais que dão vida ao campo das ONGs têm que lidar de forma muito próxima com um outro campo — o acadêmico — em que são constantemente transformados em siglas e enquadrados em categorias. Na medida em que as propostas classificatórias definidas pelos textos acadêmicos formam parte importante das regras que delimitam a ação dos sujeitos dentro daquele campo, temos que as ONGs acabam valendo-se de algumas daquelas categorias para se posicionar umas em relação às outras.

O próximo passo para qualificar melhor os constrangimentos do campo é dar atenção à forma como as próprias ONGs se referem umas às outras. Isso deve ser feito no sentido de definir que elementos das práticas operadas pelos agentes institucionais desse campo são reconhecidos como capital simbólico específico e asseguram posições determinadas a certos agentes. (Bourdieu, 1996)

Para situar as ONGs de que vamos falar mais adiante, é preciso saber que aspectos de suas práticas são tidos como importantes no campo. O material apresentado até aqui deve ser lido como as fontes que nos permitem identificar que elementos são utilizados dentro do campo para situar esses agentes em relação uns aos outros. Se

vimos na primeira parte) enfatiza essa construção fluida de “identidades” articuladas de forma contrastiva e momentânea.

quisermos entender a posição de alguns agentes institucionais no campo — passo importante para compreensão do tráfico simbólico no qual se inserem os diversos sentidos do termo “gênero” — devemos ter em mente como esses agentes constroem uma linguagem através da qual se relacionam. É nesse sentido que devemos interpretar as diferentes “classificações” criadas e articuladas nos diferentes fóruns de debate das ONGs. Vejamos então alguns desses fóruns e as classificações que eles articulam.

Numa pesquisa preliminar pude encontrar referências a necessidade de classificação das ONGs em pelo menos três tipos de materiais: nos debates e fóruns das ONGs; nas relações com agências (documentos, avaliações, plataformas, GTs); e nas relações com organismos governamentais.

Em uma palestra feita em um seminário organizado por ONGs no Rio de Janeiro, em 1995, para discutir questões que vinham sendo colocadas em função do “duplo caráter” das ONGs — instituições com fins públicos porém de direito privado — e suas implicações no campo ético e jurídico-institucional, *Andréa Menescal* (1996) também se envolveu com a questão das fronteiras (agora mais institucionais) do fenômeno ONG. Para discutir a “História e Gênese das Organizações não Governamentais”, é significativo que a maior parte do texto trate de classificar as ONGs e mesmo as agências de financiamento. Em primeiro lugar, Menescal define “ONG” pelo tipo de relação que essas organizações têm com a sociedade civil: nem de hierarquia (como tem o Estado), nem de troca (como o mercado), mas de solidariedade. Em seguida define, como fizera Scherer-Waren, critérios para designar uma ONG: deve ter uma estrutura formal, não ter fins lucrativos, possuir considerável autonomia, estar ligada à sociedade através de atos de solidariedade e possuir função sócio-política. Por fim, para tratar da constituição histórica das ONGs e de seus diferentes perfis, a autora as diferencia em dois grandes tipos: as “ONGs do Norte” (instituições situadas em países do hemisfério norte) e as “do Sul” (em países do hemisfério sul), sendo as primeiras basicamente as agências de financiamento. Analisando o caso específico dessas ONGs na Alemanha, *Andrea*

Menescal identifica então mudanças nos perfis predominantes desde os anos 50, relacionando, por fim, a ação de cada tipo à sua concepção de desenvolvimento.²⁹

Outro seminário que revela aspectos importantes de como as ONGs se identificam realizou-se (também no Rio de Janeiro) em 1993, para discutir a especificidade do trabalho das “médias ONGs”, em oposição aos “mini-projetos”, às “grandes ONGs” e às “redes de ação”. Esse debate (NOVA; 1993) revela bem a disputa por valorizar a categoria de “médias ONGs” dentro da distribuição de capital simbólico específico no campo. O documento que resultou do evento enfatiza que, para que as grandes ONGs e ações em rede tenham um trabalho eficaz, é fundamental o “trabalho de formiga” das médias instituições. “As grandes ações, campanhas e manifestações públicas”, diz o texto, “têm necessidade, para que o esforço não se perca, de obter respostas junto a diferentes segmentos sociais. São trabalhos como os das médias ONGs que, por sua proximidade efetiva com a dinâmica destes diferentes segmentos, contribuem de maneira decisiva para o enraizamento das idéias e para o acúmulo real de forças” (Ibid; 22).

Um organismo intergovernamental importante em diálogo com as ONGs e que também opera com classificações é a ONU e suas agências³⁰. Em um relatório de um seminário promovido, em 1986, pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) para intercâmbio entre “ONGs que trabalhavam com mulheres” (era essa a categoria maior de classificação adotada então), aparece um outro tipo de classificação para diferenciar internamente o grupo de agentes institucionais presentes ao seminário. A classificação, voltada para a formação de grupos de trabalho, separava as ONGs em três grupos: as de ação direta para o atendimento de necessidades práticas das mulheres; as

²⁹ Outro material relacionado à importância da classificação para discussão dos marcos institucionais das ONGs é uma publicação do programa Comunidade Solidária. Nele, um grupo da esfera de atuação governamental se empenha na discussão do marco legal desse fenômeno em resposta a questões bastante práticas. O texto relata experiências em que a falta de uma legislação específica para a realidade das ONGs causou dificuldades ao desenvolvimento de projetos conjuntos entre organizações desse tipo e órgãos governamentais, argumentando com isso pela necessidade de definir com maior clareza os tipos de ação e os perfis das ONGs para fins jurídico-legais na relação com o Estado.

³⁰ É impressionante notar como o diálogo entre ONU e ONGs está ficando cada vez mais freqüente. A ONU chegou mesmo a lançar uma cartilha destinada a explicar para ONGs como funcionam suas conferências mundiais e como as ONGs podem participar desses eventos. (ONU/UNIFEM; 1995).

ONGs de pesquisas e estudos; e as ONGs de comunicação, voltadas aos interesses estratégicos das mulheres.

Um outro tipo de documento que revela os usos das categorizações no campo são os relatórios avaliativos e os planos estratégicos das agências internacionais. Em seu documento de “Política de Cooperação para o Brasil: 1997 - 2001”, a Novib, uma agência holandesa que apoia 42 ONGs em todo o país, apresenta vários tipos de classificação dos *projetos* desenvolvidos por suas contrapartes. O único momento, porém, em que o texto classifica *ONGs*, o faz por meio da abrangência de sua ação: “ONGs ativas a nível nacional”, “a nível regional”, “a nível local” e as “intermediárias, que desempenham um acompanhamento específico a grupos específicos em todo o país” (Novib, 1995:18). Com relação aos *projetos* desenvolvidos por essas ONGs, porém, há várias outras formas de classificação. Uma mais geral é a aquela feita entre projetos de “combate direto à pobreza” (que dispõe de 55% dos recursos orçamentários previstos para o período 1997-2001), aqueles ditos de “fortalecimento da sociedade civil” (com 35% de recursos disponíveis no orçamento) e os de “pressão política” (para os quais se reservou 10% dos recursos totais da Novib para o Brasil no período). A distribuição dos recursos, embora deva obedecer a essa categorização mais geral, é apresentada também com relação à abrangência dos projetos. No ano de 1995, 48% dos recursos foram destinados a “projetos intermediários e de assessoria”; 43% para “projetos diretamente ligados aos grupos de base”; e 9% para os “projetos integrados em rede”³¹.

O mais significativo, porém, é a proposta de classificação temática dos projetos e das contrapartes elaborada visando a formação de grupos de trabalho para discussão de questões pautadas pelo seu planejamento. Nesse quadro classificatório (chamado “estrutura matriz da política Novib”) entrecruzam-se três eixos temáticos de projetos com quatro dimensões presentes nos projetos em geral. Dessa forma, cria-se uma grade, em que cada eixo temático (1. Sustentabilidade democrática e qualidade de vida; 2.

³¹ Esses dados são significativos por evidenciar o quanto a linguagem das classificações é importante na negociação de aporte financeiro e institucional entre os agentes do campo das ONGs. A definição de um projeto como sendo de “pressão política” ou “combate à pobreza” pode determinar o volume de recursos disponível para sua execução, e isso não é um fator de pouca importância na forma como as ONGs procuram se apresentar às agências.

Democratização, poder público e participação; e 3. Novos direitos e valores ético-culturais), colocado no eixo X da grade, cruza com cada uma das quatro dimensões (1. Gênero e Raça; 2. Direitos humanos; 3. Socio-ambiental; 4. Globalização) dispostas sobre o eixo Y da grade. Essa proposta surgiu de uma grande discussão entre a Agência e suas contrapartes, que não aceitavam receber um simples “rótulo”. A resistência a ser classificada e a afirmação da própria complexidade institucional são, aliás, uma constante entre as ONGs. Para evitar a classificação pura e simples, que poderia amarrar a identidade de cada ONG, as parceiras de Novib propuseram esse quadro complexo e entrelaçado que permite a cada ONG se mover entre pontos de intersecção de eixos temáticos e dimensões de seu trabalho.³² “Gênero” aqui aparece pois como uma dimensão que se faz presente em diversos tipos de projetos e não define, portanto, um tipo específico de ONG.

Outro texto, ao qual voltaremos mais adiante, é uma avaliação da atuação da agência de cooperação britânica OXFAM, acerca do apoio dado a projetos de gênero no Brasil de 1988 a 1993. Agência inglesa com 1.000 funcionários e 30.000 voluntários em todo o mundo, a OXFAM atua no Brasil somente no Norte e Nordeste apoiando um total de 130 entidades (ONGs e movimentos sociais). Nesse documento de avaliação, a questão da classificação parece se dar por resolvida a partir do momento em que o texto se refere apenas ao trabalho da agência com projetos na área de gênero. Contudo, mesmo dentro desse “universo dos projetos de gênero”, há diferenciações temáticas que tendem a ser usadas para classificar ONGs. OXFAM as agrupa em seis tipos de projetos: *sexualidade e saúde* (tanto na dimensão da difusão de informações/prevenção quanto na de atendimento direto); *violência* (tanto na análise e pesquisa sobre desigualdade nas relações de gênero quanto na articulação com movimento de direitos humanos para demanda por serviços públicos de atendimento às vítimas); *condições de trabalho* (remuneração, oferta de emprego, etc.); *alternativas de sobrevivência econômica* (programas de geração de emprego e renda); *creches*; e *moradia*.

³² Novamente aqui vemos como é importante para os agentes institucionais desse campo manter uma certa flexibilidade na forma como constroem suas identidades. Essa proposta de classificação “aberta” dada pela grade da Novib formaliza o receio das ONGs em ser “fixadas” dentro de uma categoria definidora de seu perfil institucional.

Ao olharmos para todo esse material buscando aquele passo à trás a que nos referimos no início do capítulo, surgem algumas constatações importantes para a tarefa proposta por este trabalho. Basicamente, as classificações utilizadas (tanto nas pesquisas acadêmicas quanto nos diversos fóruns ocupados pelas ONGs) dão corpo a uma linguagem que orienta boa parte das relações entre os agentes institucionais envolvidos no campo. A linguagem resultante desses diferentes sistemas de classificação das ONGs permite identificar algumas características importantes do campo.

Em primeiro lugar, é marcante a importância que se dá à noção de “autonomia”. As ONGs fazem questão de se mostrar o mais autônomas possíveis (não somente frente ao Estado, mas também frente à ingerência de suas agências financiadoras). E isso não só valoriza a posição daquelas que se mostram menos dependentes destes outros agentes, como se reflete na recusa dessas organizações em aceitar “rótulos” das agências de cooperação. As ONGs têm receio de ser rotuladas e buscam instrumentos institucionais (como aquela grade de Novib) que lhes assegurem a possibilidade de se mover dentro dos quadros de referência criados pelas agências.

O “quadro classificatório” de que fala Vakil é, na prática, reconstruído constantemente e articulado de diferentes maneiras pelos agentes institucionais de acordo com a situação que se apresente. Isso acontece com o termo gênero, que ora aparece como marcador significativo para rotular ONGs, ora é insuficiente. Ora define uma categoria específica de ONG, ora é apenas um aspecto importante a estar presente em uma série de projetos, esses sim identificados por outros fatores.³³

Entre outras coisas, isso nos indica que para situar uma ONG dentro do campo não basta a referência ao trabalho com “gênero”. Há momentos em que isso é significativo e outros em que não. É preciso levar em conta outros marcadores importantes e que também são objetos de disputa dentro do campo, como os que se referem ao tamanho e abrangência da instituição (mini-projetos, pequenas e médias ONGs, grandes ONGs e redes de ação).

³³ A recusa em aceitar classificações no que se refere ao trabalho com gênero fica clara no movimento pelo qual, como veremos adiante, as ONGs passaram a rejeitar a oposição “necessidades práticas” *versus* “interesses estratégicos”, tal como havia sido utilizada no seminário de 1986 (UNICEF).

Outra característica relevante desse campo é a rede de laços de sociabilidade que vai formando uma “aldeia” de gentes de ONGs. E essa é mesmo a especificidade de meu aporte disciplinar. Em mais de uma conversa com pessoas que trabalham em ONGs ouvi o comentário de que o campo das ONGs no Brasil é uma pequena aldeia, em que (dentro de alguns núcleos regionais e temáticos) todos se conhecem e compartilham de uma trajetória de vida em comum. Trajetórias que originam afinidades mas também brigas e disputas ferozes, desafetos, preferências, fofocas, etc. Em conversas informais é possível perceber que no campo das ONGs brasileiras contam muito mais os laços de sociabilidade dos grupos e a relação com as organizações hegemônicas do campo do que um quadro classificatório para a definição de quem participa ou não de eventos (e mesmo na definição de que eventos são “participáveis”, dignos de nota, na agenda das ONGs).

Por outro lado, mesmo se as ONGs dessa “aldeia brasileira” não gostam de ser rotuladas, elas têm que lidar com esses sistemas classificatórios pois eles são uma moeda importante no mercado simbólico do campo. Ajudam a definir o acesso a recursos nas agências e asseguram uma identidade pública para a instituição, identificada não pelo nome de seu diretor, tampouco pelo círculo de amizades em que ele está envolvido.

Quanto à presença do gênero nesses sistemas de classificação, podemos ver que o termo aparece de diferentes formas enquanto categoria de diferenciação das ONGs. Em alguns textos (Vakil) ele pode ser um “atributo avaliativo” que separa as ONGs que atuam em prol das mulheres daquelas que não identificam essa perspectiva em particular na sua ação. Para outros (Araújo), gênero é um tema que, como outros (meio ambiente, educação popular, geração de renda) está presente no mesmo universo de ONGs, aquelas comprometidas com o campo de ação do desenvolvimento. Em outros textos (Landim), o trabalho com mulheres é marcador de uma classificação que opõe essas ONGs às que trabalham com outras questões (Negros e Movimentos populares). Na avaliação de OXFAM, o trabalho com gênero não define um tipo específico de ONG, mas está presente em várias práticas e projetos que se recortam por temas variados (sexualidade, saúde, direitos reprodutivos, direitos trabalhistas, etc.) Da mesma forma, o plano quinquenal de Novib enfatiza em diversas passagens isso que se chama a

“transversalidade” da preocupação com gênero, devendo estar presente em vários tipos de projetos dirigidos a homens e mulheres.

Para tornar mais claro esses vários sentidos do termo “gênero”, é preciso não nos atermos apenas aos modelos de classificação. Proponho darmos uma olhada na bibliografia sobre a história das ONGs na América Latina e ver como se deu a introdução da preocupação com mulheres e posteriormente com gênero, para, então, compreender melhor os usos que estão sendo feitos do termo.

2. Um pouco de história

“Gênero” entrou no vocabulário das ONGs brasileiras no final dos anos 80 e começo dos 90 (OXFAM, 1994; Araújo, 1998). Para entender algo acerca de sua “movimentação” nesse campo é preciso antes saber o que o termo encontrou quando chegou por aqui. Que portas estavam abertas para a entrada do “gênero”? Qual era a disposição que facilitava ou não a circulação do termo dentro do campo? Para isso, precisamos de um pouco de história, e devemos ver o que dizem alguns autores acerca das preocupações de então, de suas origens históricas, dos atores que trabalhavam nesse campo.

Toda literatura sobre a história das ONGs inicia esse relato partindo dos anos 50, período em que a ONU começa a denominar como ONGs as instituições sem vínculo direto com governos direcionadas então para projetos humanitários de reconstrução do mundo pós-guerra. (Araújo, 1994; Landim, 1987; Menescal, 1996; Montenegro, 1994; Yudelman, 1996) Em um texto voltado a analisar o papel das ONGs no processo de desenvolvimento social, especialmente no que se refere ao que a autora chama “projetos relativos à mulher”, Lilia Rodríguez dá algumas dicas sobre o variação dos enfoques e das prioridades das ONGs a partir de então para a América Latina.

Rodríguez faz um vô panorâmico sobre a presença das ONGs na América Latina de suas origens, nos anos 50, aos dias atuais, enfocando os modos pelos quais surgem os diversos tipos de preocupação com “mulheres” nas atividades das ONGs em cada período, até a utilização do termo “gênero”. Nos anos 50, as ONGs tinham um caráter

ligado ao modelo desenvolvimentista fomentado pela aliança para o progresso, de modo que sua ênfase estava na prestação de serviços para o combate a pobreza e crescimento econômico, sem atenção especial às mulheres.

Os anos 60 e 70 são de críticas a esse modelo, marcando um período no qual surgem as chamadas ONGs históricas, e cujas origens estão melhor descritas em Landim (1987). Surgem aqui as ONGs que se caracterizam como braço de apoio aos movimentos populares. A ênfase no aspecto econômico ganha outros significados que não o desenvolvimentismo, apoiando-se nas críticas da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe, da ONU) e nas teorias então formuladas para compreensão do subdesenvolvimento. Nesse sentido surgem as teorias de “inclusão da mulher no desenvolvimento” (ou “Women in Development - WID”, como costuma ser referida na bibliografia), como tentativa, nos anos 70, de incorporar as mulheres nos processos de planejamento social para o desenvolvimento. Essa perspectiva praticamente equaciona “desenvolvimento” a “combate à pobreza” e, desta forma, a prioridade no trabalho com mulheres passa a ser o combate da condição de exclusão econômica das mulheres. Esse é um marco importante, uma vez que, como veremos, a transformação dessa concepção restrita de “desenvolvimento” é fundamental para o alastramento da noção de “gênero” no campo das ONGs.

Ainda nos anos 70, a teologia da libertação e a pedagogia de Paulo Freire abrem maiores espaços para o “componente mulher” nos discursos das ONGs para além da perspectiva de sua integração no desenvolvimento econômico. Inspiradas por essas referências, pela força do movimento feminista no período e estimuladas pela década da ONU dedicada à mulher (1975-1985), surgem nesse período várias ONGs “de mulheres”, dedicadas a prestar serviços de atendimento a necessidades específicas de mulheres.

Uma parte importante dessa teoria era alimentada por projetos do Banco Mundial que acreditava bastar investir no combate à pobreza das mulheres para promover o desenvolvimento. Esse aspecto da estratégia de inclusão das mulheres no desenvolvimento (WID) é bem retratada em um texto da associação de agências de desenvolvimento da igreja protestante alemã (AG-KED; 1993). O texto indica 1975 como um ano chave para mudança de política do Banco Mundial para projetos de

desenvolvimento no terceiro mundo, passando a tomar “a mulher” como instrumento de desenvolvimento por causa de seu “papel chave na família, em prover cuidados com a saúde, na produção de alimentos e de suas muitas e variadas atividades no setor informal” (AG-KED; 1993:8). Críticas dos movimentos de mulheres, apontando para a insuficiência dessa perspectiva, ampliaram as fronteiras das teorias de WID, mas a relação mulher-pobreza-desenvolvimento continuava operando.

A importância dessa relação para as ações institucionais dos anos 80 é destacada também em um artigo de Sally Yudelman, publicado na revista *World Development* em meados daquela década. Tendo como preocupação central a importância dos papéis econômicos das mulheres (*women's economic roles*), o texto faz uma avaliação das dificuldades então existentes nas ONGs para que incorporassem de fato a preocupação com essa dimensão. Para tanto, Yudelman traça a história da implantação dos programas de desenvolvimento social na América Latina, mostrando como suas origens dificultam a introdução da perspectiva de WID.

A autora indica que, terminada a II guerra mundial, várias agências internacionais (então denominadas pela ONU de ONGs) cumpriam o papel de assegurar ajuda social emergencial na reconstrução da Europa, numa política paralela à preocupação com o crescimento econômico (uma vez que esse estava sendo assumido pelo recém criado Banco Mundial). No final da década de 60 essas agências começam a se voltar para os países ditos “em desenvolvimento”, em um primeiro momento dando fomento a instituições de caridade (como orfanatos, hospitais, clubes de mães, Rotarys, etc.). No início dos anos 70, há um processo de crítica à idéia de que a transferência de capital e tecnologia dos países desenvolvidos para os “em desenvolvimento” traria o crescimento por igual no interior desses países. Com isso, emergem estratégias orientadas para a pobreza e a equidade e, paralelamente, aumenta a disponibilidade de fundos para assistência direta aos pobres. Dessa forma, as então organizações de apoio ao bem estar social rapidamente se transformam em agências de desenvolvimento. (Este termo é então entendido como combate à pobreza e à desigualdade para o crescimento econômico). Nos anos 70, surgem também novas agências de desenvolvimento, já voltadas à oferta de alternativas econômicas e serviços para os pobres. Yudelman cita exemplos de vários

tipos de projetos então financiados, desde a organização de cooperativas e federações para oferta de créditos até programas de saúde e planejamento familiar. Para a autora, porém, tanto as novas agências quanto aquelas de cunho caritativo (inspiradas pela política do Banco Mundial tal como indicada no texto da AG-KED) somente viam as mulheres associadas a papéis domésticos — ao tomá-las como beneficiárias as viam “como dependentes com crianças ou como mães grávidas e lactantes. Qualquer programa de geração de renda desenvolvido então estava plantado sobre projetos que proviam serviços de saúde e bem estar” (Yudelman; 1987:180).

Na América Latina, os programas orientados para o combate à pobreza foram estimulados ainda mais por fatores locais, como o forte compromisso da Igreja Católica com esse tipo de programa, reforçado na conferência dos Bispos Latino-Americanos em Medellín, em 1968. Essa presença também fortaleceu a visão que associava mulheres a papéis domésticos nos projetos, “influenciando fortemente as atitudes do movimento insipiente das ONGs em direção às mulheres e o tipo de projetos que as ONGs designaram a elas.

Na história das ONGs no Brasil, a influência da igreja católica é ainda mais acentuada. Landim (1987) aponta para essa presença marcante ao traçar a trajetória histórica das ONGs no Brasil — os primeiros tempos, as marcas de origem, a redemocratização, etc. — enfocando as origens sociais dos atores envolvidos nesse campo. Nessa análise, saltam aos olhos duas influências marcantes: a esquerda católica e a militância partidária.

Sendo a Igreja um dos espaços institucionais mais resguardados da repressão política no período da ditadura militar brasileira, é em seu interior que se desenvolvem muitas das atividades que dão origem às ONGs de hoje. É nesse espaço que se forma um conjunto de atores de classe média posicionados como “assessores/ animadores” indo em direção ao “povo” com o espírito de “compromisso com as comunidades”. Além desses atores de origem católica (ligados à Juventude Universitária Católica e à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), há outros que se aliam à Igreja sob a égide do “compromisso social”. Por fim, um terceiro ator é composto pelos militantes da “esquerda tradicional”. Em comum, os três tipos trazem vínculos com a universidade.

Para Landim, essa configuração de origem é uma das responsáveis pela característica das ONGs de estar sempre transitando entre os universos institucionais da Igreja, do Partido e da Universidade. Da mesma forma, isso implicava um estilo de trabalho que transitava entre a fraternidade cúmplice (tanto do militante quanto do missionário) e um desejo de profissionalizar-se. O trabalho voluntário entra aqui como característica das ONGs intimamente ligada a suas marcas de origem.

Esse contexto favorece ainda mais a ligação dos projetos que relacionam “mulheres” sob o abrigo de “projetos de combate à pobreza”. Com a redemocratização nos anos 80, porém, esse quadro começa a mudar e o universo das ONGs passa a ganhar contornos de um campo relativamente autônomo. As ONGs se multiplicam fora do abrigo eclesial e se fazem acompanhar de uma mudança de enfoque. Se os anos 60 e 70 são de “promoção social e desenvolvimento comunitário” (às margens do Estado), os anos 80 marcam a politização desse quadro, inserindo nele a “preocupação mais global com a transformação social através da educação popular”. Começam aqui os encontros e fóruns para discussão do papel desse “novo intelectual” comprometido com a transformação social, “a serviço” dos movimentos populares, em oposição ao intelectual acadêmico. Os agentes das ONGs começam refletir sobre si mesmos em oposição a outros existentes. Landim não chega a dizê-lo, mas creio que esse movimento marca o nascimento do “campo” das ONGs no Brasil.

Esse movimento não acontece apenas no Brasil, e tem implicações sobre a política de projetos de “integração da mulher ao desenvolvimento”. O próprio texto de Yudelman é um testemunho das críticas que começaram a ser feitas nos anos 80 a alguns aspectos dessa proposta. A associação, contudo, de “mulher” a estratégias de “combate à pobreza” permaneceu, e vive ainda hoje de maneira bastante arraigada em muitos dos discursos de ONGs que teremos ocasião de ver mais adiante.

Se o contexto na América Latina (e no universo das agências de financiamento) priorizava a perspectiva de integração da mulher ao desenvolvimento pela via econômica, é preciso observar que no Brasil havia, no final dos anos 70 a meados dos 80, uma outra tendência que ganhou força entre muitas práticas de grupos e organizações feministas. Trata-se das ações centradas na idéia de conscientização e desenvolvimento

emocional das mulheres. Bastante impulsionados pelo movimento feminista no Brasil, “grupos de consciência”, programas de rádio, oficinas de teatro e dramatizações em encontros de mulheres, todos marcaram uma abordagem menos centrada na idéia de desenvolvimento econômico. Desenvolvimento, para essas práticas, refletia a idéia de crescimento individual e emocional das mulheres, oprimidas por uma cultura patriarcal e por uma estrutura social que reprimia suas potencialidades. Um bom apanhado dessas práticas foram registrados em livros sobre o assunto (Régia et alii; 1987). Como no Brasil as ONGs feministas têm até hoje um peso significativo na introdução do conceito de gênero, é preciso ter em mente essa particularidade com relação aos projetos que incorporavam as mulheres exclusivamente como agentes de desenvolvimento social. Mas voltaremos a essa especificidade mais adiante.

3. *Gênero e desenvolvimento*

A marca de origem que ligou o trabalho com mulheres a uma perspectiva de desenvolvimento na América Latina criou também um binômio muito comum: “*mulher e desenvolvimento*”. O processo que vai, nos últimos 10 anos, pondo de lado esse binômio e substituindo-o pelo “*gênero e desenvolvimento*” é fundamental, e precisa ser entendido para que se tenha uma melhor idéia do contexto de circulação do termo gênero nas ONGs. Para tanto é preciso entender que o conceito de desenvolvimento também é objeto de conteúdos e significados bastante diversos, especialmente se analisado em uma perspectiva histórica.

A bibliografia sugere que vários conceitos de desenvolvimento foram sendo elaborados ao longo das décadas de 60, 70 e 80. Deste modo, se até os anos 60 o termo significava apenas crescimento econômico, nos anos 70 (sob a influência dos estudos da CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe, da ONU) tende a designar uma distribuição mais igualitária da riqueza. Ao longo dos anos 80 passa a significar o ajuste estrutural da política econômica aos modelos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Em todas essas três concepções, porém, a questão para os projetos

que articulavam “mulher” e “desenvolvimento” era a de garantir às mulheres *acesso* a tecnologias, profissões produtivas, participação e inclusão na economia, capacitação profissional, etc. Mesmo as críticas à perspectiva do Banco Mundial, se rejeitavam a idéia de “mulher” enquanto “agente/ instrumento do desenvolvimento”, não chegavam a questionar a idéia de que era preciso integrar as mulheres ao desenvolvimento econômico e social, especialmente através da garantia de acesso às mulheres a diversos meios de crescimento humano e econômico dos quais julgava-se estarem as mulheres historicamente excluídas.

Coincide (se por acaso ou não veremos mais adiante) com o ponto alto da renovação da idéia de desenvolvimento no final dos anos 80— que buscava dar-lhe uma roupagem mais politizada e menos presa ao aspecto econômico — o surgimento do termo “gênero” no campo das ONGs na América Latina. Não é de se espantar, portanto, que ele venha tantas vezes associado à palavra “desenvolvimento”, especialmente na definição de políticas das Agências de cooperação.

Os anos 90 marcam, segundo Rodríguez, uma nova noção de desenvolvimento para as ONGs latino-americanas que dá um grande impulso ao binômio “gênero e desenvolvimento”. Este se torna uma noção ampliada que passa necessariamente pela conquista da cidadania e pelo estabelecimento de relações sociais mais igualitárias. Esta noção, como veremos, demonstra facilmente o caráter indispensável da “perspectiva de gênero” na ação das ONGs, e parece-me fundamental para a proliferação do termo “gênero” no universo das ONGs.

Em um material de apoio a cursos, a ECOS (Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução) , uma ONG de São Paulo que trabalha com estudos sobre sexualidade e reprodução, afirma que nos anos 90 *desenvolvimento* passa a ser visto como um *processo* que, quando referido a um grupo alvo, inclui três dimensões básicas: democratização, emancipação e *empowerment*. Com isso há uma mudança na relação com os beneficiários, que deixam de ser um alvo passivo e devem ser integrados no planejamento do programa para que ganhem *autonomia* — palavra chave na concepção de gênero de consultoras latino-americanas (Barrig, 1994) — necessária ao alcance daquelas três dimensões.

Essa pluralidade, porém, de significados de desenvolvimento está na base de uma região pantanosa da linguagem de projetos do campo. Apesar dessa última concepção de “desenvolvimento” parecer menos colada às justificativas econômicas, ela ainda manifesta muitos usos que fazem o “gênero” passar pelo combate à pobreza. Em alguns materiais de ONGs que afirmam compreender o desenvolvimento como processo, podemos encontrar a idéia de que o combate à pobreza deve começar por aqueles que mais sofrem com ela: as mulheres. Elas seriam os sujeitos sociais do grupo familiar que sofrem as conseqüências mais agudas da pobreza e da exclusão social: “A mulher, com sua carga múltipla de trabalho doméstico, produção de alimentos, ocupação familiar, procriação e cuidado com os filhos, é quem geralmente experimenta os efeitos mais severos da pobreza extrema, com menos possibilidades de escapar dela” (ECOS; 1994:11). Fernandes traduz essa observação na constatação de que “na América Latina as ONGs têm-se dirigido sobretudo aos pobres, com uma agenda de direitos civis, concentrando-se nos locais de moradia. Elas tendem a priorizar regiões e funções mais fragilizadas na estrutura social — os pobres, em geral, as crianças e mulheres na família, trabalhadores rurais na produção” (Fernandes; 1994:76). Uma das versões desse discursos é, como veremos adiante, o da “feminização da pobreza”.

O fato de se encarar as mulheres como “os pobres da família”, e justificar o trabalho com mulheres por meio da finalidade de combate à essa condição de dupla pobreza (ou dupla opressão) tem suscitado no campo algumas críticas contundentes. Um outro artigo da revista *World Development* historiando e criticando a forma como “mulheres” (e mais recentemente “gênero”) têm sido associadas a diferentes sentidos de “desenvolvimento” na justificativa de ações e projetos sociais, aponta bem para esse problema. Trata-se do texto de Cecile Jackson, a respeito da necessidade de se “resgatar” o gênero daquilo que ela chama “armadilha da pobreza”.

Partindo da constatação de que “gênero tem sido assimilado no pensamento sobre desenvolvimento de uma forma particular e de que as muitas correntes do pensamento feminista e variedades da análise de gênero não têm sido absorvidas de forma equânime pelas agências de desenvolvimento”, Jackson afirma que em seu texto irá tratar “de uma

característica desse processo de assimilação — a percepção dos conteúdos de gênero no desenvolvimento como uma variante dos problemas de pobreza.” (Jackson; 1997:489).

A autora relaciona essa característica do processo de assimilação com a predominância de uma *abordagem instrumental* do gênero: aquela que faz do investimento na importância da integração das mulheres ao desenvolvimento (WID) um *meio* para o combate à pobreza. Essa abordagem instrumental, contudo, não se limita ao aspecto econômico de combate à pobreza. Segundo Jackson é comum que projetos justifiquem a ação dirigida a mulheres em termos de outros fins, como controle populacional, meio ambiente, etc.

A autora está atenta ao aspecto dinâmico da negociação de projetos e reconhece que apesar da política ser instrumental os resultados muitas vezes escapam aos desejos dos proponentes. As mulheres beneficiárias podem “usar” um programa economicista para discutir e resolver “n” outros problemas em suas vidas. A crítica que Jackson faz, portanto, da abordagem instrumental não está voltada à limitação dos resultados, mas sim à *armadilha política* do argumento que sustenta gênero com base em outros fins. Essa armadilha deve ser levada em conta pois a elaboração de um projeto não é atividade inocente. Segundo a autora, devemos estar atentos a essa crítica contra a abordagem instrumental uma vez que “os ‘projetos’ dos atores não se entrecruzam ou se sobrepõem sem conflito, negociação e compromisso, um processo no qual participantes e funcionários raramente são iguais. Onde a política e os objetivos do projeto diferem daqueles dos participantes, os resultados tendem a ser mais próximos daqueles de quem tem mais poder de barganha, as oportunidades de subversão são incertas”(Ibid:491).

É dessa perspectiva que Jackson analisa o discurso sobre a feminização da pobreza — aquele segundo o qual, por sofrerem mais com a pobreza, as famílias chefiadas por mulheres devem ser o foco das políticas de ação dos projetos. Jackson questiona a premissa do argumento, mostrando que a associação “mulher chefe de família” e “maior pobreza” nem sempre é verdadeira. Essa condição varia muito geográfica e historicamente. Em segundo lugar, a condição de “mulher chefe de família” está relacionada a constrangimentos e condicionantes de muitas outras ordens para além da econômica: “O significado da chefia feminina está fortemente relacionado à idade e

ao ciclo de vida tanto quanto a padrões culturais tais como probabilidade a aceitabilidade da viuvez e do divórcio e novo casamento” (ibid:492). Por fim, Jackson afirma que a ênfase no trabalho com “a família chefiada por mulher” não dá conta de perceber as relações intra-familiares, mantendo o conceito unitário de “lar/domicílio” e apenas trocando o gênero de seu chefe. É esse hábito também que faz com que programas de geração de renda se contentem com o aumento o nível de renda do “lar” como indicador de sucesso, não se perguntando pela qualidade da distribuição dessa renda nas relações intra-familiares.

Na conclusão, Jackson oferece uma sugestão para se pensar porque a associação gênero-pobreza fez tanto sucesso: “As narrativas sobre *Women Into Development (WID)* eram, nos anos 70, comumente construídas em torno das mulheres como vítimas do desenvolvimento, uma tendência sustentada, a despeito dos protestos das feministas do sul [dos países de terceiro mundo], em muitas das críticas do ajuste estrutural. O discurso de gênero também teve que sobreviver dentro das burocracias do desenvolvimento, elas mesmas dominadas por homens, em que era mais fácil cercar as questões de gênero como um problema de pobreza e argumentar pela feminização da pobreza do que admitir a corrosiva visão feminista das desigualdades de gênero cruzando as fronteiras de classe e etnicidade, deslocando a ‘alteridade’ do pobre e chamando atenção para o caráter marcado por gênero [*gendred*] das próprias agências de desenvolvimento.” (Ibid.:501)

E conclui criticando novamente as limitações políticas desse tipo de uso do “gênero”. Lembra que mulheres que não são pobres também sofrem discriminações de diversos tipos, e que suas posições também afetam a vida das mulheres pobres. “Mudando as percepções sociais dos papéis das mulheres e suas identidades, as conquistas das mulheres não-pobres podem influenciar positivamente as negociações de gênero, ideologias e oportunidades para mulheres pobres em direção à mudança da percepção social das opções das mulheres” (Ibid.:501)

4. Aparando as arestas: algumas observações preliminares

Demorei-me um pouco mais no artigo de Jackson por considerá-lo um informante muito especial. As críticas feitas por Jackson dificilmente despontariam no campo há uma década atrás — basta comparar os textos de Jackson e Yuedelman, publicados na mesma revista com uma diferença de exatos 10 anos. Nesse sentido, revela bastante do que se passou nesse período com a inclusão no campo do conceito de “gênero” e das reflexões acadêmicas que ele suscitou.

Ao expor alguns vícios de origem dos trabalhos com mulheres, o texto nos faz pensar sobre a importância da história desses programas para os usos que se fizeram do termo “gênero”. A história dos programas de desenvolvimento na América Latina (Araújo, 1994; Landim, 1987; Menescal, 1996; Montenegro, 1994; Yedelmán, 1996) ajuda a evidenciar porque o trabalho com “mulheres” buscou amarrar suas justificativas num primeiro momento no combate à pobreza. O campo (especialmente na América Latina) se estruturara em torno do combate à pobreza, e o termo “desenvolvimento” ganhara nos anos 70 a conotação de projetos voltados para o combate às desigualdades de acesso à riqueza (não só ao dinheiro, mas a tecnologias, a bens de produção, a alimentos, etc). Nesse contexto parece eficaz (e lógico) pensar no trabalho com mulheres como uma questão de projetos voltados para o combate às desigualdades de acesso. É uma versão do pensamento maior aplicada ao quadro referencial “da mulher” ou da “família”, como diz Fernandes.

Acontece que isso criava um “nicho” de mercado. Contribuía fortemente para a consolidação de “guetos”. Quando Landim fala da divisão do universo das ONGs entre as “que trabalham com mulheres”, “com a questão do negro” e “a serviço do movimento popular”, chama a atenção para a grande segregação que existia entre elas, cada qual desenvolvendo um tipo de atividade, um perfil institucional diferente e um universo próprio de interlocução.

Com a substituição do binômio “mulher e desenvolvimento” (WID) pelo “gênero e desenvolvimento” (GAD) na linguagem dos projetos, vemos uma alteração substantiva nesse quadro. Se por um lado o termo *gênero* se associa a uma noção mais inclusiva de

desenvolvimento, por outro ele traduz um caráter contrário à formação de guetos. Como visto dois itens atrás, em muitos momentos “gênero” é utilizado menos como uma categoria definidora de um tipo de ONG — como seria o ‘gueto’ das ONGs “de mulheres” — mas sim como um elemento importante em projetos de várias áreas. Esse uso do *gênero* como tendo um potencial “transversal” fica claro em muitos textos recentes de ONGs.

O texto da Associação de Agências de Desenvolvimento da Igreja Protestante Alemã (AG-KED) sobre a inclusão da perspectiva de gênero em programas de desenvolvimento é claro ao afirmar que: “o desenvolvimento com enfoque em gênero [*gender specific development*] não se limita pois a promover grupos e organizações de mulheres, mais que isso, devemos assegurar que, como um princípio geral, todos os projetos e programas dediquem atenção específica à situação das mulheres” (AG-KED 1993:18). O interessante é que, sem abrir mão da categoria identitária baseada no sexo (as mulheres), o texto propõe através do conceito de gênero associado a uma perspectiva mais abrangente de desenvolvimento, uma temática transversal que esteja presente em qualquer projeto. O mesmo texto define, mais adiante, que “por desenvolvimento com enfoque em gênero entendemos que as mulheres devem ser fortalecidas [*empowered*] de tal forma que possam participar com equidade nos processos de desenvolvimento e alcançar seus direitos humanos” (Ibid:21)

Ao apresentar as perspectivas atuais das teorias de gênero dentro das ONGs, Araújo (1998) transcreve com precisão o discurso pelo qual muitas ONGs têm justificado a inclusão dessa perspectiva em seus projetos: “gênero torna-se assim um referencial às análises e práticas (...) de homens e mulheres, por considerar que as sutilezas das relações entre estes influenciam e repercutem nos estilos de organização e na construção do poder na vida e nos movimentos sociais” (Araújo; 1998:96). Isso está posto com outras palavras no documento de Novib (1995): “qualquer relação humana se compõe também de uma relação de gênero, o que, desde logo, a coloca no plano mais universal possível” (Novib; 1995:31-32).

Ao fundamentar a importância dada pelas ONGs ao trabalho com gênero nessa perspectiva mais abrangente, Araújo lança mão da definição mais popular de

desenvolvimento no campo atualmente, afirmando que os projetos de *gênero e desenvolvimento* “(...) têm chamado a atenção para a necessidade de se formular políticas alternativas de desenvolvimento, social e humano, que apontem para a construção de uma sociedade onde a submissão e a exploração não sejam eixo das relações entre os sexos”. E segue escrevendo que “a partir desse conceito as ‘ONGs de gênero’ têm trabalhado intensamente. Um aspecto que chama a atenção nesse contexto é o fato de que a questão de gênero tem deixado de ser uma preocupação exclusiva das ‘ONGs de mulheres’, no sentido de que as ONGs que trabalham outras temáticas têm se envolvido/analísado/trabalhado com a questão de gênero”. (Araújo, 1998:96).

A autora conclui evidenciando o vínculo no discurso de muitas ONGs entre os conceitos de gênero, poder e cidadania, vínculo fundamental para a instrumentalização do conceito de gênero e que completa, com a idéia de “desenvolvimento”, o tripé sobre o qual se assentam muitos projetos voltados para “gênero” dentro do campo.

Diante desse quadro, em que gênero passa a ser um tema transversal quase obrigatório em qualquer projeto de desenvolvimento, as críticas de Jackson ao uso instrumental do termo ganham uma nova dimensão. Todo o material que tive oportunidade de analisar e que faz referências a gênero o justifica como uma perspectiva necessária a alcançar um fim ulterior. À diferença dos anos 70 e 80, esse “objetivo último” não é mais o desenvolvimento econômico, mas sim a conquista da cidadania. E é através desse eixo que muitas ONGs têm procurado tornar operacionais as teorias de gênero, se esforçando na construção de uma “vulgata” que possa ser útil para os demais agentes do campo.

5. A busca de uma ferramenta: quem busca, o que se busca e para quê

A busca por tornar aplicável a teoria de gênero no campo é o reflexo mais evidente dessa necessidade de encontrar meios pelos quais o gênero possa ser “utilizado” para os fins amplamente aceitos no campo — contexto no qual a “cidadania” ocupa lugar central. E esse empreendimento parece marcar dentro do campo algumas posições importantes. Nesse sentido, cabe observar quais instituições têm sido reconhecidas como

aptas a empreender essa “busca” bem como solicitadas a capacitar outras instituições nos usos do termo “gênero”.

A discussão sobre a instrumentalidade do gênero tem sido feita basicamente através de seminários, publicações e parcerias. Assim como outros temas de discussão, gênero tem despertado muitos textos auto-reflexivos das ONGs que podem ser entendidos como uma moeda de troca no mercado simbólico desse campo. Quando querem chamar a atenção das agências de financiamento para um dado tema, quando querem protestar contra o excesso de visibilidade de algumas organizações do campo, as ONGs não recorrem a passeatas, abaixo-assinados, greves, etc., mas organizam um seminário, um grupo de trabalho, uma oficina, e logo publicam o resultado. Com isso se conquista visibilidade e reconhecimento institucional no campo. Isso ajuda a explicar o porquê de as ONGs serem tão prolíficas na produção de reflexões sobre si mesmas, seus impactos, seus temas de trabalho, suas perspectivas de futuro, etc.

Nesse contexto, a produção instrumental da “vulgata” do gênero através de diferentes fóruns de discussão pode ser lida como a maneira pela qual determinadas instituições buscam reconhecimento e visibilidade em uma posição na qual estão investindo dentro do campo. Creio, assim, que a forma como gênero tem circulado dentro do campo pode informar muito a respeito das posições que as instituições ocupam dentro dele. Proponho começarmos a explorar as possibilidades dessas posições por meio de dois casos significativos: um texto-base utilizado em seminários de “capacitação em gênero” e o relato da experiência de uma ONG feminista reconhecida no campo como pioneira na difusão de uma “perspectiva de gênero”. Em primeiro lugar, tomemos um texto bastante representativo do que seria a elaboração de projetos de desenvolvimento social com a “perspectiva de gênero”, desenvolvido pela ECOS - Estudo e Comunicação em Sexualidade, para, em seguida, olharmos para a experiência do SOS Corpo, Gênero e Cidadania.

5.1 Duas experiências

Segundo Rodríguez (1994), no final dos anos 80 começa a se difundir o uso do termo “gênero” e, com ele, muitas ONGs começam a trabalhar com a idéia de “empowerment” (como vimos no texto de AG-KED), buscando nesse conceito a possibilidade de agregar aos trabalhos com mulheres a dimensão da construção simbólica do gênero e o aspecto do poder envolvido nas relações entre homens e mulheres. Por trás dessa “teoria do *empowerment*” há uma série de conceitos que começam a ser articulados pelo discurso das ONGs para criar um corpo útil de categorias aplicáveis à elaboração e avaliação de projetos, tais como “*Gender gap*”, “discriminação de gênero”, “equidade de gênero”, “democratização das relações de gênero”, etc.

Um texto bastante esclarecedor quanto a esses usos é o já citado material de referência da ECOS (1994) para cursos de capacitação. A ECOS (Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução) é uma instituição de São Paulo, criada em 1989 por intelectuais ligados à universidade (PUC), Fundação Carlos Chagas e outras ONGs, interessados em promover novos valores relacionados à sexualidade, saúde e direitos reprodutivos e que, a partir do começo dos anos 90 passou a discutir “gênero” através de cursos e oficinas. Dentro daquelas “categorias” usualmente usadas no campo (descritas no primeiro item desse capítulo), a ECOS seria uma ONG mista, de porte médio e abrangência nacional, com atuação direta e de comunicação, financiada em sua maior parte pela Fundação MacArthur (dos Estados Unidos). O texto em questão faz um uso bastante refinado do termo gênero, buscando evidenciar suas conseqüências metodológicas para elaboração e acompanhamento a projetos.

Começando pela *elaboração de projetos*, o texto enfatiza que a entidade que desejar trabalhar com a perspectiva de gênero deve estar atenta a presença de três elementos importantes na realidade local: a divisão do trabalho baseada em sexo, os tipos de trabalho e o acesso diferenciado ao controle de recursos e benefícios. Com isso, o projeto deve se perguntar pelos fatores (culturais, econômicos, políticos, demográficos) que influenciam a conduta dos beneficiários com relação àqueles elementos e como o projeto contribui para alterá-los.

Isso dito, o texto trata de definir a categoria “gênero”, e o faz de modo bastante nuançado, enfatizando o caráter de construção social feita sobre o dimorfismo sexual historicamente datada, etc. O texto enfatiza o processo de valorização e hierarquização entre homens e mulheres, indicando que este processo leva a “desigualdades de gênero”.

Num terceiro momento o texto introduz a noção de gênero associado ao desenvolvimento, o que torna bastante evidente o quanto esses dois termos andam juntos no campo das ONGs. O texto afirma que os “assuntos de gênero” que se ligam ao “desenvolvimento” dizem respeito à “*desigualdade de gênero*” como *empecilho ao desenvolvimento*. Com isso está sintetizando um forte argumento evocado pelas ONGs para justificar o apelo ao gênero em seus projetos. (ver OXFAM; 1994: Anexo V).

Mais adiante o texto dá a sua interpretação para “desigualdade de gênero”, introduzindo dois conceitos muito usados em outras publicações: *gender gap* e *discriminação de gênero*. Com base nesses dois conceitos, o combate à desigualdade de gênero salta do plano específico da inclusão de mulheres no desenvolvimento (WID) e ganha as pradarias de qualquer ação social voltada à reorganização social e simbólica dos elementos que possam ser obstáculos ao tratamento de assuntos de interesse das mulheres. Por fim o texto trata de esmiuçar o conceito de *empowerment*.

Empowerment e *autonomia* formam o binômio instrumental que nasce com o conceito de gênero no campo. Segundo o texto o conceito é função da concepção de desenvolvimento como “processo” e expressa a forma de tornar as mulheres capazes de ser sujeito no seu processo de desenvolvimento — administrar seus conflitos, superar problemas e dificuldades.

Como referência teórica para embasar a idéia de *empowerment*, o texto cita uma proposta de Sarah Longwe que fundamenta sua argumentação na conquista da igualdade de condições entre homens e mulheres em vários níveis de realidade. Em cada nível pode-se medir o “*gender gap*” que acentua as desigualdades de gênero e que é função do projeto reduzir. Segundo essa proposta, um processo de *empowerment* busca reduzir as *desigualdades de gênero* através da conquista da igualdade em 5 níveis: ao nível do *bem estar* material das mulheres em relação aos homens; ao nível do *acesso* aos recursos de desenvolvimento e produção; ao nível da *conscientização* de homens e mulheres quanto

ao caráter socialmente construído do gênero (é onde o *gender gap* se expressaria no plano simbólico e não por indicadores materiais); no nível da *participação* das mulheres em instâncias de tomada de decisões (mesmo sobre o próprio projeto — no momento de avaliação, etc.); no nível do *controle* das mulheres sobre os resultados de seu trabalho (sobre a renda familiar, sobre as decisões pessoais, etc. É o ponto mais alto do processo de empowerment).

A proposta busca então integrar os níveis em cadeia: para atingir o *bem estar* é fundamental garantir o *acesso*; para que haja *acesso* é preciso contornar preconceitos através da *conscientização*; para assegurar a *conscientização* é preciso garantir a *presença* das mulheres nas decisões; e todo esse processo deve resultar em *maior controle* das mulheres sobre sua vida.

Essa é uma tentativa interessante de abarcar em uma conceituação instrumental — que dê a forma de uma ferramenta útil para o ciclo de projetos — o maior número possível de elementos desenvolvidos parcialmente por outros autores. Com isso consegue aproximar “gênero” de sua instrumentalização através da categoria “mulher”, contornando algumas das contradições deste processo. Antes, porém, de explorar novos elementos trazidos à tona pela instrumentalização proposta pela ECOS, vale juntarmos outro material à nossa análise. Trata-se da trajetória de uma ONG feminista — o SOS Corpo, Gênero e Cidadania, de Recife - PE — que tem assumido um papel de destaque na difusão da chamada “perspectiva de gênero” entre as ONGs brasileiras. Para isso, tomo por base um artigo escrito por Millie Thayer, pesquisadora da Universidade da Califórnia, no qual são enfocadas as implicações práticas e discursivas que o termo gênero traz para a instituição e seu universo de interlocução política.

Em seu artigo³⁴, Thayer está interessada em compreender os processos pelos quais o feminismo migra transnacionalmente e ganha roupagens locais. Para isso, toma como foco de estudo o caso concreto do SOS Corpo. Fundado por feministas que, em 1980, organizaram um pequeno grupo de saúde da mulher na cidade de Recife, o SOS

³⁴ M. Thayer. “Traveling Feminisms: from Embodied Women to Gendered Citizenship”. S/D. O artigo que cito aqui é uma versão ainda inédita, que está para ser publicada em breve em número próximo dos *Cadernos Pagu*, Unicamp.

teve em sua origem uma forte influência dos feminismos norte-americano e europeu e do discurso de ambos acerca da centralidade do corpo. Marcadas pela leitura do livro “*Our Bodies Our Selves*”, do Coletivo Feminista de Boston — livro que na época viajava por todo o mundo, ganhando traduções e adaptações em 11 países — as integrantes do SOS foram consolidando a instituição, no início dos anos 80, em torno de práticas de autoconhecimento e domínio sobre o próprio corpo, até que, nos anos 90, “uma mudança impactante ocorreu nos discursos e nas práticas da organização. O lugar privilegiado das ‘mulheres’ deu lugar a ‘relações de gênero’, e o olhar passou do ‘corpo’ para a ‘cidadania’, embora o foco continuasse nas questões da saúde.” (Thayer, s/d: 2).

Para entender essa mudança de olhar — materializada inclusive na mudança do nome da ONG, de *SOS Corpo*, para *SOS Corpo, Gênero e Cidadania*, em 1990 —, a autora centra sua atenção na interação da instituição com quatro outros atores (os movimentos sociais locais, o movimento feminista internacional, o Estado brasileiro e as agências de cooperação internacional) que, segundo Thayer, dá o quadro local responsável pela roupagem que o feminismo assumiu na trajetória específica do SOS.

O discurso político baseado na corporalidade era central para a prática do SOS nos anos 80 por vários fatores. O corpo era visto como uma metáfora capaz de proporcionar o fortalecimento das mulheres através do autodomínio e do autoconhecimento. Ao mesmo tempo, funcionava como um elemento de identidade fundamental para unificar mulheres intelectuais de classe média (as que originalmente haviam fundado o grupo) e as mulheres populares da periferia de Recife, principal público beneficiário das ações da ONG. Por fim, esse era um tipo de discurso que não despertava a atenção da ditadura militar então vigente que, apesar de em fase terminal, ainda mantinha um olhar vigilante sobre discursos tidos como politicamente mais “subversivos”.

No decorrer dos anos 80, o SOS vai se deparando com oportunidades de interação com o poder público a nível local e nacional. De 1983 a 1989, participa da elaboração do Programa de Atendimento Integral à Saúde da Mulher (PAISM) em conjunto com o Ministério da Saúde; da instalação e composição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) em conjunto com o Ministério da Justiça; e da organização de entidades

do movimento de mulheres na Assembléia Nacional Constituinte que buscava assegurar conquistas feministas importante na nova constituição brasileira (o chamado *lobby do batom*). Ao mesmo tempo em que se dá essa aproximação com o poder público, o SOS vai ampliando seu universo de interlocução com os movimentos sociais locais e com outras ONGs de esquerda não ligadas diretamente ao movimento de mulheres, e que trazem o desafio de discutir interesses comuns em uma linguagem não centrada apenas no discurso feminista da corporalidade. É nesse contexto que, em 1990, algumas das integrantes do SOS tomam contato com o texto de Joan Scott (1990)³⁵ e, através dele, com um discurso baseado no conceito de gênero. A partir de então, passam a investir esforços na busca de referenciais teóricos que permitam integrar esse “novo” discurso a suas práticas, bem como na popularização do conceito de gênero através de cartilhas e materiais para seminários de capacitação que “traduzam” para a realidade de seu público beneficiário as implicações desse novo conceito.

Segundo Thayer, o aporte teórico que está por trás dos esforços do SOS nesse período vem, por um lado, de Joan Scott — por meio de seu artigo sobre gênero como instrumento analítico —, por outro, de feministas/consultoras como Caroline Moser, que procuram desenvolver teorias de planejamento com enfoque em gênero aplicáveis ao universo da ação política e social.³⁶

Esse processo de construção e instrumentalização de um discurso feminista baseado em um conceito de gênero se deu na relação do SOS com os quatro atores políticos mencionados anteriormente. Nesse sentido, a relação com os movimentos sociais locais (fortemente marcados por um recorte de classe social) estimulou o SOS a incorporar no discurso sobre gênero a atenção dada às diferenças do ponto de vista dos marcadores de classe, mais do que de raça, orientação sexual, ou qualquer outro. Da mesma forma, a relação com o Estado implicava assumir um discurso mais encompassante, menos atado às reivindicações específicas de um grupo social marcado pelo caráter de “ampliação de direitos” da cidadania. Por fim, a relação com as agências

³⁵ Trata-se do artigo: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, que circulou amplamente no campo das ONGs nos primeiros anos dessa década, marcando um dos primeiros movimentos significativos de interação entre academia e ONGs na discussão do conceito de gênero. O SOS chega mesmo a traduzir o artigo e publicá-lo a nível local.

permitiu ao SOS investir na posição de uma ONG de referência para capacitar demais organizações na incorporação de uma “perspectiva de gênero” em seus projetos.

Com isso, o discurso de gênero foi sendo construído, no SOS, como uma substituição adequada ao da corporalidade. Essa trajetória analisada por Thayer é de grande interesse por evidenciar um processo de construção dos usos do gênero em meio aos condicionantes de um campo de interlocução política. Nesse sentido, como afirma a autora, “essa abordagem mais encompassante deu [ao SOS] legitimidade e maior capacidade para negociação com uma larga gama de contrapartes institucionais — incluindo agências financiadoras e outras ONGs, assim como o Estado. Dados os preconceitos espalhados contra o feminismo, a adoção de uma nova linguagem também gerou o potencial para aprofundar alianças com outros movimentos sociais, como associações e organizações comunitárias, que costumavam ver a luta pelos interesses “das mulheres” como paroquial e divisionista” (Ibid: 24).

Tudo se passa como se gênero — desde que construído sob a forma de uma vulgata que, como veremos adiante, incorpore o binômio cidadania-desenvolvimento — abra o leque para uma nova política de alianças do feminismo com as esquerdas. A discussão sobre os limites dessa aliança, aliás, não é nova, e já era uma questão para o movimento feminista brasileiro ainda na década de 1970.

Pontes (1986) já analisava, no relato que fez dos espaços de interlocução do movimento feminista de São Paulo no início dos anos 80, o complicado conflito entre posições do feminismo que defendiam a adoção do *temário* geral da esquerda como bandeira de luta e aquelas que buscavam um discurso específico em consonância com as particularidades do movimento feminista internacional. Os atritos daí advindos produziram queixas que, como veremos no próximo capítulo, são até hoje relatadas por parcelas do movimento que se viram marginalizadas na relação com a esquerda. Gênero, porém, surge aqui como um elemento que parece permitir a aliança sem desintegrar as particularidades, repondo sobre novas bases a discussão de anos atrás. Os homens, “de vilões, tornaram-se vítimas e aliados potenciais, mesmo que exercendo poder sobre as mulheres, de acordo com os arranjos de gênero vigentes” (Thayer, id.: 27)

³⁶ O papel dessas teorias de planejamento em gênero será retratado adiante, no item 5.2.

É nessa negociação de alianças que o binômio gênero e cidadania ganha um significado fundamental³⁷. Em razão das preocupações de seu texto, Thayer percebe bem um lado desse papel desempenhado pelo termo “cidadania”. Segunda ela, “o movimento em direção a cidadania (...) estabeleceu um quadro referencial mais amplo no qual os direitos reprodutivos poderiam ser reivindicados. Isso implicava, e realmente pedia, uma negociação de alianças com grupos diversos, tanto dentro quanto fora do Brasil, que partilhavam um interesse nessa visão inclusiva. E isso significou entender como, não apenas as mulheres, mas homens e mulheres e as relações reconstruídas entre eles podem ser parte dessa visão” (Thayer; s/d: 35).

Contudo, ao permitir um leque maior de alianças, esse uso não apenas agrega as reivindicações de quem luta pela equidade de gênero a uma luta política mais ampla. Ele implica também uma renegociação acerca dos sentidos do termo gênero com outros atores, para além do campo das ONGs feministas. E nessa renegociação vem novamente à baila a discussão sobre a necessidade de uma vulgata do gênero que “domestique” seu potencial desconstrutivo. A relação “gênero” e “cidadania” parece, assim, fazer o “meio de campo” entre a domesticação do gênero (que aprofundaremos adiante) e o aspecto inovador de seu uso no campo. Nesse sentido, é preciso entendê-la um pouco melhor.

5.2. Gênero em um campo de ação e interação política

³⁷ Essa associação está presente em muitos dos materiais produzidos pelo SOS. Cabe aqui, a título de ilustração, citar uma de suas cartilhas em que se busca fazer a “tradução” das teorias de gênero para o universo popular de seu público beneficiário: mulheres de baixa renda da região metropolitana de Recife e trabalhadoras rurais do sertão nordestino. Após argumentar pela necessidade de transformação das relações de gênero — uma vez que o modo como estão estruturadas evidenciam uma distribuição desigual de “poder” entre homens e mulheres, cria empecilhos ao desenvolvimento integral de homens e mulheres e atrapalha a participação política das mulheres — o texto ocupa uma boa parte da cartilha retratando menos as desigualdades materiais que os mecanismos simbólicos da reprodução das desigualdades de gênero. Nesse sentido, não se argumenta pela importância de mudar as condições de acesso das mulheres a terras, propriedades, etc. É como se o texto focasse sua atenção no “terceiro nível” de perseguição da igualdade apontado no texto de ECOS. No lugar da luta pela igualdade de acesso, são destacadas a importância da mudança de mentalidade na sociedade civil e da transformação de comportamentos culturais que atuam como empecilhos ao exercício da “*cidadania das mulheres*”.

O breve olhar que lancei aqui sobre dois casos de elaboração de linguagens politicamente instrumentalizadas para as teorias de gênero — o texto da ECOS para elaboração de projetos e a trajetória do SOS Corpo na construção de um discurso baseado no gênero — permite entender melhor como a instrumentalização está condicionada a fatores próprios de um campo de ação política.

Lia Machado (1998) lembra bem um caso em que a instrumentalização do conceito de gênero para um documento da ONU gerou uma enorme discussão entre as delegações oficiais e ONGs presentes à IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, em 1995. Nos documentos produzidos pela ONU nas conferências preparatórias, o termo “gênero” vinha, em muitos lugares, seguido de “homens e mulheres” entre parêntesis. Este uso ambíguo do termo demonstrava um sentimento generalizado nas delegações anteriores de que “gênero” era, menos que um conceito, apenas uma forma polida de se referir a sexo. Na conferência de Beijing, porém, esse consenso ambíguo deu lugar a uma polarização mais radical. As delegações desejavam sim acabar com esses parêntesis, mas por motivos diversos. Para um bloco de países, gênero significava, muito mais do que sexo, a ruptura com a naturalização de identidades sexuais e a possibilidade de pensar esta naturalização como “ideológica” e perversa. Em outro bloco, agrupam-se países que primeiro desconfiam do conceito, e depois passam a rejeitá-lo, apontando nele concepções que consideram inadmissíveis, como a desconstrução da idéia de mulher (o que desrespeita a idéia de família) e o descolamento do modelo heterossexual dominante (incluindo como legítimas formas de sexualidade que fogem a esse modelo). A questão então passou a ser em quais momentos o parêntesis devia cair em favor do “gênero” ou em favor de “homens e mulheres”.

Casos como esse evidenciam o tipo de constrangimento com que as ONGs têm de lidar ao construir usos políticos das teorias de gênero. Relacionadas, como vimos, a uma tradição de ação política inaugurada pelos novos movimentos sociais no Brasil, essas organizações têm de negociar os usos possíveis do gênero, não somente com outros atores políticos — como a Igreja, o Estado, os organismos internacionais — como dentro de sua própria “teia” movimentalista — na relação com movimentos sociais, outras

ONGs, agências de cooperação, etc. E em todas essas relações os critérios acadêmicos presentes no potencial disruptivo das teorias de gênero são os que pesam menos.³⁸

Nesse sentido, aquela crítica de Jackson (1996) acerca do fato de muitas agências não levarem o conceito de gênero às últimas conseqüências, por receio de olhar para dentro de si mesmas, ganha uma dimensão específica, condicionada pela lógica de um campo político. Entende-se assim também a observação feita por Joan Scott (1990), segundo a qual “gênero” seria um termo de maior aceitação por não trazer a pesada carga da crítica feminista que o termo “mulher” lembrava.

Ocorre que as ONGs ainda não se acertaram quanto a uma vulgata comum, embora pareçam estar bastante empenhadas em encontrá-la. Vale citar aqui as dificuldades que tem enfrentado um modelo a que tanto o texto de ECOS quanto o relato sobre o SOS se referiram: as teorias do planejamento em gênero.

Até o final dos anos 80, o modelo de classificação predominante junto aos textos (tanto acadêmicos quanto das ONGs) que refletiam sobre os limites e possibilidades de ação e articulação dos trabalhos com mulheres classificava as organizações e os projetos em dois blocos: aqueles voltados às necessidades práticas das mulheres e aqueles voltados aos interesses estratégicos das mesmas. A referência para esse modelo era um texto publicado na revista *Feminist Studies* em 1985 por Maxime Molyneux e desenvolvido posteriormente por Caroline Moser. Segundo Moser, há dois níveis de necessidades de gênero: as necessidades práticas, que derivam da condição prática das mulheres como pessoas (seres ‘gendrados’) e definem interesses práticos de sobrevivência (serviços de assistência, socorro, etc.), e as necessidades estratégicas, aquelas que definem interesses estratégicos para atingir uma organização social mais igualitária.

A proposta de Moser é uma tentativa de acomodar o potencial disruptivo de gênero à proposta original de Molyneux. “Gênero” e seu potencial disruptivo caberiam muito bem no nível estratégico da ação política, enquanto que a categoria identitária

³⁸ Um autor que tem posto lenha nessa fogueira — a da utilidade dos nuances acadêmicos na arena política dos movimentos — é, sem dúvida, Antônio Flávio Pierucci. Para se ter uma visão mais detalhada do que implica esse debate, ver A.F. Pierucci, *Ciladas da Diferença*, São Paulo, Editora 34, 1999 (em especial o artigo homônimo).

“mulher” continuaria tendo sua utilidade no nível “prático” da ação social. Este seria um bom esquema para que “gênero” — e seu potencial para desmanchar as identidades, como mostra Butler — não atrapalhasse tanto a ação política das ONGs. Críticas, porém, de autoras como Rodríguez, sugerem que essa proposta não é consensual³⁹.

O texto da ECOS (1994) parece adotar a proposta de Moser como forma de fazer conviver “gênero” e “mulher” lado a lado. Para tal começa por diferenciar projetos que trabalham com a condição social das mulheres (necessidades práticas) dos que trabalham pela mudança de sua posição social em relação aos homens (interesses estratégicos). Essa diferenciação é interessante por evidenciar um uso “domesticado” do conceito de “gênero” que convive com a idéia de “posição” de um sujeito abstrato (a mulher) em relação a outro (o homem) na “sociedade”. Nesse uso daquela teoria, gênero se torna a equação das necessidades práticas visando um interesse estratégico que, em vez de estar expresso na forma “integração das mulheres/condições de acesso”, está posto nos termos de “combate à desigualdade de gênero” — fórmula mais genérica que dá margem ao entendimento anterior, mas permite também novas concepções, ou seja, é mais inclusiva e tem maior poder de penetração no campo.

Por outro lado, o documento de OXFAM (1994) procura relativizar a clivagem entre projetos “práticos” e “estratégicos”, se esforçando por mostrar que (do ponto de vista da teoria de gênero) qualquer mudança nas relações cotidianas de homens e mulheres tem um potencial estratégico para articulação de formas mais democráticas de organização social. Com isso o texto procura fazer uma ponte entre essas duas categorias, evidenciando que elas não podem ser usadas de modo estanque e dicotômico (crítica semelhante à feita por Rodríguez). É significativo notar que esse modelo (das necessidades práticas *versus* estratégicas) surge com força no final dos anos 80 (com o artigo de Molineaux) e começo dos 90 (através de Moser) e vai sendo paulatinamente

³⁹ O texto de Lília Rodríguez (1994) dialoga com essa perspectiva, apontando suas utilidades e suas limitações. Para definir o que seja *necessidades de gênero*, Rodríguez parte da idéia de que, embora não haja necessidades universais das mulheres, há algumas que podem, em certos momentos, formar um grupo de necessidades comuns a mulheres. Essa proposta é, pois aberta e circunstancial, e dialoga de modo crítico com a proposta de Caroline Moser. Para Rodríguez, a proposta de Moser é dicotômica e traz alguns riscos, especialmente o de não perceber a dinâmica que há na construção social das necessidades e dos interesses, que podem estar sendo reformulados a todo momento, segundo coalizões diferentes, passando de estratégicos a práticos e vice-versa.

criticado na medida em que se avança no uso do conceito de gênero. No texto da UNICEF (1986) o modelo ainda é válido. Aqui tenta-se mostrar a necessidade de fazer pontes entre o prático e o estratégico. Em 1993 (Rodríguez) já elenca uma série de problemas que ele traz para a análise das relações de gênero.⁴⁰

5.3. Gênero e Cidadania: o que se perde e o que se ganha na política das alianças?

Relacionar gênero à pobreza e a outros objetivos de ação é a forma mais visível de “domesticar” o conceito de gênero. Relacionado à pobreza e ao desenvolvimento, gênero perde parte de seu potencial desconstrutor, como sugeriu Machado (1998) e Jackson (1997). Dessa forma, passa-se ao largo também da discussão sobre as dificuldades de incorporar as diferenças entre os públicos com que se trabalha — a grande questão posta por Butler. Rodríguez é clara ao afirmar que as ONGs ainda hoje tendem a se referir a “mulheres” e, mais comumente, a “homens” como se esses fossem grupos homogêneos. Por outro lado, esse uso do gênero é eficaz para as ONGs na sua relação com as agências. Os textos dessas instituições parecem oscilar entre o mote “mulher-pobreza-desenvolvimento” e o referencial “gênero-desenvolvimento-cidadania”, sendo que esse apresenta, na argumentação dos textos, um potencial bem mais abrangente e com um poder de penetração muito grande no campo.

Quando ECOS afirma que os “assuntos de gênero” que se ligam ao “desenvolvimento” dizem respeito à “*desigualdade de gênero*” como *empecilho ao desenvolvimento*, está sintetizando, como já vimos, um forte argumento evocado pelas ONGs para justificar o apelo ao gênero em seus projetos. (ver OXFAM; 1994:anexo V). Contudo, o uso desse mesmo argumento pode variar enormemente em função do que se entenda por “desigualdade de gênero” e “desenvolvimento”. No caso do anexo do

⁴⁰ No livro sobre a condição social das mulheres de Recife (1995), o SOS Corpo apresenta um anexo com questões úteis para o diagnóstico de gênero em uma comunidade. Esse conjunto de questões indica “necessidades” diagnosticáveis (que Molineux chamaria de “práticas”) quanto a: urbanização, saúde, violência, trabalho e cotidiano das mulheres. O interessante é que o livro *nega* o caráter limitado da luta por esses direitos, e quer *atribuí-los* à conquista da *cidadania*, dando a esse processo um caráter estratégico. Com isso parece que o modelo das categorias “prático X estratégico” vai sendo deixado de lado à medida que o campo vai adotando o binômio “gênero e desenvolvimento”.

documento da OXFAM (1994) é evidente que o termo se refere exclusivamente às diferenças econômicas de acesso aos bens sociais entre homens e mulheres como seres abstratos. Em outros lugares, porém (SOS Corpo; 1995, por exemplo), o termo ganha outro sentido, menos focado no aspecto do acesso à riqueza e mais apegado à idéia de representações que ordenam relações sociais em seu dia-a-dia. É nesse tipo de discurso que surge com força o enlace das relações de gênero com o exercício da *cidadania*.

Em um texto sobre a condição social das mulheres de baixa renda de Recife, o SOS Corpo (1995) afirma que “*as normas sociais geradas a partir das relações de gênero (...) representam entraves, muitas vezes sutis, para a consolidação da cidadania das mulheres*” (p.15 - grifos meus). A idéia do “entreve” está presente na teoria dos níveis de empowerment (ECOS). Mas lá ela se refere ao desenvolvimento, o que a aproxima demais — embora de uma maneira mais inclusiva e abrangente — da perspectiva economicista do *Women Into Development (WID)*. A idéia de *cidadania* no lugar do *desenvolvimento* parece dissociar-se melhor da perspectiva de WID. Nesse sentido, faz um par perfeito com gênero, ampliando sua transversalidade e reduzindo o caráter identitário daquele uso “domesticado” do termo.

Da mesma forma, o trabalho com mulheres somente ganhou transversalidade no campo (entrando na pauta de discussões de ONGs com diferentes perfis institucionais e públicos-alvo) quando recebeu o termo “gênero” e se coligou a uma nova noção de desenvolvimento (catalisada pelo conceito-bandeira de “cidadania” — leia-se “cidadania ativa”⁴¹). A crítica recente, buscando “resgatar o gênero da armadilha da pobreza”, apenas confirma a tendência dessa nova combinação de ingredientes.

Cidadania funciona, deste modo, como o termo que dá a chave para a política de alianças das ONGs — especialmente as feministas — com outros setores da sociedade. Parece funcionar, no caso brasileiro, como a porta de entrada para a política das coalizões abertas, que Butler aponta como a solução possível para o feminismo

⁴¹ Cf. E. Dagnino Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In. E. Dagnino (org.) *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

americano. Resta saber até que ponto essas coalizões podem ser de fato tão abertas assim.⁴²

Esse uso do binômio gênero-cidadania não se dá sem provocar deslocamentos significativos nos usos que são feitos de algumas formas de classificação das experiências institucionais. O fato de gênero vir sendo reconhecido como um componente “transversal”, cuja presença é importante em qualquer projeto de desenvolvimento tem tido conseqüências marcantes dentro do campo. Uma delas diz respeito aos modelos de classificação voltados para os trabalhos com mulheres, em especial a valorização da distinção entre ONGs mistas (aquelas que têm homens e mulheres como seus beneficiários) e ONGs de mulheres (aquelas voltadas especificamente para trabalhos com mulheres, seja ou não com uma perspectiva feminista).

Se agora estão todos no mesmo barco — o barco da “perspectiva de gênero” —, essa política de alianças obriga os atores a acentuar marcadores que indiquem sua contribuição específica a essa travessia. Há que se ter algo para os diferenciar, e com isso, na mesma medida em que ganham importância os espaços de interlocução entre os atores desta embarcação, cresce o papel de categorias que os distingam. Daí a importância reavivada de uma antiga divisão entre ONGs mistas e feministas. Se essa divisão já existia antes da difusão do uso do termo gênero entre as ONGs, com certeza ela ganhou outra dimensão a partir de então.

Nos documentos mais recentes sobre o tema, é marcante a presença de reflexões acerca das especificidades do trabalho com gênero quando desenvolvido por ONGs

⁴² O uso do termo “cidadania” tem também ele um itinerário no campo. Vale apenas registrar que, se *gênero* assume o caráter de tema transversal, descolando-se de um público específico e enfocando relações sociais, *cidadania* parece seguir o mesmo caminho. Em vez de se referir a cidadania de grupos sociais (cidadania das mulheres, dos negros, etc.), surge um discurso (parece-me que ainda insipiente) que se refere à necessidade da democratização das relações sociais para conquista da cidadania (ponto). Nesse movimento em que cidadania deixa de estar centrada em sujeitos e passa a enfocar relações, acompanhado pelo deslocamento do *gênero*, vemos uma resposta interessante às críticas de Butler. Assim como a “identidade” exclui, a “classificação taxonômica” também o faz (como vimos no começo dessa parte). Quando cidadania e gênero se propõem a ser temas transversais, passam a se fazer independentes de classificações e independentes dos sujeitos concretos com que cada ONG trabalha. *Mutatis mutandis* (pois não há aqui a questão da representação política), essa mudança de eixo enfrenta o mesmo problema diagnosticado por Butler com relação às formas de coalizão política.

mistas ou quando por ONGs de mulheres. Em geral, os textos (Rodríguez; OXFAM; ECOS) tendem a apontar os limites e as vantagens que o perfil diferenciado do público de cada um desses dois tipos de ONG trazem para a transformação das relações de gênero. E isso deve ser levado em conta, na medida em que redimensiona a posição no campo para as ONGs que recebem esses rótulos.

E é justamente por essa clivagem entre mistas e feministas que começo o próximo capítulo, explorando esse marcador de diferenças na seleção dos casos concretos para um estudo etnográfico que nos permita dar nome aos bois.

Capítulo III

DANDO NOME AOS BOIS

um exercício de compreensão etnográfica

Se até agora fiz uma leitura do campo das ONGs baseada no pano de fundo das discussões teóricas sobre gênero e no material produzido pelos agentes do campo, pretendo nesse capítulo dar corpo a esses agentes. Para isso, vamos conhecer cinco ONGs que ocupam posições bastante diversas no campo, os sujeitos que as constituem, suas trajetórias e a forma como o “estar no mundo” desses sujeitos se relaciona com os usos que essas instituições fazem do termo gênero.

Nessa parte “etnográfica”, as ONGs escolhidas o foram justamente por representarem posições bastante diferentes no campo e que permitem o cruzamento de diversos recortes. Temos assim três ONGs feministas e duas mistas; duas com raízes no movimento sindical, uma na academia e duas na educação popular; duas com mais de 20 anos, e três mais recentes.

Como apontado no final do capítulo anterior, a diferenciação entre as ONGs mistas e feministas desempenha um papel importante na construção de uma linguagem de gênero no campo. Por isso, a preocupação em escolher ONGs com essas duas configurações e que pudessem indicar pistas de como se dão concretamente alguns dos embates apontados no capítulo II. Para tanto foram enfocadas as seguintes ONGs: Rede Mulher de Educação, de São Paulo; Sempreviva Organização Feminista (SOF), também de São Paulo, CEPIA (Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação e Ação), do Rio de Janeiro, CEDAC (Centro de Ação Comunitária), do Rio de Janeiro, e ADITEPP (Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógico), de Curitiba.⁴³

⁴³ Por já ter analisado, no capítulo anterior, materiais relativos à ECOS (Estudos e Comunicação em Sexualidade) e ao SOS Corpo, Gênero e Cidadania, era de se esperar que essas duas instituições não ficassem de fora de um estudo mais etnográfico. Ocorre que, por conta dos imponderáveis do fazer antropológico, nenhuma das duas instituições teve condições de me receber como pesquisador à época oportuna para esse trabalho. ECOS estava, no início de 1999, em fase de elaboração de relatórios e sem recursos assegurados para dar continuidade ao programa que desenvolvera até o ano anterior. Já SOS Corpo estava recebendo, nessa ocasião, três outros pesquisadores, o que tornava, na avaliação da sua equipe, inviável a minha presença. Para o bem ou para o mal, já vai longe o tempo em que o cientista social tinha — ou acreditava ter — total controle sobre a relação com seus “objetos”.

Devo lembrar ainda o que já afirmara na introdução. Minha presença junto a essas instituições não teve o caráter de um trabalho etnográfico *strictu sensu*, mas sim o propósito de buscar, através da coleta de depoimentos e entrevistas semi-estruturadas, um retrato corporificado do tipo de uso que se faz do gênero a partir de instituições com inserções próprias e pessoas com trajetórias sociais específicas no campo.

A proposta é que comecemos por conhecer melhor esses personagens, explorando suas trajetórias particulares, suas alianças e divisões internas. Em seguida, conhecendo os jogadores, vamos nos perguntar que jogo é jogado: que usos fazem essas instituições do termo gênero, e o que isso nos diz acerca dos valores que ele tem nos mercados simbólicos que operam dentro desse campo. Por fim, vamos ver que regras gerais de funcionamento do campo podem ser percebidas nesse jogo, e como elas operam na configuração de disposições que condicionam os usos do gênero dentro do campo.

1. Mapeando os personagens

1.1 REDE MULHER: uma ponte entre feminismo e educação popular

Na parte anterior, encontramos gênero na boca de ONGs de “tipos” bastante variados. Um olhar mais atento se depara, porém, com a condensação dessas ONGs em torno de duas categorias mais gerais: as feministas e as mistas. A experiência da Rede Mulher de Educação dá bem uma noção de como estamos diante de dois nichos bastante específicos nesse campo social.

Criada no início dos anos 80, a Rede Mulher nasceu da iniciativa de duas mulheres de esquerda que haviam regressado do exílio e não localizavam por aqui espaços com que se identificassem. Já tendo uma inserção no movimento de mulheres latino-americano, encontraram no Brasil um movimento em fase de diluição.

Dentista de formação, Beatriz Cannabrava atuava, nos Brasil dos anos 60, na retaguarda do movimento político clandestino. Seu marido, Paulo Cannabrava, havia sido um dos fundadores da ALN (Aliança Libertadora Nacional) e a atuação de Beatriz se

dava na chamada “equipe de apoio”. Em 1968, Paulo é exilado, e Beatriz, mesmo sem ter nenhum processo contra si, o acompanha. É a partir daí que sua atuação política começa a ganhar maior dimensão.

No exílio, Beatriz toma contato com o movimento de mulheres por uma questão, segundo ela, de “solidariedade às exiladas e aos países com problemas em relação à democracia”. Primeiramente no Peru, em 1973 e 74, e depois no Panamá, Beatriz se envolve com a então chamada “questão a da mulher” em organizações e comunidades populares. Essa envolvimento cresce em 1975 com o Ano Internacional da Mulher. Quando regressa ao Brasil, participa do movimento pela anistia, mas não encontra muitos espaços no movimento feminista. O mesmo acontece com Moema Viezzer, a quem Beatriz conhece nesse período, e com quem fundará a Rede Mulher.

Quando volta ao Brasil, Beatriz encontra um movimento feminista diluído pelas sisões internas. Como dissera Leila Linhares, personagem que conheceremos a seguir, “nesse momento, no final dos anos 70, à medida em que a repressão política vai diminuindo, também foram aparecendo as diferenças no feminismo. Nossos consensos ficaram muito mais tênues”⁴⁴.

Nesse espaço de tênues consensos, Beatriz conhece um grupo de mulheres organizado por Ruth Escobar que desenvolvia trabalhos de sensibilização e educação em favelas de São Paulo através de práticas teatrais. “Essa época [começo dos anos 80] era um momento de desarticulação do movimento. E aí a gente vai descobrindo esse movimento de mulheres que não se dizia feminista. Bem centrado na coisa dos bairros, e tal.”⁴⁵.

Beatriz vai nos contando, assim, de uma divisão mais ou menos clara entre duas categorias de ações que envolviam mulheres. As ações feministas, respaldadas por um corpo social específico, encarnando ideários de um movimento nacional e internacionalmente organizado e refletindo um determinado tipo de discussão teórica; e, por outro lado, ações de um “movimento de mulheres” que, embora em diálogo com

⁴⁴ Entrevista com Leila Linhares Barsted, diretora da CEPIA - Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação e Ação. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1999.

feministas, não se via como tal, e que estaria de fato mais próximo dos grupos de base atingidos pela chamada “educação popular”. Beatriz, aliás, enfatiza o distanciamento do movimento de mulheres em relação a certas figuras do feminismo em São Paulo. Deste relacionamento pouco orgânico, ela destaca a figura de Eva Blay⁴⁶, então presidente do Conselho da Condição Feminina, criado pelo governo de André Franco Montoro em São Paulo (1983-1987), a quem “o povo da periferia chamava de ‘aquela mulher do laquê’. Ah, lá vem aquela mulher do laquê.”

Desenvolvendo atividades de educação popular, mas buscando um compromisso com o movimento feminista, Beatriz conhece Moema Viezzer, e surge, em 1981, a idéia de um projeto que dará origem à Rede Mulher de Educação, centrado na avaliação dos clubes de mães de São Paulo.

A trajetória de Beatriz revela que seu relacionamento mais estreito era com organizações de esquerda em geral, e não especificamente com as feministas. Sua inserção não se deu pela porta específica do feminismo ou da luta por direitos das mulheres, mas pela educação popular de grupos de base, com foco no movimento de mulheres.

Essa relação próxima da “educação popular”, mas com algumas incursões pelo feminismo, partilhada com Moema, acaba de certa forma marcando a origem da Rede Mulher. Com essa inserção dupla — um pé no movimento de mulheres, e com isso circulando por grupos feministas, e outro em práticas de educação popular, circulando em grupos de base. — Beatriz e Moema emprestaram à Rede Mulher uma condição que é vista por elas como ambivalente no campo, e que hoje revela bem os limites de dois nichos do mesmo.

“Teve um momento que a Rede Mulher tinha assim uma posição bastante ambígua, e acho que um rescaldo disso ainda continua. O pessoal da educação popular não

⁴⁵ Entrevista com Beatriz Cannabrava e Vera Vieira, integrantes da diretoria da Rede Mulher de Educação. São Paulo, 23 de abril de 1999. Todas as falas atribuídas a Beatriz neste texto foram coletadas nessa mesma ocasião.

⁴⁶ Eva Blay, socióloga, é professora da FFLCH da USP, mas sempre circulou para além do universo acadêmico. Mais recentemente assumiu a cadeira de Senadora pelo estado de São Paulo quando o então Senador Fernando Henrique Cardoso foi convidado a ser Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, em 1993.

considerava a gente uma entidade de educação popular e as feministas não consideravam a gente uma organização feminista. Era um negócio, assim, meio esquisito. O pessoal da educação popular, CEPIS, Pastoral Vergueiro, jamais mencionava a Rede como uma entidade de educação popular, e o movimento feminista tampouco.... A gente ficou, assim, no meio do caminho; como casar as duas coisas: um processo educativo com uma proposta feminista.”⁴⁷

Nichos vistos como diferentes no campo e que correspondem a trajetórias pessoais distintas, formações diversas, diferentes relações com seu público beneficiário, etc. Por um lado, essas especificidades marcam diferentes percepções do termo gênero, e é isso que vamos explorar agora. Por outro, a circulação deste termo, por sua característica “transversal”, cria espaços de interlocução anteriormente inexistentes entre esses nichos, e, com isso, desperta conflitos inerentes a uma nova linguagem no campo.

1.2. As feministas: os casos CEPIA e SOF

Ao contrário da Rede Mulher, a CEPIA (Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação e Ação) nasceu de um grupo que já tinha uma inserção mais antiga no feminismo brasileiro, tendo participado ativamente de suas tensões e distensões nos anos 70 e 80. Na época em que Beatriz e Moema retornavam ao Brasil e começavam a fazer trabalhos de formação em favelas de São Paulo, uma das futuras fundadoras da CEPIA — a CEPIA somente seria criada em 1988 — estava atuando em favelas cariocas de forma bastante diversa. Leila Linhares estava envolvida, no final dos anos 70, com a sistematização dos resultados de uma pesquisa de um grupo de feministas cariocas acerca da sexualidade das mulheres de diversas classes sociais. Integrante desse grupo feminista, Leila buscava se situar em um movimento que se fragmentava como uma colcha de retalhos. Mas para entender essa colcha e a posição de Leila nela, precisamos voltar alguns anos. Mais precisamente, até 1975, Ano Internacional da Mulher.

Advogada, feminista, então na faixa dos 30 anos, Leila fazia parte, nessa época, de um grupo carioca com vários denominadores comuns: mulheres, feministas, heterossexuais, com olhos atentos para o feminismo francês e italiano. Este grupo, assim

⁴⁷ Entrevista com Beatriz Cannabrava e Vera Vieira, integrantes da diretoria da Rede Mulher de Educação. São Paulo, 23 de abril de 1999.

como muitos outros o fizeram, buscava, em 1975, promover algum tipo de evento público que marcasse o Ano Internacional da Mulher. Com essa intenção, o grupo realizou, em conjunto com outros grupos bastante heterogêneos, um seminário de duas semanas na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) sobre o papel e o comportamento da mulher na sociedade brasileira. Deste seminário, que contara com a participação de feministas do Rio de Janeiro e São Paulo (Fundação Carlos Chagas, Fúlvia Rosemberg, Rosemarie Muraro, Heleieth Saffioti, entre outras) surgiu, no Rio, o Centro da Mulher Brasileira e, em São Paulo, o jornal *Nós Mulheres*.

O Centro da Mulher Brasileira (CMB) congregava mulheres com diferentes visões do feminismo e diferentes origens sociais. Com uma composição heterogênea, não demorou para que as perspectivas divergentes fizessem despontar impasses nas discussões sobre os rumos do feminismo no CMB. Em 1977 os grupos do centro se fragmentam. De um lado, uma tendência — preponderante — a ver a luta feminista como tendo que ser pensada em função da agenda mais geral da esquerda para o país. De outro, um grupo que advogava uma pauta específica. Leila, que fazia parte deste segundo grupo, avalia:

“O Centro tomou características que eu diria hoje que eram, sim, conservadoras, enfatizando a relação das mulheres com o trabalho. O Paul Singer escreveu, naquela época, um artigo chamando a atenção para a idéia de que a validade do feminismo seria melhor quanto mais se aproximasse dos temas legitimados pela esquerda. E esse era o caso do tema do trabalho. Por outro lado, um grupo grande de feministas via como fundamental aprofundar a crítica sobre a organização da família e sobre a sexualidade. E esse grupo foi aliado do Centro, pois era chamado de divisionista: estávamos nos desencaminhando da luta geral para uma luta específica.”⁴⁸

Distanciadas do CMB, essas “divisionistas” formam, em 1977, um grupo de reflexão. Denominando-se “Grupo CERES”, Leila, Branca Moreira Alves, Jacqueline Pitanguy, Sandra Azeredo, Maria Luiza Heilborn e Mariska Ribeiro⁴⁹ se põem a reunir

⁴⁸ Entrevista com Leila Linhares Barsted, diretora da CEPIA - Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação e Ação. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1999. Todas as falas atribuídas à Leila, neste texto, foram coletadas nesta mesma ocasião.

⁴⁹ Deste grupo de feministas, Sandra Azeredo (professora do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG) e Maria Luiza Heilborn (do departamento de antropologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ) estão atualmente muito mais imersas no mundo acadêmico. Branca Moreira Alves coordena hoje as atividades do UNIFEM - Fundo das Nações Unidas para as mulheres — no Brasil. Jacqueline Pitanguy, a primeira presidente do Conselho Nacional dos Direitos da

regularmente para discutir “como pensar a nossa vida de mulher, nossa sexualidade, nossas relações com os parceiros e com a maternidade.” Dessas atividades saíram projetos comuns, como a tradução e adaptação de livros marcantes do feminismo para a realidade brasileira — como “*Our Bodies, Our Selves*”⁵⁰; *Nosso Corpo Por Nós Mesmas*, feito com a primeira dotação de bolsa de pesquisa da Fundação Carlos Chagas — e a proposta de uma grande pesquisa sobre “a sexualidade da mulher”. A experiência da pesquisa punha aquelas mulheres em contato com universos sociais bastante distintos, mas sempre na qualidade de pesquisadoras. A motivação para intervenção social passava pela dinâmica dos “grupos de reflexão”, mas não pela idéia da educação popular.

“Nós tínhamos resolvido fazer a pesquisa sobre a sexualidade da mulher, pensando em montar grupos de reflexão com mulheres de outras classes sociais. Algo que apontasse para a diversidade da mulher. Nessa época a Malu Heilborn saiu do grupo, pois era de uma geração mais nova. E assim fizemos a pesquisa, com mulheres ricas, de classe média e de favela, com a hipótese de que os ciclos biológicos de vida davam uma unidade a condição de mulher. Daí saiu o livro ‘Espelho de Vênus: Identidade Social e Sexual da Mulher’⁵¹.”

Ações baseadas na pesquisa e na reflexão, geralmente culminando em relatórios e publicações; esse era o tom da atividade feminista do grupo de Leila. No início dos anos 80, ela continua com as atividades de pesquisa do Grupo Ceres, passa a dar aulas na Universidade e a integrar um projeto do IDAC — Instituto de Ação Cultural, voltado a trabalhar a questão dos direitos humanos com diversos tipos de ONGs de todo o Brasil.

Na segunda metade dos anos 80, Leila faz parte do primeiro grupo de feministas que assume o então recém criado Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Em 1988, participa ativamente do chamado “*lobby do batom*” na Assembléia Nacional

Mulher (CNDM) integra a diretoria da CEPIA, junto com Leila Linhares. Mariska Ribeiro, por sua vez, manteve-se sempre no campo da sociedade civil e coordena hoje parte das atividades do Instituto de Ação Cultural (IDAC), ONG carioca que atua na área de direitos humanos e gênero.

⁵⁰ Importante notar que esse mesmo livro — lançado pelo Coletivo de Saúde das Mulheres de Boston nos anos 70 e que viajou o mundo em traduções e adaptações durante os anos 70 e 80 — marca igualmente a fase inicial da ONG SOS Corpo, Gênero e Cidadania, de Recife, como destacado no capítulo anterior. Para maiores detalhes sobre a característica desse discurso centrado na corporalidade para uma experiência brasileira, ver M. Thayer, *Traveling Feminisms*, s/d.

⁵¹ O livro, publicado em 1981 pela editora Brasiliense, teve grande importância como uma das primeiras referências para grupos feministas de todo o país que buscavam reflexões sistematizadas sobre a sexualidade feminina no Brasil.

Constituinte⁵², e no ano seguinte, vem o rompimento com o Estado. Avaliando que o CNDM já não dispunha dos recursos necessários a uma ação efetiva, toda a equipe coordenada por Jacqueline Pitanguy (então presidente do Conselho) se retira. Dessa experiência frustrada, surge de Leila e Jacqueline a iniciativa de criar um espaço no campo não-governamental para elaboração de políticas públicas na área dos direitos humanos das mulheres. E assim surge a CEPLA, em 1988.

Nessa mesma época, em São Paulo, tomava corpo e crescia dentro do movimento feminista uma outra ONG, antiga, mas renovada.

A SOF (Sempreviva Organização Feminista) nasce, na verdade, de uma reformulação de outro SOF — o Serviço de Orientação à Família. O SOF era uma instituição filantrópica criada nos anos 60 por médicos de esquerda, ligados a setores da Igreja Católica, que prestava serviços assistenciais a população de baixa renda em São Paulo.

Voltado nos anos 60 para o atendimento a imigrantes que chegavam à zona Sul de São Paulo, o SOF se orientava a princípio para a temática da saúde da família, especializando-se nos anos seguintes no atendimento à saúde de mulheres. Contava assim com serviços gratuitos de atendimento médico ambulatorial, atendimento ginecológico e acompanhamento psicológico familiar. Na década seguinte, o SOF se politiza com o ingresso de médicos ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Mas é somente nos anos 80 que ele sofreria sua grande reformulação.

A transformação do *Serviço de Atendimento Familiar na Sempreviva Organização Feminista* se deu no final dos anos 80, por meio da presença de uma jovem psicóloga mineira que circulava tanto no movimento sindical — através do qual tinha entrado no SOF — quanto no movimento feminista. Nalu Faria era essa personagem.

Formada em psicologia, Nalu tivera atuação no movimento estudantil de Uberaba, Minas Gerais, participando da fundação do Partido dos Trabalhadores e atuando, posteriormente, junto ao movimento sindical. Seu contato com o feminismo, porém, só ocorreu depois de sua chegada a São Paulo, em 1983.

⁵² Articulação de feministas com diversos segmentos do movimento de mulheres que se organizaram para pressionar os deputados constituintes no sentido de assegurar a presença dos chamados “direitos humanos das mulheres” na Constituição brasileira de 1988.

Em 1986, atuando já há algum tempo junto ao movimento sindical, Nalu participou do grupo que buscava instituir uma “coordenação de mulheres” na CUT. Nessa época, trabalhando também na Prefeitura Municipal, entrou para o SOF.

A ida de Nalu da CUT para o SOF foi lenta, sendo que por muito tempo ela atuou nas duas instituições:

“Depois que a CUT começou a trabalhar com a SOF algumas assessorias é que eu comecei a ser vista dentro da CUT como da SOF. Com minha ida para a SOF, me afastei do sindicato e fiquei na comissão de mulheres da CUT como assessora e como amiga. Tinha várias pessoas ali, a Beth Lobo, a Eleonora Menecucci, mas era como um grupo de apoiadoras no trabalho de formação. Fiquei nesse grupo de 1987 a 91”⁵³

Na segunda metade dos anos 80, começam a operar no SOF uma série de transformações. Reavaliando o modelo do atendimento ambulatorial direto, o SOF decide manter apenas o trabalho de assessoria a práticas educativas — oficinas de saúde da mulher — nos bairros, buscando fazer com que os centros de saúde implantassem essas oficinas. A relação do SOF, nessa época, era ainda mais intensa com o movimento de saúde do que com o movimento feminista, o que na avaliação de Nalu se devia em parte ao caráter disperso e fragmentado que este tinha naquele momento.

Incomodada com isso, Nalu realiza, em 1987, um seminário no SOF buscando formas de aproximá-lo do movimento feminista. Os contatos foram se intensificando até que, em 1989, surge a primeira mudança no nome da organização. Buscando refletir o fim do caráter de assistência direta, mas mantendo a sigla, chegou-se ao nome “Sempreviva Organização e Formação”. Segundo Nalu, isso aconteceu porque “tínhamos uma pessoa mais ligada ao movimento de saúde, e que resistiu ao termo ‘feminista’. Só em 1991 é que entrou o ‘Feminista’ no nome, embora a gente já se identificasse antes como feminista”.

Essas transformações não mudam apenas o nome da instituição. Mudam seus interlocutores, alguns de seus financiadores, suas linhas de ação e sua posição no campo. A interlocução com instituições do movimento sindical aumenta e o termo “gênero” passa a frequentar o universo vocabular da SOF.

⁵³ Entrevista com Nalu Faria, coordenadora da Sempreviva Organização Feminista (SOF). São Paulo, 22 de abril de 1999. Todas as falas atribuídas a Nalu neste texto foram coletadas nessa mesma ocasião.

“Em 1987, no encontro feminista no México, foi a primeira vez que ouvi a palavra gênero. Era dentro de um debate do patriarcado versus capitalismo. E como tínhamos uma equipe multidisciplinar, (com gente da psicologia, da medicina) o conceito de gênero foi mais eficaz do que o de divisão sexual do trabalho, que era um termo limitado para toda a dimensão da subjetividade. Com o conceito de gênero conseguimos trabalhar melhor uma coisa que a gente já trabalhava: a questão de ser homem e ser mulher.”

Esse trabalho ganhou caráter institucional a partir de 1989, quando se inicia um projeto entre a SOF e o Instituto Cajamar, por intermédio da CUT. Segundo Nalu, esse processo é que trouxe o conceito de gênero para a SOF. “Criamos um Coletivo de gênero para o Cajamar. Nesse trabalho com a CUT, o nome inicial era programa de formação sobre relações sociais entre homens e mulheres. Mas depois, com o texto da Joan Scott⁵⁴, e tal, acabou que virou o Coletivo de Gênero.”

Ao mesmo tempo, a SOF foi se integrando na rede de articulações do movimento feminista brasileiro, tomando parte em espaços como o Fórum de Mulheres de São Paulo e a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (RedeSaúde).

1.3. Do Outro Lado: as Mistras - CEDAC e ADITEPP

Certamente, por sua relação com o movimento operário, embora sem a posição ambivalente da Rede Mulher, a SOF circula em ambientes mais próximos das chamadas organizações mistas do que a CEPIA. A experiência com o mundo sindical parece ser um ponto em comum com algumas ONGs mistas, como o CEDAC (Centro de Ação Comunitária), no Rio de Janeiro.

Se as ONGs feministas vistas até aqui afirmam veementemente já trabalhar com gênero desde os anos 80 — ou desde suas origens, como afirma a Rede e a CEPIA — o CEDAC diz ter um envolvimento muito mais recente com o tema. “Pra nós tudo é muito recente. Dia 15 de abril fizemos 20 anos, mas o trabalho com gênero é só de 1994 pra cá”, diz Maria Angelina de Oliveira, uma de suas fundadoras.

Angelina é uma paraibana, de aproximadamente 60 anos, que construiu uma longa trajetória no chamado “movimento operário”. Foi por muito tempo dirigente da Juventude Operária Católica (JOC) em nível local, regional e internacional durante os

⁵⁴ Trata-se do mesmo texto que motivou a busca de um discurso baseado em gênero pelo SOS Corpo, de Recife, comentado no capítulo II (ver nota 35).

anos 50 e 60. Sem formação universitária, sempre esteve envolvida em trabalhos de organização social de base no universo popular. Exilada por 8 anos, de 1964 a 1971, atuou em organizações internacionais de esquerda. De volta ao Brasil, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1976 e, três anos mais tarde, fundou o CEDAC com antigos colegas do movimento operário e da Igreja Católica.

O CEDAC é a típica ONG de “educação popular” com origem na interseção Igreja-Partido, de que falava Leilah Landim. Sua rede de interlocutores sempre foi marcada pela relação próxima com as organizações sociais de base, trabalhando no que se chama uma perspectiva de “formação de multiplicadores”. Segundo Angelina, o CEDAC é hoje:

“uma ONG mista, uma entidade que faz educação popular, trabalhando a questão da democracia, da cidadania, do desenvolvimento em uma perspectiva do desenvolvimento local, muito com grupos de base. Trabalhamos a formação de lideranças, mas o nosso trabalho não é diretamente, por exemplo, com as 600 mulheres dos clubes de mães, mas a gente trabalha com as coordenadoras desses lugares, onde a gente faz uma formação das coordenadoras para que elas se apropriem de toda uma metodologia de trabalho e conteúdos, e elas são as multiplicadoras com as mulheres que participam dos clubes. Assim também nós não fazemos diretamente alfabetização de adulto, mas trabalhamos com a formação de educadores que fazem a alfabetização. Nosso campo é formar o educador.”⁵⁵

Tanto por seu perfil de atuação quanto por suas marcas de origem, o CEDAC tinha tido até recentemente pouco contato com universo das ONGs feministas. E, não por acaso, foi a inserção da chamada “perspectiva de gênero” em seu universo vocabular que proporcionou esse contato. Para entender melhor essa história, é preciso conhecer as mudanças que ocorreram no CEDAC nos últimos 5 anos.

Em 1992, por indicação das agências financiadoras e por uma avaliação interna, o CEDAC sentiu a necessidade de reavaliar sua estrutura organizacional, o que foi feito através de um processo de planejamento estratégico.

“Para responder às novas exigências da conjuntura, a gente decidiu trabalhar por programas e projetos. E chamamos a Fundação Getúlio Vargas para nos assessorar a trabalhar com gestão de programas e projetos. Avaliou-se então que a estrutura anterior tinha sentido em um período de ditadura, em que se criavam espaços institucionais

⁵⁵ Entrevista com Maria Angelina de Oliveira, Coordenadora do Programa Trabalho e Cidadania do Centro de Ação Comunitária (CEDAC). Rio de Janeiro, 20 de abril de 1999. Todas as falas atribuídas a Angelina neste texto foram coletadas nessa mesma ocasião.

balisados pela Igreja para abarcar iniciativas dos movimentos populares e reforçar o movimento sindical. Mas em 91 o movimento sindical já tinha suas próprias estruturas bem desenvolvidas e o movimento popular estava esvaziado, diluído. Então resolvemos que o CEDAC tinha que trabalhar por eixos temáticos.”

Com isso, formaram-se 3 programas centrais de ação: “Trabalho e Cidadania”, “Educação e Cidadania” e “Mulher e Cidadania”. A ação que já era desenvolvida junto aos clubes de mães e pastorais das mulheres na Baixada Fluminense ficou agrupada no Programa *Mulher e Cidadania*. Cássia, uma jovem militante, concluindo o curso de letras, hoje coordenadora do programa *Mulher e Cidadania*, dá uma idéia de que atividades eram essas:

“Tínhamos um grupo na Baixada e realizamos algumas atividades em Nova Iguaçu, mais especificamente, junto a um trabalho que o CEDAC já tinha, e que foi o que acabou me trazendo para esse programa. Aliás, foi o que acabou fazendo com que esse programa nascesse. Era um grupo dos Clubes de Mães da Diocese de Nova Iguaçu, enfim, um grupo de mulheres. E a gente começou a acompanhar uma luta delas na instalação do Conselho Municipal da Educação. As prefeituras tinham que regularizar a existência dos Conselhos, então os Clubes de Mães passaram a ter uma luta na regularização. Paralelo a isso, o CEDAC também tinha uma atuação com o clube de mães da diocese vizinha, de Itaguaí. Aí eu acabei, numa reorganização interna, sendo convidada para acompanhar esses clubes de mães. Eu tinha uma experiência de atuação na área política, sindical, mais de organização popular”⁵⁶.

Desta forma, segundo Angelina, o público continuou o mesmo, mas o tipo de trabalho sofreu algumas mudanças:

“Esse trabalho com mulheres, desde que o CEDAC começou, já existia, só que elas faziam parte das pastorais populares. O pessoal já vinha trabalhando com mulher há muito tempo. Agora, dentro do programa “Mulher e Cidadania”, a Maria Lúcia está introduzindo a questão de gênero. Porque não é evidente que pelo fato de trabalhar com mulher já se esteja trabalhando com gênero. Aí ela tem oficinas para introduzir essa questão”.

Maria Lúcia é a feminista encarregada de “inserir a questão de gênero” no trabalho com mulheres do CEDAC. Formada em psicologia nos anos 70, ingressou no movimento feminista em um encontro de mulheres nas artes e participou de diversos grupos feministas no Rio durante os anos 80 — entre eles, o Fórum Feminista do Rio de

⁵⁶ Entrevista com Cássia Valéria Marques Furtado, Coordenadora do Programa *Mulher e Cidadania* do Centro de Ação Comunitária (CEDAC). Rio de Janeiro, 20 de abril de 1999. Todas as falas atribuídas a Cássia neste texto foram coletadas nessa mesma ocasião.

Janeiro, o Grupo Nós Mulheres (do Rio, não o de São Paulo), a Cia. Teatral Maria-vai-com-as-outras, etc. Pelo CEDAC, Maria Lúcia foi contata em 1997 para trabalhar questões específicas no programa Mulher e Cidadania. Cássia explica da seguinte forma a necessidade da assessoria de uma psicóloga feminista:

“A equipe desse programa era eu e a Ironi. E sentimos a necessidade de ter alguém que tivesse uma história no movimento de mulheres que nós não tínhamos - nem eu nem Ironi. A minha formação é muito parecida com a da Ironi; a gente vem da Igreja, passa pelo movimento sindical, pelo movimento popular, uma coisa muito de prática, muito pouco teórica. E inclusive a prática não nos permite aprofundar teoricamente.”

Mas, além da preocupação de trabalhar o “enfoque de gênero” em grupos de mulheres, o CEDAC traduz a preocupação da transversalidade do tema “gênero”. Próprio da forma como o termo vem se espalhando entre as ONGs mistas, o caráter de “tema transversal” da chamada “perspectiva de gênero” encontra eco nas preocupações de CEDAC, em especial no Programa Trabalho e Cidadania. Coordenadora desse programa, Angelina traduz a preocupação com gênero nos termos de superar os limites culturais à capacidade das mulheres se colocarem como empreendedoras de um negócio próprio, condição importante para o bom sucesso dos projetos de geração de emprego e renda coordenados pelo CEDAC:

“Em 1994 a gente já estava dentro de um processo de introdução da questão de gênero no CEDAC. Agora, a coisa é lenta. E depois teve um fato interno que veio da nossa prática: ao trabalhar com os grupos de geração de renda, onde a maioria são mulheres, a questão de gênero começou a aparecer na vida delas como um fator que inibe o desenvolvimento da capacidade empreendedora. Então começamos a perceber que se a gente não trabalhasse essa questão, os projetos de geração de trabalho e renda teriam um fator inibidor de seu desenvolvimento. Em 1994 isso começou a surgir como uma questão nos grupos.”

Há um certo consenso em torno da idéia de que trabalhar gênero nos grupos de produção significa estar atento às formas como os integrantes operam com conceitos e representações marcados por gênero, e, na medida em que essas operações revelem preconceitos, intervir no grupo para que o mesmo tome consciência desse problema. Cássia apontou várias vezes para esse tipo de demanda vindo do programa Trabalho e Cidadania: “então as mulheres falam assim no grupo: a fulana, que é aquela que vende, que vai à rua, que toma a iniciativa no grupo, ela é o *homem* do grupo. Então isso é uma

questão que precisa ser trabalhada com elas, e aí se recorre [ao programa mulher e cidadania] Então é uma coisa muito pontual.”

Mas a integração tão procurada entre gênero e os demais programas do CEDAC é difícil de ser atingida. Cássia reconhece que “isso é uma coisa que se tem buscado mas isso não ocorre de uma forma estruturada... Ocorre informalmente, nos corredores, na hora do almoço, nas solicitações que nos chegam...”

Por fim, resta conhecermos uma outra instituição mista, com origem e trabalho semelhantes ao de CEDAC, e que tem articulado uma série de discursos em torno do termo gênero: a Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos (ADITEPP)⁵⁷.

Embora venha a detalhar melhor o trabalho da ADITEPP no item seguinte cabe aqui traçar um breve quadro geral de seu perfil. Fundada em 1972 por professores e profissionais liberais ligados à igreja católica, essa ONG vem atuando junto a grupos populares da periferia de Curitiba através de diversos tipos de atividade cujo objetivo, segundo a própria instituição, tem sido o de “favorecer o desenvolvimento da organização e do pensamento crítico dos setores populares, ajudando a construir uma nova sociedade, mais humana e mais justa”. Para tanto, desenvolveu programas de assessoria e intervenção social junto aos setores populares que, partindo de questões concretas e necessidades imediatas destes grupos (alfabetização, compras comunitárias, grupos de produção, etc.) criaram espaço para atividades pedagógicas de reflexão e crítica da realidade social dos participantes. Suas atividades, portanto, sempre acenaram com objetivos bastante concretos — aprender a ler e escrever, reforçar o orçamento familiar, etc. — em torno dos quais se articulavam pequenos grupos de moradores, em geral parentes e amigos. Esta dinâmica básica deu origem a diversos tipos de programas como alfabetização de adultos, programas de consumo e, mais recentemente, programas de produção alternativa.

⁵⁷ Para uma análise mais aprofundada acerca das práticas e da trajetória da ADITEPP, ver: D. Simião, *O Pulo do Sapo*, monografia apresentada ao IFCH - Unicamp para conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais. Campinas, 1996.

2. Com esses atores, que jogo se joga?

Uma vez que já temos uma idéia dos atores que estão neste campo e de suas posições específicas em relação aos grupos em que circulam, temos condições de compreender melhor as implicações e os significados dos usos que as ONGs acompanhadas aqui fazem, não só do termo gênero (e cidadania, ao seu lado), mas das teorias que o acompanham.

2.1. Como cada um se posiciona em relação ao termo gênero

Em linhas gerais, a classificação “nativa” entre ONGs feministas e mistas parece constituir um fator importante na configuração desses usos. A diferença que ela cria na forma como o termo gênero é utilizado por elas pode ser bem percebida se levarmos em conta os alertas feitos por Butler em seu debate com o feminismo.

A discussão que Butler faz da dificuldade de coadunar gênero e identidade na linguagem política do feminismo parece se traduzir aqui em certas configurações no uso do termo gênero nas ONGs feministas que não se repetem da mesma forma nas ONGs mistas. Para as instituições feministas, os limites e riscos do uso do gênero são uns. Para as mistas, outros. E o primeiro fator que chama a atenção nessas experiências é o grau de intensidade com que o termo surge no discurso da instituição. Nesse sentido, por mais que avancem no debate conceitual de gênero, as ONGs feministas não abrem mão de utilizar o sujeito “mulher” nos seus discursos.

Mulher, mulheres ou gênero?

Nas entrevistas realizadas, foi unânime entre as feministas a percepção de que abrir mão do foco de ação em um sujeito específico, construído pelo movimento feminista ao longo de décadas, seria prejudicial. Sobre essa questão, Leila Linhares, da CEPIA (Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação e Ação), argumenta o seguinte:

“A gente não pode fazer com que gênero, enquanto categoria, oculte a palavra ‘mulher’. Foi todo um trabalho político para dar visibilidade a situações específicas que ocorrem no campo das discriminações. Então essa questão da visibilidade dos agentes, dos sujeitos, é importante e deve ser mantida. É importante a gente se apresentar como movimento negro, como movimento feminista...”

Isso não quer dizer que a CEPIA não use o termo gênero. Mas sim que faz um uso específico desse termo. Leila traduz do seguinte modo a forma como a CEPIA utiliza o termo:

“Nós temos uma perspectiva de gênero: que é tentar ler o direito vindo de que maneira ele trata de relações entre homens e mulheres e quais são as repercussões que isso acarreta. Nesse sentido, nós usamos ‘gênero’ quando vamos fazer determinados tipos de análise, mas também usamos a categoria ‘mulher’, quando estamos publicando um guia sobre a violência contra a mulher, que é uma coisa exatamente dirigida à mulher e isso as pesquisas estatísticas, sociológicas tradicionais, ou seja, as pesquisas sociológicas que usam como referencial teórico as teorias de gênero, apontam como sendo a principal vítima da violência nas relações familiares.”

A fala de Leila mostra bem o quanto ‘gênero’ e ‘mulher’ têm valores diferentes dependendo do mercado simbólico em que operam. Nos relatórios para agências e alguns textos analíticos, o termo surge com frequência. Quando, porém, o texto se dirige “à mulher”, gênero se torna, na visão de Leila (e de outras ONGs feministas) pouco eficaz. O campo da ação política do feminismo parece ter, assim, também lugar para o termo gênero. Mas é, certamente, um lugar particular.

A opção da CEPIA em utilizar a categoria “mulher” na relação com seu público-alvo revela em parte uma dificuldade de operacionalizar a discussão de gênero nas atividades fim das ONGs feministas. A orientação pela qual gênero não é eficaz na relação com parte dos interlocutores da ONG dá algumas características para a forma como o termo é instrumentalizado nessas experiências. Tomemos o caso da Rede Mulher. Beatriz Cambrava reconhece a riqueza analítica das teorias de gênero, mas tem dificuldade em ver essas teorias operacionalizadas senão por uma versão fundada na identidade:

“Por um lado, o sistema de gênero é um sistema de classificação de várias faces. Então não dá para você falar na figura da mulher. Que mulher? Quem é essa mulher? Por outro lado, tem a coisa da relação, que é um sistema de relação, uma coisa é a relação de um homem rico com uma mulher pobre, e assim por diante. Depois se trabalha com o sistema de regras: atitudes prescritas e proscritas para cada gênero, mas isso vai depender muito dos recortes... E, por fim, um sistema de intercâmbio. E aí é que se trabalha com um negócio muito interessante que é o sistema de redes. Cada um de nós está em vários sistemas de rede. E em cada rede, o sistema de gênero está presente. Então, como é que você ocupa uma posição xis em cada rede, e como elas se entrelaçam?”

O reconhecimento da importância de trabalhar com uma perspectiva relacional chega mesmo a fazer com que a Rede se preocupe em estimular o trabalho com homens.

Na avaliação de Beatriz:

“num primeiro momento, durante muitos anos, houve um radicalismo, pois o tema precisava ser pautado Mas hoje o feminismo já se encontra em um novo momento, existem ONGs que já têm no seu conselho tanto mulheres como homens. No ‘GT gênero’ do Novib, agora, temos no cartaz os dois símbolos — masculino e feminino. Queremos ver se os homens aparecem. A Rede quer trabalhar mais com homens.”

Vera Vieira, atual diretora executiva da Rede, complementa a idéia:

“Ainda existe uma radicalidade por parte de alguns setores do feminismo. Nessa manifestação do 8 de março [organizada em São Paulo por vários grupos feministas em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, na Praça Ramos de Azevedo], existiam feministas questionando: não, mas não é pra vir homem na nossa manifestação. Como, não é pra vir homem? Lá no Tocantins, quando chega uma mulher que foi pro ginecologista e conta em casa como é que foi a consulta, ela apanha. Como é que você vai mudar isso se não chamar esses homens?”⁵⁸

Apesar de reconhecer essa dimensão, Vera deixa claro que há um limite político para essa percepção relacional. Segundo ela:

“deve haver, sim, uma discriminação positiva para as mulheres, pois são elas que ainda sofrem muito mais a violência, o preconceito, a discriminação, etc. Nossas atenções têm que estar mais voltadas para elas, e está certo que os indicadores sociais se preocupem em mostrar o que está acontecendo com as mulheres, seu nível de escolaridade, a violência, os salários...”

Esse é um discurso fundado na eficácia de “sujeitos” políticos. Por isso, incorporar a dimensão relacional seria, no máximo, envolver homens no trato da questão; ou seja, incorporar um novo “sujeito” ao seu discurso. E, se, por uma lado, há uma barreira à incorporação do sujeito “homens” nesse discurso, por outro, há um limite à diluição do sujeito mulher. Sem desprender-se de um sujeito aglutinado em torno da identidade sexual, o discurso atual das ONGs feministas é muito receptivo à pluralização desse sujeito. Ao invés de “mulher”, tem-se “mulheres”, e assim está-se dando conta de incluir os diferentes recortes que o cruzamento de marcadores sociais como os de raça,

classe e orientação sexual possa instituir. Nalu Faria, da SOF (Sempreviva Organização Feminista) também tem consciência dos problemas que essa abordagem pode trazer, mas reconhece que é a mais afeita à instrumentalização. Desta forma, se a lógica da desconstrução é levada ao extremo, uma ONG feminista corre o risco de, nos termo de Beatriz Cannabrava, “ser uma máquina anti-política”.

Leila Linhares conta que a CEPIA realiza diversos cursos de formação com a “perspectiva de gênero”, mas sem utilizar-se de *gênero* no título. “Então a gente dá curso sobre saber médico, corpo e sexualidade, com a perspectiva de gênero. Dá curso sobre legislação penal, civil e trabalhista, com a perspectiva de gênero. Dá cursos para policiais sobre direitos humanos, com a perspectiva de gênero. Mas aí não usa o termo gênero, e sim ‘direitos humanos das mulheres’”.

Ao demonstrar seu entusiasmo com a proposta de pensar gênero como “sistemas”, Beatriz Cannabrava faz uma crítica à visão simplificada e difundida no campo das ONGs, baseada na idéia de se inserir uma “perspectiva de gênero” nas instituições. “É equivocado falar em ‘introduzir a perspectiva de gênero’ porque não há apenas uma perspectiva de gênero . Há vários modelos, e várias perspectivas possíveis. Nós estamos inseridos em um sistema de gênero . E todos nós temos uma perspectiva de gênero , mas ela pode ser absolutamente machista, e ser uma perspectiva de gênero”. Contudo, no momento de operacionalizar essa reflexão em instrumentos de ação, o chão some sob os pés da ONG, e a ação se centra na afirmação das mulheres.

O termo gênero , dessa forma , arranha a porta do movimento feminista, mas sem invadi-lo com profundidade no plano de sua produção prática. E com isso cria-se uma lacuna entre os avanços teóricos possíveis e a instrumentalização concreta do conceito de gênero, mesmo para quem trabalha com produção teórica.

O sentido de gênero nas ONGs mistas

⁵⁸ Entrevista com Beatriz Cannabrava e Vera Vieira, integrantes da diretoria da Rede Mulher de Educação. São Paulo, 23 de abril de 1999. Todas as falas atribuídas a Vera neste texto foram coletadas nessa mesma ocasião.

Se, para as ONGs feministas estudadas aqui, a manutenção do foco de ação em um sujeito construído a partir de uma identidade de gênero faz parte de uma diretriz de ação política, isso não aparece com a mesma clareza para as organizações mistas. Entre elas, o desafio político é outro. No lugar das “mulheres” do feminismo, CEDAC e ADITEPP referem sua ação aos “setores populares”, e isso permite outras configurações para os significados e valores do termo gênero nos mercados simbólicos em que essas instituições operam.

Acredito, como veremos, que a discussão conceitual de gênero, no caso das ONGs mistas, vale como um instrumento de legitimação no campo; um passaporte para outros universos de interlocução e um fator importante no seu posicionamento institucional dentro do campo. Nesse sentido, utilizar o termo gênero na qualificação de seus trabalhos permite tanto o acesso a novos financiamentos quanto a novos interlocutores no campo. Isso faz com que se utilize com frequência o termo, não somente nos relatórios para as agências (coisa que as feministas também fazem) mas na relação com seu público alvo. A CEPIA não fala em gênero no curso que dá para os policiais, nem a SOF nas oficinas de saúde. Mas a ADITEPP investe nesse termo nos seus encontros, fóruns e seminários.

Para entendermos esses valores do gênero nas ONGs mistas é preciso olhar com um pouco mais de atenção para o “processo” de introdução do gênero no vocabulário dessas instituições. Tomemos o caso de CEDAC e ADITEPP.

Tanto ADITEPP quanto CEDAC já desenvolviam há anos atividades com grupos de mulheres. Nunca, porém, identificando seu trabalho como “feminista”, e diziam ter para isso razões estratégicas. Cristina Simião, diretora técnica da ADITEPP, coloca a questão nos seguintes termos:

“Quando a gente começou o trabalho [com grupos de mulheres] em 83 discutia-se mais o espaço da mulher a partir das funções tradicionais que ela ocupava e possibilidades de novas perspectivas que proporião não negar as funções que ela já exercia. Em 86, 87 nós fizemos alguns seminários conjuntos [com feministas], em que participavam pessoas da classe média e que tinham um outro enfoque sobre o papel da mulher. O enfoque envolvia muito a libertação da mulher com relação ao homem. Tanto do ponto de vista sexual, quanto do ponto de vista de filhos, quer dizer, a mulher tinha que ter suas experiências independente do marido ou do companheiro concordar, porque ela tinha

que se assumir enquanto pessoa, com uma identidade própria, e não referir-se sempre em relação ao masculino. E isso trouxe alguns problemas, porque a área popular não concebia isso, ela não questionava o papel tradicional dela. Ela queria apenas um espaço onde ela podia esfriar a cabeça, pensar com mais clareza, onde ela podia melhorar suas relações com o marido, que às vezes eram conflitivas, ou às vezes eram asfixiantes. Mas não que isso passasse pela idéia de se assumir independente de homens e das crianças. Então questões como aborto, casamento aberto, chocavam as mulheres dos setores populares. No sentido de que elas nunca imaginavam esse tipo de relação e nem aceitavam. Elas mesmas tinham como referencial uma outra idéia de ser mulher, um outro tipo de identidade... Nós achávamos que essas questões precisavam ser trabalhadas, mas a melhor forma de trabalhá-las não era levando as mulheres a desafiar os maridos”⁵⁹

No começo dos anos 90, porém, tiveram que se aproximar da linguagem de gênero a partir de demandas vindas de agências financiadoras. No caso da ADITEPP, uma avaliação conjunta de três agências de cooperação internacional afirmou, em 1993, que o trabalho desenvolvido com os grupos de mulheres reforçava papéis tradicionais das mulheres, uma vez que ele não questionava a posição das mulheres nos grupos sociais em que estavam envolvidas e não trabalhava a *questão de gênero*. Desta forma, em 1994 a ADITEPP procurou o PAGU (Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp) para compreender melhor o alcance de suas práticas pedagógicas nas transformações do que então se chamava “relações entre homens e mulheres”. O trabalho da ADITEPP era tido, na avaliação daquelas agências, como um trabalho de tipo misto que por não estar exclusivamente direcionado ao trabalho com mulheres, deixava de lado a discussão sobre os papéis tradicionais da mulher e sua condição de exploração e subordinação. A experiência com o PAGU, contudo, revelou justamente o oposto: o olhar de gênero permitiu uma nova percepção sobre a forma como vinham se dando as transformações no relacionamento entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres, transformações que não se limitavam a um trabalho com grupos de mulheres, mas podiam ser observadas em todas as práticas acompanhadas pela ADITEPP.

A partir do trabalho desenvolvido com o PAGU, a instituição construiu um discurso que articulava parte do arsenal teórico dos estudos de gênero com as transformações operantes na dinâmica dos grupos populares que assessorava. Com isso,

⁵⁹ Entrevista transcrita em: D. Simião. O Pulo do Sapo. Op.Cit.

buscava demonstrar o quanto *gênero* estava sendo incorporado (antes mesmo de 1994) nas suas atividades.

Esse discurso ganhou bastante força para a interpretação do chamado “potencial transformador” do seu programa de geração de trabalho e renda. Segundo essa compreensão, as atividades desenvolvidas por grupos de geração de renda criavam situações que, se acompanhadas devidamente, poderiam resultar na mudança das percepções que aqueles sujeitos tinham acerca dos modelos de gênero que orientavam suas relações. Reunindo amigos e parentes em torno da preocupação inicial de reforçar o orçamento doméstico, esses grupos começam uma produção artesanal voltada para o comércio local no bairro em que se formam, para o que contam com um apoio financeiro inicial da ADITEPP. O ponto principal dos grupos, segundo a ONG, não seria a produção em si, mas o espaço que se forma para reflexão e intervenção pedagógica. Nos termos da ADITEPP, “a produção é ocasião de reflexão e organização comunitária. E o trabalho não se limita apenas à reflexão. Ao criar novas situações, este tipo de atividade contribui para mudanças concretas nas práticas sociais das pessoas direta e indiretamente envolvidas nestes grupos”⁶⁰.

Fomentando um tipo de relação baseada na solidariedade e na igualdade, esses grupos são vistos como espaços semelhantes aos dos movimentos sociais urbanos, tal como analisados pela perspectiva antropológica dos trabalhos de Eunice Durham, Ruth Cardoso, e Tilman Evers, entre outros. Semelhança em especial entre a forma como se dão as relações de sociabilidade no interior dos grupos e as práticas dos movimentos no que concerne ao tipo de relação que engendram, à flexibilidade e rapidez com que se reestruturam, aos ideais comunitários e igualitários que as presidem, etc. Nesses termos é que são apresentadas transformações na forma como mulheres, antes vistas por si mesmas, por seus maridos e pela comunidade, como um grupo de amigas que se reunia para passar o tempo “brincando de produzir e vender algo”, passavam a ser vistas como produtoras, negociantes e empreendedoras. Essa mudança é, no discurso da ADITEPP, o sentido da “democratização das relações de gênero”.

⁶⁰ Boletim Entre Bairros, n.38, Novembro 1995.

Dominando essa linguagem, a ADITEPP construiu para si uma imagem no campo reconhecida como uma ONG que trabalha (de forma exemplar) a questão de gênero em grupos mistos. E como as práticas de programas de geração de emprego e renda têm crescido, esse potencial tem sido bem explorado pela instituição. Hoje, ela integra o Grupo de Gênero da Novib (no qual a maioria das instituições são feministas), oferece cursos e oficinas sobre “gênero em geração de renda” e é demandada para capacitação de técnicos em prefeituras em diversos estados do Brasil.

Angelina relata um processo muito semelhante no CEDAC. A percepção do gênero nos grupos de produção entra, igualmente, pela porta da transformação de fatores inibidores para que as mulheres dos grupo desenvolvam a chamada “capacidade empreendedora”:

“Há mulheres que pensam que devem ficar dentro de quatro paredes, cuidando de criança..... Essa questão do público e do privado, isso existe. Há mulheres que tiveram a maior dificuldade para ir ao banco, abrir conta, porque se acostumaram a pensar que a missão delas é cuidar da casa, educar os filhos, cuidar do marido... Então ela acredita que está trabalhando fora pra complementar a renda... Ela não se sente uma profissional. Essas coisas a gente vai percebendo quando trabalha gênero. Por isso que eu te digo: trabalhar com mulher não significa necessariamente trabalhar gênero. Você pode trabalhar com mulheres a vida inteira e não introduzir a dimensão de gênero. E eu acho que o CEDAC agora continua trabalhando com mulheres mas introduziu essa ótica.”

A fala de Angelina não só diz algo sobre a forma como se utiliza *gênero* no relato de programas de produção e geração de renda, mas revela uma presença marcante nesse discurso: a de que *gênero* não pode ser confundido com *trabalho com mulheres*. Essa preocupação, pouco presente no discurso das feministas, é recorrente nas falas de CEDAC e ADITEPP. De certa forma, está-se dizendo que as feministas, por trabalharem *com* e *para* mulheres não necessariamente trabalham “com gênero”, o que permite às ONGs mistas entrar no debate com as feministas sem estar em condição de desvantagem. As feministas têm, sem dúvida, um acúmulo histórico de experiência com trabalhos “com mulheres”, ou seja, têm muito mais capital simbólico quando o assunto é esse. Instituído uma nova moeda, o *gênero*, as mistas se apresentam (ou buscam fazê-lo) em maior pé de igualdade na interlocução com as feministas.

Por outro lado, as ONGs mistas utilizam o termo gênero não somente na relação com interlocutores externos (as agências e as outras ONGs), mas o fazem também para seu próprio gasto. O CEDAC, por exemplo, desenvolve um projeto chamado “sensibilização para gênero” na sua equipe. Tratam-se de encontros mensais de toda a equipe do CEDAC para fazer um dia de sensibilização para a importância da democratização das relações de gênero em nosso dia-a-dia, e de como essa preocupação deve estar presente em todos programas da instituição. Já a ADITEPP utiliza o termo gênero no título e no conteúdo de vários de seus cursos de capacitação e encontros com os setores populares.

Nesse uso “para o gasto”, o valor de gênero certamente não é o mesmo que no mercado de trocas com as agências ou com as outras ONGs. Aqui, vale lembrar o receio que a diretora técnica da ADITEPP apontara com relação ao “susto” que o temo feminismo causava nos setores populares nos anos 80:

“Em 87 nós organizamos alguns grupos de mulheres só pra discutir a questão da mulher e em alguns bairros conseguimos bons resultados, mas teve casos em que as mulheres não vinham e nós íamos lá perguntar porque e elas diziam: ah, meu marido disse que essas reuniões são pra falar mal dos homens, por isso ele não está gostando da idéia, eu não quero criar problemas com ele, e eu não vou. Então, a gente achou que como estratégia, não era por aí. Por isso também não usávamos o termo “grupos feministas”, porque as mulheres identificavam o feminismo como sinônimo de mulher que dispensa o marido ou que desafia o homem. Não era assim que as mulheres da área popular viam seus maridos e seus companheiros e isso poderia criar todo um problema no nosso trabalho.”

Para este tipo de problemas, o termo gênero, tanto por seu caráter politicamente menos carregado quanto por sua natureza relacional, parece ser um bom remédio. Os homens que participam dos encontros da ADITEPP não se sentem isolados da discussão nem por ela ameaçados, afinal gênero, nesses termos, é coisa para homens e mulheres.

Dessa forma, gênero opera para as organizações mistas não apenas como um passaporte para os recursos que agências de cooperação somente liberam quando há o “carimbo do gênero” ou como um meio de estabelecer uma nova arena de interlocução com as organizações feministas, onde o diálogo se dê, supostamente, em pé de igualdade. O termo também é utilizado na relação com os beneficiários, na medida em que, por

ensejar um caráter relacional, é mais eficaz para aglutinar interesses dos homens e mulheres que formam a heterogeneidade do sujeito “setores populares”.

2.2. Lições de um diálogo: as mistas e as feministas na mesa redonda

Agora que analisamos conteúdos concretos para os diferentes usos do gênero a partir de algumas experiências vistas em suas singularidade, devemos explorar com mais atenção os contatos entre as ONGs mistas e feministas buscando compreender algumas regras mais gerais desse campo.

Se as organizações mistas têm um receio de trabalhar o termo “feminismo” nos setores populares, têm um temor e uma inexperiência muito maior em tratar questões historicamente abordadas pelo feminismo no Brasil, em especial as relativas à constituição da subjetividade e da sexualidade das mulheres. O termo gênero trouxe alterações para essa configuração, aproximando as organizações mistas desse tipo de abordagem. Gênero parece dar conta das “coisas do subjetivo”.

Coisas do Subjetivo:

Em alguns relatos, gênero aparece como um termo que engloba uma dimensão subjetiva (da construção da subjetividade) que não era legitimada pelo discurso de esquerda dos anos 70 e 80. Tudo se passa como se esse novo termo desse às questões da subjetividade de homens e mulheres um novo estatuto no campo das esquerdas. Nesse sentido, organizações que não tinham uma preocupação e um preparo para abordar esses temas, passam a se interessar por eles a partir do momento em que lidam com o termo gênero, sentindo-se respaldadas no campo para fazê-lo.

É essa percepção que está inscrita na busca que o CEDAC fez de uma feminista para “inserir gênero” no programa de mulheres. Cássia explica como a instituição começou a trabalhar com isso:

“ alguns temas nos eram postos.... por exemplo, estávamos trabalhando mais aspectos do corpo — da saúde — e educação. São dois temas que elas [as mulheres dos clubes de mães da Baixada] trabalharam durante muito tempo. Chegou um determinado momento em que nós sentimos que nossa capacidade de dar respostas estava se esgotando.

Abrimos então uma discussão muito franca de avaliação do trabalho, do que elas estavam sentindo enquanto necessidades no cotidiano delas. Começamos, assim, a perceber que o nosso trabalho era muito no campo do objetivo, do concreto, da política, do engajamento, da participação partidária... e começamos a perceber nas entrelinhas que havia coisas do subjetivo aparecendo. E resolvemos abrir com elas um diálogo muito franco. E olha, o que aparecia era medo de falar em público, era insegurança, era timidez, eram questões que estão ligadas ao campo da subjetividade. E eu e a Ironi nos perguntamos: 'como é que a gente vai mexer com isso?'. Não havia como; são coisas muito sérias. Foi quando procuramos alguém no feminismo”.

É interessante notar, porém, que mesmo essa inquietação era instrumentalizada por um conjunto de preocupações mais própria do perfil de “ONG de educação popular”. O investimento em temas “subjetivos” era visto como necessário para o desenvolvimento das ações objetivas de desenvolvimento social:

“O fato de se estar, por exemplo, em um conselho comunitário de saúde, não significava ter uma participação de fato no Conselho. Então essas mulheres asseguraram o assento, mas a participação não... por que? Por causa da timidez... você imagina: uma mulher simples, está sentada lá diante do Secretário de Saúde, (nós tivemos até um trabalho com elas sobre isso), do líder do governo, do sindicalista que representa a população, enfim, elas ficavam caladas o tempo inteiro. Vimos então que era necessário, não deixar de lado, mas dar um “breque” nessa questão da participação comunitária, porque elas já o estavam fazendo e tinham estímulos de outros lugares para que isso acontecesse; e passamos a trabalhar um pouco essas questões mais da condição da mulher (...) A gente viu que não dava conta disso e fomos procurar alguém da área da psicologia, mas que tivesse uma história no movimento de mulheres”

Leila Linhares traduz uma percepção desse jogo nos termos de uma oposição entre direitos civis e direitos sociais — termos representativos de seu *métier*. Em seu relato, Leila retrata bem a divisão entre grupos do movimento feminista nos anos 70 com enfoques divergentes. Em 1976 o Centro da Mulher Brasileira, fundado no ano anterior, enfrentou um processo de fragmentação, em que se opunham as feministas que apostavam suas fichas na relação das mulheres com o mundo do trabalho — e seguiam então o conselho de Paul Singer, de que a validade do feminismo seria tanto maior quanto mais se aproximasse dos temas legitimados pela esquerda (leia-se: o trabalho) — e aquelas que viam como fundamental a crítica à organização da família e à sexualidade. O partido que Leila e seu grupo tomaram pela segunda posição rendeu-lhe acusações:

“Nosso grupo também enfrentava preconceitos, porque nós éramos ‘as feministas que se preocupavam com sexo’. Então nesse sentido nós éramos mais burguesas, mais elitistas do que aquelas que se preocupavam com o trabalho ou com a participação política.”

“Por que nós não criamos um Centro da Mulher, ou de estudos da mulher, mas sim criamos algo chamado Cidadania, Estudos, Pesquisa, Ação? Porque nós já achávamos naquela época, há dez anos, que nós estávamos diante da questão da cidadania. Não que a gente tivesse voltado àquela coisa da luta geral, mas a gente achava que era impossível avançar em relação à questão da mulher se a gente não incluísse isso na discussão dos direitos civis, na discussão da cidadania. E a gente sabe que a esquerda tem muita dificuldade de lidar com os direitos civis, com os direitos dos indivíduos. A esquerda lida muito com os direitos coletivos, com os direitos sociais.”

De fato, o termo gênero vem associado, nas ONGs feministas, a um trabalho bastante marcado pelo temário específico dos direitos civis (atendimento e combate à violência doméstica, direitos reprodutivos, relações familiares e direito de família, etc.) e pela construção da subjetividade (desenvolvimento da sexualidade, educação sexual, direito à livre orientação sexual, etc.) Essa marca não é a mesma no universo das ONGs mistas, identificadas com outras esferas de preocupação.

Nesse sentido, é de se pensar até que ponto a linguagem de gênero auxiliou a legitimar a preocupação com o temário dos direitos civis no plano das esquerdas, em especial ao ser um quesito para aprovação de projetos da cooperação internacional. Isto pode ter sido um canal eficiente de contato, como no caso do CEDAC, entre as ONGs mistas e feministas.

O contato entre mistas e feministas é, aliás, bastante incrementado com o termo gênero, e vale observar com mais atenção como esses atores vêem essa recente interlocução.

2.3 O multiculturalismo das ONGs: do gueto a uma política de alianças

Como vimos, por mais que assumam o caráter relacional do gênero e se disponham a incorporar homens em suas atividades, as ONGs feministas não têm como um valor importante marcar sua identidade enquanto tal. É verdade que a manutenção de uma identidade como “organização feminista” hoje já não significa atuar em gueto,

segregado de outras organizações. A idéia de uma política de alianças é bem difundida no campo — e o binômio gênero e cidadania o mostra bem, conforme a análise feita no capítulo anterior. Contudo, a própria idéia da aliança só é possível se respeitadas as diferenças e especificidades que o universo temático, conceitual e empírico de cada instituição impõe a seus trabalhos.

Nos anos 80 a aliança que se fazia deixava claro quem tinha o que para dizer. Leila Linhares conta de sua experiência em um projeto integrado no IDAC (Instituto de Ação Cultural) nos anos 80, em que participavam representantes da educação popular.

Nessa época o IDAC tinha dois projetos: um dirigido pela Rosiska⁶¹ e outro pelo Miguel⁶², e eu trabalhava com o projeto do Miguel. Era um projeto de direitos humanos, e que, claro, tinha homens. Nesse projeto a gente se reunia com gente da ADITEPP, com o Claudius⁶³, que estava no IDAC, hoje está no CECIP, com o pessoal da Arquidiocese de Nova Iguaçu... a gente tinha um diálogo, complicado, com a Igreja, mas tinha também um diálogo com a Igreja. Era uma visão bem menos preconceituosa do mundo e bem menos 'perseguida'. Esse 'homem universal' não estava nos perseguindo.

Na fala de Leila essa interlocução aparece como um diferencial positivo em relação a outros setores do feminismo, fechados sobre si mesmos. Os usos do termo gênero, porém, justamente quando na relação entre mistas e feministas parecem servir para estabelecer um novo terreno — no qual as especificidades de umas e outras passam a segundo plano — produzem uma interlocução muito mais tensa.

É comum, no relato das ONGs feministas, a queixa em relação a organizações que nunca haviam se preocupado com a temática, seja do gênero, seja das mulheres, e que agora surgem no cenário como um interlocutor “meio forçado” por conta de terem montado um projeto de gênero por cobrança das agências de cooperação internacional. Sobre isso, diz Leila:

Então, por exemplo, um grupo como o CFEMEA, que tem uma expertise em acompanhar políticas públicas, etc.. E aí aparece um grupo que nunca fez isso e também

⁶¹ Rosiska Darcy de Oliveira tem uma relação antiga com o feminismo brasileiro, tendo sido até recentemente presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Atualmente coordena o Instituto de Ação Cultural (IDAC), no Rio de Janeiro.

⁶² Miguel Darcy de Oliveira, marido de Rosiska, foi um dos fundadores do IDAC nos anos 70 e atualmente coordena parte de suas atividades.

⁶³ Claudius Ceccon, cartunista carioca, atualmente coordena o Centro de Cultura e Imagem Popular (CECIP), no Rio de Janeiro. A referência que Leila faz a ele certamente tem a função de evidenciar sua interlocução não só com homens, mas com pessoas e instituições que, como Claudius, não tem nenhuma relação específica com o movimento feminista.

'botou' gênero. "Nós também fazemos gênero". De repente, sem necessariamente ter uma expertise dentro do campo, esse grupo se constitui de uma hora pra outra num interlocutor meio forçado. Eu acho que esse é um papo que a gente tem que ter com as agências. Até que ponto nós somos forçadas a ter que dar assessorias para grupos que nunca se debruçaram sobre essa questão, que nunca se envolveram nas campanhas pela melhoria do trabalho feminino, pela ampliação das creches, pelo fim da violência contra a mulher, enfim, que nunca demonstraram nenhuma intenção pela ampliação da cidadania no Brasil com a inclusão das mulheres. Mas de repente, por exigência de seus agentes de financiamento, esse grupos então vão.... "Bom nós temos que fazer isso senão não recebemos financiamento". Então vão e criam uma...."

A queixa de Leila se refere tanto aos espaços criados pelo termo gênero na relação das agências com as ONGs — tal como os Grupos de Trabalho de gênero — quanto a outra prática que tem se tornado comum: as oficinas de capacitação em gênero, em geral oferecidas por ONGs feministas para que as mistas dominem o arsenal necessário a “introduzir uma perspectiva de gênero em seus projetos”.

Nesses novos espaços de interlocução, algumas feministas parecem sentir-se pouco reconhecidas em suas especificidades. Uma política de aliança pressupõe que os interlocutores falem de posições diferentes. E quando essas posições se misturam, o desconforto é inevitável. Ele aparece em alguns relatos associado ao desejo político de manter coesa a identidade social de um movimento feminista. Diz novamente Leila Linhares:

"[O uso do termo gênero] é uma faca de dois gumes: pode ser usado para chamar atenção sobre problemas específicos de mulheres como para esconder os dados sobre esses problemas. Quando você destaca a possibilidade relacional, pode-se definir mais claramente estratégias e alianças, redirecionando projetos. O conceito teórico permite operacionalizar algo dentro das linhas de atuação da tua ONG. Mas por outro lado, gênero apaga a palavra mulher. Passa a ser uma exigência de certas agências que chegam para uma instituição que nunca se preocupou em fazer trabalhos de gênero, nunca se preocupou em avaliar de que maneira o desemprego está piorando a vida de mulheres e homens de forma diferenciada, só está olhando o desemprego de uma ótica masculina, a violência sob a ótica masculina... E de repente chega uma agência e diz: 'não. Tem que incluir gênero.' Então de repente se coloca gênero como se jogasse assim, um pouquinho de pimenta, .. uns temperos. Então gênero vira um tempero"

3. Que regras depreendemos desse jogo? Lições para gênero no campo das ONGs.

Apesar de termos elencado nas análises anteriores as diferenças entre as ONGs e sua instrumentalização do termo gênero, essas particularidades apontam para algumas regras mais gerais do campo.

Os depoimentos relatados aqui parecem dar bons indícios para avançar em dois aspectos centrais para os questionamentos levantados no capítulo anterior. Por um lado, informam até que ponto *gênero* tem trazido conseqüências para os sistemas de classificação utilizado pelos atores desse campo — a complexa taxonomia das ONGs. Por outro, indicam alguns constrangimentos concretos que têm conformado as tentativas de instrumentalização das teorias de gênero no campo.

Com relação à primeira questão, os discursos e as práticas institucionais enfocadas indicam que *gênero* parece de fato se constituir em um novo “fator de identidade” entre as ONGs. Nesse sentido, para um campo em que a taxonomia não é apenas detalhe, mas ocupa uma posição importante inclusive na definição do volume de recursos disponível para o financiamento de ações, a criação de novas categorias e novas posições no campo tem um impacto considerável. Assim é que alguns atores investem na participação nestes novos espaços de interlocução, e outros os vem com reservas.

Os novos diálogos que essa linguagem vai produzindo, porém, não apagam as classificações anteriores, ao contrário. *Gênero* não suprime as categorias “mulher” e “setores populares/ educação popular”, que continuam operando muitas vezes de forma prioritária.

Por outro lado, os relatos são reveladores de uma lógica comum a todas essas diferentes posições no campo: a lógica da transformação social. Embora valorizem suas posições específicas no campo, organizações mistas e feministas vivem em um mesmo universo: o da ação política na sociedade civil organizada. E como tal compartilham normas gerais que certamente conformam algumas disposições importantes na definição dos usos do termo gênero.

Todos os relatos fizeram eco a uma preocupação geral do campo no momento e que parece estar sendo “puxada” pela agências de financiamento. Trata-se da busca dos instrumentais de mensuração do impacto social que uma ação possa ter sobre as relações de gênero. Como vimos em vários textos citados no capítulo II, a lógica da avaliação é inerente a relação agências-parceiros. E nessa lógica, gênero tem que ser pensado como algo escalonável. As pessoas avançam ou retrocedem em relação a um padrão tido como o “desejado” para as relações de gênero. Ora, existe algo mais distante do que a discussão conceitual das teorias de gênero, tal como feita por Butler e Haraway, do que a fixação de regras e padrões desejáveis para normatização de uma relação cristalizada?

Ao deixar o campo acadêmico e migrar para o campo da ação social das ONGs, gênero assume o desafio de dar respostas a essa “necessidade” de mensuração. Mensuração, na verdade, que responde a um pressuposto anterior do campo da ação de intervenção social: o mundo pode e deve ser transformado. Para isso, os processos de fortalecimento institucional das ONGs indicam a necessidade de se fazer o “planejamento estratégico”, baseado na definição de um cenário atual (um diagnóstico) e um cenário futuro desejado. Ao se fazer o diagnóstico das relações de gênero em uma dada realidade, cristalizam-se essas relações e passa-se a trabalhar com outro conjunto cristalizado de relações que será a meta da ação.

Embora isso tenha surgido em todas as entrevistas e debates que acompanhei ao longo da pesquisa, vale citar aqui a fala de Nalu Faria, da SOF, que sintetiza bem essa percepção do problema:

“Tem duas coisas que nós já estamos atrasados e temos que fazer: o planejamento de gênero e os instrumentos para medir o impacto (os indicadores). A idéia de planejamento de gênero, é bem verdade, tem toda essa discussão, instrumentos, quadros, que tem um certo incômodo do feminismo com esse planejamento, mas a gente não pensou alternativas. O outro desafio são os instrumentos. E a gente tem falha aí, e acaba sem condição de dizer qual o produto do seu trabalho. Uma coisa que é forte para nós é ver a transformação das mulheres. Tem que olhar um pouco mais a transformação dos homens, né? A gente entende que a transformação das mulheres sempre pressupõe a transformação na sua vida familiar, principalmente... Por exemplo uma mulher casada que comece a militar... ou ela consegue renegociar seu casamento ou ela separa. De qualquer forma haverá mudança na sua vida familiar. Os indicadores mais tradicionais são aqueles: acesso aos espaços de decisão, controle dos recursos, espaço de decisão na esfera produtiva, etc.. Mas o problema é que essas coisas são cartesianas, perdem a idéia de processo e de dinâmica.”

Mas, logo adiante, Nalu revela um pouco mais sobre o que seria sua concepção “dinâmica” do processo. E então, o que se vê como a norma no campo é a crença em um processo de transformação progressivo e orientado para um fim desejado:

“Outra angústia nossa é que você não tem ainda processos que se solidificaram e que se consolidaram. Então você tem coisas assim muito de altos e baixos, e conforme o momento em que você fizer a avaliação, o indicador vai estar positivo ou não. Essas ações não são estáveis. Uma mulher que super cresce, super está bem, consegue ter autonomia... mas de repente entra num parafuso, tem alguma ambigüidade, uma filha adolescente engravida, e aí ela se sente culpada: minha filha engravidou, eu não dei conta... É um recuo, porque ela tem que ajudar a cuidar do neto, ela ficou preocupada, ficou em crise, e só a culpa que ela sente, faz ela voltar pra trás.”

CONCLUSÕES:
Abrindo novas perspectivas

Essa pesquisa não encerra aqui todos os questionamentos que seu tema poderia engendrar. Há muitos aspectos que, para permitirem um rendimento analítico mais adequado, dependeriam de um maior referencial bibliográfico e de uma pesquisa de campo mais extensa e aprofundada, tarefa cada vez mais difícil de ser empreendida nos limites de uma pesquisa de mestrado. Da mesma forma, se a produção teórica sobre os movimentos sociais é relativamente grande, o fenômeno das ONGs ainda tem muitos elementos para serem analisados e muitos livros por serem escritos.

Lançando um recorte bastante específico sobre as ONGs — ou, se preferirem, investigando um aspecto específico das discussões sobre teorias de gênero — essa pesquisa buscou apontar indicativos, mais do que conclusões. Esse é o espírito das questões que sistematizo abaixo, esperando que elas possam vir a ser a base para um trabalho que deve ser retomado e levado adiante.

*

Um primeiro olhar sobre as relações entre os diferentes atores do campo das ONGs no caso brasileiro indica a utilização de uma linguagem que vem sendo construída em torno de três termos-chave — gênero, cidadania e desenvolvimento. Dentro do tripé formado pelo cruzamento desses elementos, *gênero* encontra um quadro referencial historicamente valorizado no campo das ONGs brasileiras e seus interlocutores. Isso tem garantido ao termo um grande poder de penetração no campo, uma vez que encontra condições para ser traduzido em um universo semântico próprio das ONGs. É nesse sentido que pipocam discursos sobre o caráter fundamental da democratização das relações de *gênero* para o exercício pleno da cidadania, ou para que se atinja um desenvolvimento que não seja o meramente econômico.

Da relação das ONGs com as agências de financiamento vem a discussão sobre o sentido — cada vez mais ampliado — que se dá ao *desenvolvimento*. Esse alargamento conceitual tem colocado em primeiro plano a qualidade das relações sociais vividas pelas

populações beneficiárias, antes mesmo de suas condições materiais e econômicas. Com isso, valoriza-se um discurso centrado no questionamento da interação entre sujeitos sociais, e o termo *gênero* diz muito mais sobre relações do que seu antecessor, “mulher”. Essa mudança tem favorecido grandemente políticas menos centradas em grupos sociais específicos e mais voltadas a observação de aspectos fundamentais para assegurar o desenvolvimento social como um todo em determinada região. As relações de gênero são lidas aqui como um desses aspectos.

Por outro lado, a relação das ONGs com a teia movimentalista da qual fazem parte tem assegurado uma valorização acentuada do sentido de cidadania como algo que não se esgota na conquista de direitos formais. Novamente aqui joga-se o olhar para a qualidade das relações realmente existentes entre pessoas e/ou grupos sociais. Na medida em que a conquista e o exercício da cidadania passam pela vivência de novas formas de sociabilidade — e a trajetória dos novos movimentos sociais e do corpo de discussão teórica que eles despertaram sem dúvida aponta para isso — é fácil entender que *gênero* seja visto como um elemento fundamental que deve ser transformado para o engendramento dessa nova sociabilidade.

Gênero se apóia assim muito bem em termos que constituem um referencial compartilhado por todos os agentes desse campo. Com essa configuração, não é de se espantar que ganhe uma profunda transversalidade. Seu sentido é, quase sempre, o de estar presente como um enfoque necessário ao bom andamento dos projetos de qualquer ONG que esteja comprometida com o desenvolvimento e a cidadania.

Esse estatuto “transversal” do gênero é responsável pela criação de novas posições dentro do campo das ONGs. Na medida em que gênero se tornou indispensável para o desenvolvimento e a cidadania — sendo por vezes critério explícito para condicionar o fluxo de recursos da cooperação internacional — há que se ter especialistas capazes de difundir seu significado e sua tradução concreta em instrumentos de planejamento e ação social. É aqui que se assegura um lugar central para as ONGs que, há maior ou menor tempo, demonstram habilidade e credenciamento para essa difusão.

Essas novas posições no campo deslocam, mas não apagam, alguns sistemas anteriores, como a distinção entre ONGs mistas e feministas. O mesmo caráter que

descentra a atenção de um grupo social específico para um olhar atento às relações sociais tem repostado uma questão antiga para o movimento feminista: a de sua política de alianças com outros atores de esquerda. No campo das ONGs, isso tem significado uma relação mais próxima entre ONGs feministas e demais organizações, mas ao mesmo tempo tem gerado tensões. Na medida em que instituições de diferentes trajetórias e filiações encontram-se na praia do gênero, é preciso não só construir uma linguagem comum a partilhar, mas realçar marcadores que chamem a atenção para o lugar singular de onde se fala. E se o discurso da corporalidade já não ocupa mais lugar central na fala das ONGs feministas brasileiras (bingo para Haraway e Butler!), a seara do mundo subjetivo e da construção da individualidade ainda é uma especialidade dessas ONGs, que agora articulam uma linguagem de gênero para falar da construção da identidade feminina. Por outro lado, as ONGs mistas encontram no *gênero* o respaldo ideal para valorizar as práticas de intervenção social que envolvam mulheres e homens, enfatizando a importância do caráter relacional deste conceito.

Gênero oscila assim entre discursos mais encompassantes, agregadores de diferentes práticas mistas que saem fortalecidas em sua legitimidade, e outros voltados a uma atualização do temário próprio do movimento feminista. Dessa forma *gênero* tem sido capaz de, por um lado, criar novos espaços de integração e identidade no campo, e, por outro, originar discursos especializados que marcam outras identificações.

Em comum, todos os usos do gênero têm a preocupação de uma instrumentalização voltada a um impacto mensurável sobre a realidade. Esta é a norma geral de um campo em que todo agente apresenta, em maior ou menor grau, um compromisso com a transformação de determinados cenários sociais. Para isso, há que se estabelecer um patamar de realidade que será transformada, e um cenário futuro que será atingido. Ao trabalhar com essas cristalizações, não há como manter neste plano de ação política o mesmo potencial disruptivo que *gênero* tem em sua versão analítica no mundo acadêmico. O gênero instrumental, tal como utilizado do campo das ONGs, traduz-se em diferentes vulgatas, em diferentes níveis de elaboração conceitual e mesmo em diferentes finalidades, mas sempre limitado por um condicionante mais geral do campo, para o qual a realidade *existe*, e não para ser desconstruída, mas transformada.

*

Essa pesquisa começou pela constatação de uma mudança significativa que ocorrera, nos últimos 10 anos, na importância dada pelo campo das ONGs para o então chamado “trabalho com mulheres”, simbolizada por uma historieta que eu ouvira há alguns anos na ADITEPP. Vale concluí-la com outro pequeno mas significativo relato.

Enquanto realizava os contatos para o trabalho de campo, visando dar corpo ao que veio a ser o terceiro capítulo dessa dissertação, recebi um e-mail curioso de Vera Vieira, da Rede Mulher. Sabia já, por contatos anteriores, que Vera estava, ela também, realizando uma pesquisa de pós-graduação sobre o tema das ONGs, para a Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). Um dia antes de minha viagem, fui surpreendido com seu envio, via correio eletrônico, de um questionário de pesquisa em que solicitava que eu respondesse a uma série de questões sobre como via certos aspectos das ONGs. Eu sabia que seu interesse em minha opinião não fora motivado pela pesquisa que eu realizava, mas sim pelo fato de eu ter desenvolvido já trabalhos conjuntos com a ADITEPP, há alguns anos. Ou seja, eu estaria respondendo a sua pesquisa como um nativo do campo.

A situação pareceu-me inusitada. Em um primeiro momento, eu seria o pesquisador e ela a entrevistada, para em seguida eu passar ao banco dos observados e ela assumir o gravador. Situação que não deixava de ser bastante expressiva da porosidade que há na fronteira entre ONGs e academia. Dois campos autônomos, mas que permitem aos seus atores realizar incursões à seara alheia. Em campos como esses, não é de se espantar que não só os itinerários dos atores se cruzem, mas que os próprios conceitos desenvolvidos em um migrem para o outro, como o fez o conceito de gênero. Dois campos em cuja relação surgem experiências comuns e conceitos itinerantes.

BIBLIOGRAFIA

Documentos de ONGs, agências e governos:

- ABONG (Associação Brasileira de ONGs). *Cadernos Abong*, n.22, São Paulo, outubro de 1997.
- AG-KED (Arbeitsgemeinschaft Kirchlicher Entwicklungsdienst). *Towards Gender Orientation in Development*. Stuttgart, 1993.
- Menescal, Andréa Koury. História e Gênese das Organizações não Governamentais. In Hebe S. Gonçalves (org.) *Organizações não Governamentais: solução ou problema?*. São Paulo, Estação Liberdade, 1996.
- NOVA. *Médias ONGs: desafios e oportunidades face às mudanças na cooperação internacional*. Rio de Janeiro, 1993.
- NOVIB. *Política de Cooperação para o Brasil - 1997-2001*. Haia, 1997.
- ONU/UNIFEM. *Cómo Incluir la Dimensión de Género en un Programa: guía para participar en conferencias mundiales de las Naciones Unidas*. Nova York, 1995.
- OXFAM. *Avaliação de Género 1990-1993*. Cândida Blacker, Rebecca Reichmann. Recife, 1994.
- SOS Corpo Género e Cidadania. *Cidade Cidadania: um olhar a partir das mulheres*. Recife, 1995.

Entrevistas e Depoimentos:

- Leila Linhares Barsted, diretora da CEPIA - Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação e Ação. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1999
- Beatriz Cannabrava e Vera Vieira, integrantes da diretoria da Rede Mulher de Educação. São Paulo, 23 de abril de 1999
- Nalu Faria, coordenadora da Sempreviva Organização Feminista (SOF). São Paulo, 22 de abril de 1999
- Maria Angelina de Oliveira, Coordenadora do *Programa Trabalho e Cidadania* do Centro de Ação Comunitária (CEDAC). Rio de Janeiro, 20 de abril de 1999
- Cássia Valéria Marques Furtado, Coordenadora do *Programa Mulher e Cidadania* do Centro de Ação Comunitária (CEDAC). Rio de Janeiro, 20 de abril de 1999

Bibliografia para qualificação do conceito de campo

- Becker, Howard. "Art Worlds and Collective Activity". In Becker, *Art Worlds*. Berkeley, University of California Press, 1982
- Bourdieu, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983
- *Lições da Aula*. São Paulo, Ática, 1988.
- *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1992.
- "Por uma ciência das obras". In *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papyrus, 1996.
- Gilmore, Sammuell. "Art Worlds: Developing the Interactionist Approach to Social Organization". In H. Becker e M. McCall, *Symbolic Interaction and Cultural Studies*. Chicago, The University of Chicago Press, 1990.
- Ortiz, Renato. "À Procura de uma Sociologia da Prática". In Ortiz (org.) *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo, Ática, 1994. pp.7-29.

Bibliografia específica sobre gênero

- Butler, Judith. *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*. New York & London, Routledge, 1990.
- Costa, Cláudia Lima. "O Leito de Procusto: Gênero, Linguagem e as Teorias Feministas". *Cadernos Pagu*, n.2, Campinas, 1994
- Haraway, Donna. "Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos Pagu*, 5, 1995.
- Heilborn, Maria Luísa. "Fazendo Gênero? A antropologia da mulher no Brasil". In Costa, A. & Bruschini, C. (orgs) *Uma Questão de Gênero*, São Paulo, Ed. Rosa dos Tempos, 1992
- Kofes, Suely. "Categoria Analítica e Empírica: Gênero e Mulher (...)". *Cadernos Pagu*, n.1. Campinas, 1993.
- Laqueur, Thomas. *La construcción del Sexo: cuerpo y género desde los gregos hasta Freud*. Madrid, Ediciones Cátedra, 1994.
- Lobo, Elisabeth de Souza. *Os Usos do Gênero*, São Paulo, mimeo, 1987. (exposição feita no seminário *Relações de Sexo/Relações de Gênero*, USP, 1987)
- Moore, H. L. *A Passion for difference: Essays in Anthropology and Gender*. Indiana University Press, 1994
- Scott, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação e realidade*, Porto Alegre, n.16, nov/dez 1990.

- Stolke, Verena. "Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?". *Estudos Afro-Asiáticos*, n.20, 1991
- Strathern, Marilyn. *The Gender of the Gift*. Berkeley, University of California Press, 1988.

Bibliografia sobre ONGs e movimentos sociais

- Alvarez, Sonia & Dagnino, Evelina. "Para Além da Democracia Realmente Existente: movimentos sociais, a nova cidadania e a configuração de espaços públicos alternativos." Trabalho apresentado no XIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1995.
- Baierle, Sérgio, *Um novo princípio ético-político: prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80*, dissertação de mestrado, Unicamp, Campinas, 1992.
- Caldeira, Teresa Pires do Rio. *A Política dos Outros: O Cotidiano dos Moradores da Periferia e o que Pensam do Poder e dos Poderosos*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- Cardoso, Ruth, "Duas Faces de uma experiência". *Novos Estudos*, CEBRAP, número 10, outubro 1984
- , "Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico" In *Sociedade e Política no Brasil pós-64*, Sorj, B. & Almeida, M.H. (orgs.), São Paulo, Brasiliense, 1983
- Dagnino, Evelina. "Uma Nova Noção de Cidadania". In Dagnino (org) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- Durham, Eunice R. "Movimentos Sociais - A Construção da Cidadania". *Novos Estudos*, CEBRAP, número 10, outubro 1984
- Evers, Tilman, "Identidade: A face oculta dos novos movimento sociais". *Novos Estudos*, CEBRAP, número 4, abril 1984
- Fernandes, Rubem César. *Privado Porém Público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- Jacobi, Pedro & Nunes, Edison, "Movimentos Populares Urbanos, Poder Local e Conquista da Democracia". In *Cidade, Povo e Poder*, MOISÉS, J.A. et alli, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982
- Franchetto, B. M.L.Cavalcanti & M.L.Heilborn. "Antropologia e Feminismo". *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, n.1, 1980.
- Gregori, Maria Filomena. *Meninos nas Ruas: a experiência da viração*. Tese de doutoramento, FFLCH, USP, 1997
- Hekman, Susan. "Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited". *Signs*, 22(2), 1997.
- Landim, Leilah. A serviço do Movimento Popular. In L. Landim (org.) *Sem Fins Lucrativos (as organizações não-governamentais no Brasil)*. Iser, Rio de Janeiro, 1988.
- Montenegro, Thereza. *O que é ONG*. São Paulo, Brasiliense, coleção Primeiros Passos, 1994.

- Paoli, Maria Célia. "As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão do gênero". In *Novos Estudos*, CEBRAP, n.31, outubro 1991
- Piscitelli, Adriana. "Tensões: Feminismos internacionais e perspectivas contemporâneas de gênero". Campinas, mimeo, 1997.
- Pontes, Heloísa A. *Do Palco aos Bastidores*, Dissertação de mestrado, IFCH-Unicamp, 1986.
- Ramos, Alcida. "O Índio Hiper-Real". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 28, Anpocs, junho de 1995.
- Simião, Daniel Schroeter. *O Pulo do Sapo: gênero e a conquista da cidadania em grupos populares*. Monografia apresentada ao IFCH-Unicamp para conclusão do curso de Ciências Sociais. Campinas, 1997.
- Telles, Vera da Silva. "Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos". *Revista Pólis*, 1995.
- Vakil, Anna. "Confronting the Classification Problem: Toward a Taxonomy of NGOs". *World Development*, Londres, vol.25, n.12. pp.2057-2070, 1997.

Bibliografia sobre gênero em ONGs:

- Araújo, Eliany Alvarenga. *A construção Social da Informação: práticas informacionais no contexto de Organizações não-governamentais brasileiras*. Tese de Doutorado em teoria da comunicação. UnB. Brasília, 1998.
- Jackson, Cecile. "Rescuing Gender From the Poverty Trap". *World Development*, Londres, vol.24, n.3 pp.489-504. 1996.
- Machado, Lia Zanotta. "Beijing em Balanço". *Revista de Estudos Feministas*, n.2, 2.sem. 1995.
- Rodríguez, Lilia. *Genero y Desarrollo*. CEPAM, Quito, 1993.
- Thayer, Millie. "Travelling Feminisms: From Embodied Women to Gendered Citizenship". (no prelo).
- Yudelman, Sally. "The Integration of Women Into Development Projects: Observations on the NGO Experience in General and in Latin America in Particular". *World Development* Londres, v.15, suplemento, pp.179-187, 1987.

Outras Referências:

- Clifford, James e George Marcus. *Writing Culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley, University of California Press, 1986.
- Durkheim, Émile. *As Formas Elementares de Vida Religiosa (o sistema totêmico na Austrália)*. São Paulo, Edições Paulinas, 1989 (1912).

- Durkheim E. e Mauss, M. "Algumas formas primitivas de classificação social". In, Marcel Mauss, *Ensaio de Sociologia*. São Paulo, Perspectiva, 1981.
- Elias, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.
- Geertz, Clifford. "The Way We Think Now: Toward an Ethnography of Modern Thought". In *Local Knowledge*. London, Fontana Press, 1993 (New York, 1983).
- Hertz, Robert. "A Proeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa". *Religião e Sociedade*, n.6, 1980 (1907), pp.99-128.
- Leach, Edmund R. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo, Edusp, 1996
- Mauss, Marcel. "Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do 'eu'". In Mauss, M. *Sociologia e Antropologia*, São Paulo, Edusp, 1974.
- Mead, Margaret. *Macho e Fêmea: um estudo dos sexos num mundo em transformação*. Rio de Janeiro, Vozes, 1971.
- Oliveira, Roberto Cardoso de. *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1988.
- Pontes, Heloísa A. "Durkheim: uma análise dos fundamentos simbólicos da vida social e dos fundamentos sociais do simbolismo". *Cadernos de Campo*, São Paulo, 1994, n.3, pp.89-102.